**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Modelo de gestão da fauna silvestre nativa vitimada para as Secretarias
de Saúde, Meio Ambiente e Segurança Urbana: Prefeitura de São Paulo.**

ANGELA MARIA BRANCO

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Doutor em
Ciências.**

**Área de Concentração: Saúde
Ambiental**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Ribeiro

**Revisada
São Paulo
2015**

Modelo de gestão da fauna silvestre nativa vitimada para as Secretarias de Saúde, Meio Ambiente e Segurança Urbana: Prefeitura de São Paulo.

ANGELA MARIA BRANCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Ambiental

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Ribeiro

**São Paulo
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

BANCA EXAMINADORA

HELENA RIBEIRO

ÁLVARO FERNANDO DE ALMEIDA

ANA CRISTINA TASAKA

GILBERTO PASSOS DE FREITAS

MARIA TEREZA PEPE RAZZOLINI

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Manoel Branco (*in memorian*)
que amava pássaros.

Às minhas três Marias:

Minha mãe Maria do Carmo Branco

Minha filha Maria Fernanda Branco Espuny Gonçalves

Minha neta Maria Luísa Branco Espuny Gonçalves
pela compreensão da ausência.

Ao Guarda Civil Metropolitano - Ambiental

Manoel Luiz Castanheira (*in memorian*)

“Por representar a força que protege a natureza do poder destrutivo do próprio
homem”.

AGRADECIMENTOS

À Professora Helena Ribeiro
pela orientação, confiança e sensibilidade.

Aos Professores:
Álvaro Fernando de Almeida
Ana Cristina Tasaka
Gilberto Passos de Freitas
Maria Tereza Pepe Razzolini
pela orientação e contribuições.

*Na trilha do meu caminho, este trabalho consolida um propósito de vida:
Contribuir para amenizar o sofrimento de animais vitimados pelas pressões
humanas, mesmo não intencionais.*

*Contribuir para a ampliação da nossa consciência, diante das responsabilidades que
temos para com o ambiente compartilhado com as demais formas de vida.*

*Expresso os meus agradecimentos às centenas de pessoas que, ao longo de 27
anos na Prefeitura de São Paulo, compartilharam comigo este caminho.
É impossível numerá-las ou citá-las nominalmente. Dentre elas, se encontram desde
autoridades com poder de decisão, até pessoas com a força da compaixão.*

Faço, porém, alguns destaques:

*À Iara Regina de Araújo
pela motivação;*

*Aos professores e funcionários da Faculdade de Saúde Pública
pela excelência e dedicação;*

*À Secretaria Municipal de Segurança Urbana
pela oportunidade e confiança;*

*Ao Grupo de Trabalho Intersecretarial do Serviço de Resgate de Animais Silvestres
pelo compromisso e participação construtiva;*

*E, principalmente, a Deus
pela constante presença.*

Enquanto o homem continuar a ser o destruidor dos seres animados dos planos inferiores, não conhecerá a saúde nem a paz. Enquanto os homens massacrarem os animais, eles se matarão uns aos outros. Aquele que semeia a morte e o sofrimento não pode colher a alegria e o amor.

Pitágoras

Foto: Miguel Boyayan

“Acredito que ao reintegrarmos um animal ao seu ambiente natural e cuidarmos para que esse se mantenha íntegro, não só demonstramos um profundo respeito à vida e à natureza, como estamos desenvolvendo nosso sentimento humanitário”.

BRANCO A.M (2002)

BRANCO, A.M. **Modelo de gestão da fauna silvestre nativa vitimada para as Secretarias de Saúde, Meio Ambiente e Segurança Urbana:** Prefeitura de São Paulo. 2015. Tese - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2015.

RESUMO

Introdução - A pressão antrópica provoca alterações no ambiente e perda de biodiversidade que aproximam os homens dos animais silvestres e aumentam os fatores de risco à saúde das populações. Os animais vitimados são resgatados ou apreendidos e depositados em Centros de Fauna para serem libertados ou permanecerem até virem a óbito ou serem transferidos para outra instituição.

Objetivo - Constituir a vigilância pela biodiversidade faunística, a partir da formulação de políticas públicas e da criação e integração de serviços de manejo de animais silvestres. **Metodologia** – Levantamento de dados; mapeamento e georreferenciamento das ocorrências envolvendo animais silvestres. Aplicação de questionários em Centros de Triagem de Animais Silvestres. Pesquisa-ação para a formulação de instrumento legal e a criação de serviços integrados de manejo de animais silvestres. Estudo sobre a Febre Maculosa Brasileira e a biodiversidade. Abordagem sobre o tráfico de animais silvestres e a segurança pública. **Resultados**

– Os Centros Triagem de Animais Silvestres nacionais não estão estruturados. Os animais vitimados são resgatados e tratados pela Prefeitura de São Paulo. Houve a integração dos serviços de manejo de animais silvestres na Prefeitura de São Paulo e a implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres. Foi formulada uma Minuta de Lei que cria o Programa Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna, institui o Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres e a Tutela-cidadã. **Conclusões:** O VigiBio-Fauna decorre de um processo iniciado em 1988 e que culmina na gestão descentralizada, integrada e participativa da fauna silvestre no Município de São Paulo; constituindo um avanço a inserção da gestão da fauna silvestre na Saúde Pública. O entendimento de que o manejo de animais silvestres vitimados está relacionado à área de saúde, e não apenas ao do meio ambiente, traz uma nova visão na abordagem do problema.

Palavras-chave: Política governamental; Gestão ambiental; Biodiversidade; Fauna; Animais silvestres; Saúde pública; Vigilância saúde; Segurança urbana; Prefeitura de São Paulo.

BRANCO, A. M. **Model of management of victimized native wildlife for the Secretariat of Health, Environment and Urban Security**: São Paulo City Hall. 2015. Thesis - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ABSTRACT

Introduction - The anthropic pressure causes changes in the environment and biodiversity loss that approaches men to wild animals which increases the risk factors for public health. The victimized animals are rescued or seized and deposited in Wild Animals Centers to be released, to remain until death or to be transferred to another institution. **Objective** - To build the Surveillance by Fauna-Biodiversity, from the formulation of public policies and the creation and integration of wild animal management Services. **Methodology** – Data collection; mapping and georeferencing data from occurrences involving wild animals. To apply a questionnaire to the Wild Animals Governmental Centers. To apply an Action Research for the formulation of a legal instrument and the creation of an integrated of wild animals management Services. Study on the Brazilian Spotted Fever and the biodiversity. Approach to wildlife trafficking and the public safety. **Results** - The National Wild Animals Centers are not structured. The victimized animals are rescued and treated by the São Paulo City Hall. There was the integration of wild animals management Services in the São Paulo City Hall and the implementation of a Wild Animals Rescue Service. It was formulated a Draft Law establishing the Fauna-Biodiversity Surveillance Program - VigiBio-Fauna, establishing the Shared Trusteeship Municipal Council of Wild Animals and the Trusteeship-citizen. **Conclusion**: The VigiBio-Fauna stems from a process initiated in 1988 and culminating in a decentralized, integrated and participatory management of the São Paulo City's wildlife, constituting an advance the insertion of Public Health, in the wildlife management. The understanding that the management of victimized wild animals is related to health, not just to the environmental area, it brings a new vision in addressing the problem.

Keywords: Government policy; Environmental management; Biodiversity; Fauna; Wild animals; Public health; Surveillance health; Urban security; City of São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 PROBLEMA	21
1.2 JUSTIFICATIVA	23
1.3 HIPÓTESE	24
2 OBJETIVOS.....	25
2.1 OBJETIVO GERAL	25
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
3.1 BASE LEGAL	28
3.1.1 Gestão Ambiental Descentralizada	31
3.1.2 Política Nacional de Biodiversidade	32
3.1.3 Política Nacional de Vigilância em Saúde	34
3.1.4 Gestão Descentralizada da Fauna Silvestre	36
3.2 BASE TÉCNICA	37
3.2.1 Gestão da Fauna Silvestre	37
3.2.2 Gestão Municipal da Fauna Silvestre	44
3.3 RELAÇÃO BIODIVERSIDADE FAUNÍSTICA E SAÚDE	56
3.4 MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES E A INTER-RELAÇÃO COM A SAÚDE	59
4 METODOLOGIA	62

4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	63
4.2 LEVANTAMENTO DE DADOS	64
4.3 MAPEAMENTO	65
4.4 QUESTIONÁRIO	65
4.5 PESQUISA-AÇÃO	69
4.5.1 Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados	72
4.5.2 Vigilância pela Biodiversidade Faunística - VigiBio-Fauna	83
5 ESTUDO SOBRE A FEBRE MACULOSA BRASILEIRA E A BIODIVERSIDADE COMO EXEMPLO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	98
5.1 FEBRE MACULOSA BRASILEIRA	98
5.2 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA FEBRE MACULOSA BRASILEIRA NO PAÍS	104
6 ABORDAGEM SOBRE O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES E A SEGURANÇA PÚBLICA	113
6.1 FAUNA SILVESTRE: PROPRIEDADE DO ESTADO	113
6.2 PLANO ESTRATÉGICO DE COMBATE AO TRÁFICO	119
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	125
7.1 FAUNA SILVESTRE E A SEGURANÇA URBANA	125
7.2 MAPEAMENTO DA PRESSÃO URBANA SOBRE O MEIO	130
7.3 FAUNA SILVESTRE VITIMADA E O IBAMA	136
7.4 A PESQUISA-AÇÃO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E CRIAÇÃO DE SERVIÇOS	140
7.4.1 Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados	140

7.4.2 Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna	144
7.5 A FEBRE MACULOSA, A CAPIVARA E O MEIO	167
8 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	179

ANEXOS

Anexo 1 – Carta ao Prefeito Jânio Quadros, em 1988.

Anexo 2 – Carta ao Presidente do IBAMA.

Anexo 3 – Carta com questionário para o CETAS do IBAMA.

Lista de Figuras

Figura 3.1 – Mapa do Município de São Paulo com a localização das sedes da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre da Prefeitura de São Paulo.....	47
Figura 3.2 Fluxograma demonstrando os procedimentos indicados para os animais silvestres vitimados em um Centro de Manejo.....	49
Figura 3.3 Foto aérea do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna, no Parque Anhanguera. São Paulo (Município), 2014.....	50
Figura 3.4 - Relação dos locais onde foram realizados os estudos de inventário da fauna no Município de São Paulo. São Paulo (Município), 2014.....	52
Figura 3.5 – Mapa do Município de São Paulo com a indicação dos locais, georreferenciados, onde foram realizados inventário da fauna. São Paulo (Município), 2010.....	53
Figura 4.1 - Mapa do Brasil com a distribuição e localização geográfica dos 23 Centros de Triagem de Animais Silvestres geridos pelo IBAMA, 2013.	67
Figura 4.2 - Representação do manejo de animais silvestres, por meio de um fluxograma, apresentada na Audiência Pública da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, DF. Brasília, 2013.....	71
Figura 4.3 - Imagem ilustrando o fluxograma de chamadas telefônicas solicitando o atendimento de ocorrências, envolvendo animais silvestres, pela Guarda Civil Metropolitana.....	73
Figura 4.4 - Fluxograma ilustrando as áreas envolvidas e os procedimentos preconizados para animais silvestres vitimados recepcionados em Centro de Manejo de Animais Silvestres (CEMAS), adotadas pelo DEPAVE-3.....	74

Figura 4.5 - Imagem indicando a integração do Serviço de Resgate de Animais Silvestres ao serviço realizado pelo DEPAVE-3, ilustrado no fluxograma de manejo.....	75
Figura 4.6 - Slide 3/18: Ilustração das diferentes formas que os animais silvestres são vitimados.	84
Figura 4.7 - Slide 6/18: Fluxograma ilustrando principais procedimentos preconizados para animais silvestres vitimados, recepcionados em Centro de Manejo de Animais Silvestres, adotadas pelo DEPAVE-3.....	85
Figura 4.8 - Slide 7/18: Ilustração de resgate de animal silvestre acidentado, realizado pela GCM-Ambiental, e a publicação da Portaria Intersecretarial para implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados pela SMSU e SVMA.....	86
Figura 4.9 - Slide 8/18: Ilustração da proposta de integração do Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados ao Serviço de Manejo de Animais Silvestres.....	87
Figura 4.10 - Slide 11/18: Ilustração da proposta do Serviço Integrado de Manejo de Animais Silvestres e a criação do Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres, com a inserção do Cidadão no processo de gestão da fauna silvestre, criando uma nova forma de destinação para os animais vitimados.....	88
Figura 4.11 - Slide 12/18: Ilustração da proposta do Serviço Integrado de Manejo de Animais Silvestres com o Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres, o Cidadão e os Sistemas de Informações.	89
Figura 4.12 - Slide 9/18: Ilustração de apreensões de animais silvestres realizadas pela Guarda Civil Metropolitana, da Prefeitura de São Paulo.....	90
Figura 5.1 - Distribuição de carrapatos do Gênero <i>Amblyomma</i> nas Américas Central e do Sul.....	101
Figura 5.2 - Mapa do Brasil com a distribuição do <i>Amblyomma cajennense</i> nos estados brasileiros.....	102
Figura 5.3 - Mapa do Brasil com a distribuição do número de casos de Febre Maculosa Brasileira confirmados, por UF de Notificação e ano de ocorrência, a partir	

dos primeiros sintomas, no período de janeiro de 2001 a março de 2012. São Paulo, 2012.....106

Figura 5.4 - Mapa do Estado de São Paulo com a distribuição do número de casos confirmados de Febre Maculosa Brasileira, por município, no período de janeiro de 2007 a março de 2012. São Paulo, 2012.....107

Figura 5.5 - Mapa do Brasil com a distribuição do número de óbitos por Febre Maculosa Brasileira, por estado, no período de janeiro de 2001 a março de 2012. São Paulo, 2012.....108

Figura 5.6 - Mapa do Estado de São Paulo com a distribuição do número de óbitos por Febre Maculosa Brasileira, por município, no período de janeiro de 2007 a março de 2012. São Paulo, 2012.....109

Figura 5.7 - Mapa do Município de São Paulo com a indicação da localização dos casos confirmados de Febre Maculosa Brasileira, ocorridos durante o período de 2004 a 2014.....110

Figura 6.1 - Número de animais silvestres apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal nas estradas federais, por ano, no período de 2006 a 2013.....115

Figura 6.2 - Número de animais silvestres apreendidos pela Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, no período de 1999 a 2005.....116

Figura 6.3 - Destino dado aos animais apreendidos, em percentual, pela Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, no período de 1999 a 2005.....116

Figura 6.4 - Número dos passeriformes mais apreendidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, por espécie, no período de 2001 a 2005.....117

Figura 6.5 - Número de animais apreendidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 2006, e local de destinação.....118

Figura 6.6 - Imagem da tela do Sistema Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres ilustrando a página de lançamento de informações relacionadas às autuações de crime contra a fauna.....122

Figura 6.7 - Imagem da tela do Sistema Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres ilustrando a página para o lançamento de informações relacionadas aos destinos dos animais apreendidos.....	123
Figura 6.8 - Imagem da tela do Sistema Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres ilustrando a página para a consulta sobre as espécies mais traficadas..	124
Figura 7.1 - Número de ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, segundo o ano, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.....	127
Figura 7.2 - Número de ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, segundo a classe taxonômica, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.....	128
Figura 7.3 - Número de animais silvestres resgatados pela GCM, segundo a classe taxonômica, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.....	129
Figura 7.4 - Número de ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, segundo o tipo, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.....	130
Figura 7.5 - Mapa do Município de São Paulo com a distribuição geográfica das ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.....	131
Figura 7.6 - Mapa do Município de São Paulo com a distribuição geográfica das ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres e áreas com ocupações irregulares, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.....	133
Figura 7.7 - Imagem do Município de São Paulo com destaque para a área urbana, áreas verdes e as Represas Guarapiranga e Billings. São Paulo, 2010.....	135
Figura 7.8 - Fluxograma ilustrando o atendimento de solicitações do Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados, elaborado pelo Subgrupo Informações e Sistemas, do Grupo de Trabalho do Resgate de Animais Silvestres	142

Figura 7.9 - Identidade visual da Viatura do Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados da Prefeitura de São Paulo.....	143
Figura 7.10 - Mapa do Município de São Paulo com a distribuição geográfica dos casos confirmados de Febre Maculosa Brasileira, ocorridos durante o período de 2004 a 2014; e os locais onde foram resgatadas capivaras, pela Guarda Civil Metropolitana, no período de 2010 a 2014. São Paulo, 2015.....	168
Figura 7.11 - Foto de um exemplar de onça-parda registrado por armadilha fotográfica, no ano de 2010, no extremo Sul do Município de São Paulo.	170
Figura 8.1 - Linha do tempo da formulação de políticas públicas e implantação de serviços de manejo de animais silvestres que propiciaram a formulação da proposta de minuta de projeto de lei, que institui a Vigilância pela Biodiversidade Faunística - VigiBio-Fauna, no município de São Paulo.	172
Figura 8.2 - Detalhamento dos instrumentos legais e eventos apresentados na linha do tempo da formulação de políticas públicas e criação de serviços que culminaram na proposta de minuta de lei que institui o VigiBio-Fauna no Município de São Paulo.....	173
Figura 8.3 - Mapa do Brasil com a ilustração de uma rede para o repatriamento de animais silvestres apreendidos na cidade de São Paulo, para os estados de origem, por meio dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA	176

Lista de Quadros

Quadro 3.1 - Relação das principais zoonoses de animais silvestres.....	57
Quadro 4.1 - Síntese das reuniões sobre o processo de apresentação e estruturação de um serviço integrado de resgate de animais silvestres nativos vitimados, na Prefeitura de São Paulo.....	76
Quadro 4.2 - Síntese das reuniões sobre o processo de apresentação e estruturação do Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna, na Prefeitura de São Paulo.....	91
Quadro 5.1 - Número de casos de Febre Maculosa Brasileira confirmados, por UF de Notificação e ano de ocorrência, a partir dos primeiros sintomas, no período de 2007 a março de 2012.....	105

Siglas Utilizadas

CADES – Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CCZ – Centro de Controle de Zoonoses
CEMAS – Centro de Manejo de Animais Silvestres
CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres
CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COVISA – Coordenadoria de Vigilância da Saúde
CRAS – Centro de Reabilitação de Animais Silvestres
CRAS (PET) - Centro de Recuperação de Animais Silvestres
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
DEPAVE – Departamento de Parques e Áreas Verdes
DEPAVE-3 – Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GCM – Guarda Civil Metropolitana
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Ministério Público
NTGA – Núcleo Técnico de Gestão Ambiental
OMS – Organização Mundial da Saúde
PET – Parque Ecológico do Tietê
PMSP – Prefeitura de São Paulo
RENTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMS – Secretaria Municipal da Saúde
SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SSO – Secretaria de Serviços e Obras

SUCEM – Superintendência de Controle de Endemias

SUDAM – Superintendência de Defesa

SUS – Sistema Único de Saúde

SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

1 INTRODUÇÃO

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

... VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

O avanço da urbanização sobre os ecossistemas naturais remanescentes exerce uma forte pressão sobre a biodiversidade, afetando diretamente a fauna silvestre. Muitas espécies se encontram sob forte ameaça de desaparecimento, sobretudo pela perda do hábitat, devido à rápida expansão e desenvolvimento urbano para o atendimento das demandas humanas por moradia, alimentação, deslocamento e consumo (BRANCO, 2007).

A Constituição Federativa do Brasil protege a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, o que inspirou a criação de diversos instrumentos infraconstitucionais de caráter protecionista. Esse processo vem se dando com a intensa participação da sociedade, que atenta aos processos de formulação de políticas públicas, se organiza para a criação e implementação de instrumentos que ensejem ações de proteção, defesa e preservação da fauna.

A Política Nacional da Biodiversidade contém princípios e diretrizes voltadas para a conservação de espécies vegetais e animais, direcionados ao uso desses recursos. A fauna brasileira sempre foi submetida a um processo de exploração sem nenhum critério, pois a crença era de que se tratava de um recurso inesgotável, conceito ampliado na medida em que se dá o crescimento populacional brasileiro e sua expansão para as regiões interiores do País e o recrutamento de áreas, cada vez mais significativas, para a produção de alimentos (DAL'AVA, 2002).

O declínio da biodiversidade reduz a capacidade das comunidades ecológicas de proverem serviços ambientais e propicia a transmissão de doenças para

humanos, animais e vegetais. Áreas naturais, com alta biodiversidade, representam fonte natural de patógenos; e evidências indicam que os ecossistemas preservados geralmente reduzem a prevalência de doenças infecciosas (KEESING, 2010).

1.1 PROBLEMA

A pressão antrópica provoca alterações no ambiente, degradação de ecossistemas e perda de biodiversidade que aproximam o homem dos animais silvestres e aumentam os fatores de risco à saúde das populações humana e animal. Os desmatamentos, as queimadas, o crescimento urbano são alguns dos fatores que aproximam os animais silvestres do homem, favorecendo a ocorrência de acidentes envolvendo animais como atropelamentos, eletrocussões, queimaduras, além da caça e o comércio ilegal da fauna. Por outro lado, essa aproximação favorece o risco de transmissão de zoonoses, naturalmente presentes na fauna silvestre, para o homem (BRANCO, 2000).

DIBLASI FILHO (2009) relata que durante a construção da Rodovia Transamazônica houve centenas de óbitos de operários, vítimas de febres hemorrágicas desconhecidas. Também, o óbito de seis membros de uma família, no Município de Cotia, São Paulo, vítimas do vírus Sabiá, cuja transmissão se dá pelo contato com animais silvestres.

O comércio ilegal da fauna responde pelo desaparecimento de 12 milhões de espécimes animais, segundo fontes governamentais; e para cada 10 animais traficados, apenas um sobrevive (DIBLASI FILHO, 2009). Os maus tratos são constatados por práticas como cegar os animais, fraturar ossos, embriagá-los, anestesiá-los ou acondicioná-los em locais impróprios para não chamarem a atenção da fiscalização (OLIVEIRA, 2002).

No País, existem centros voltados ao atendimento da fauna silvestre vitimada e que visam, prioritariamente, dar apoio às ações de fiscalização contra o comércio ilegal de animais, na maioria, recém-retirados da natureza e podendo abrigar patógenos. KEESING (2010) afirma que conexões entre a biodiversidade e doença

são suficientemente claras para aumentar os esforços globais, regionais e locais para preservar os ecossistemas naturais e a biodiversidade que eles contêm.

A legislação brasileira voltada ao meio ambiente, em especial à fauna, sempre esteve na vanguarda oferecendo instrumentos para os órgãos dos poderes públicos, para a conservação da biodiversidade (DAL'AVA, 2002).

A Prefeitura de São Paulo atua na conservação da fauna e mantém um serviço que presta atendimento médico veterinário, com acompanhamento biológico e suporte laboratorial, aos animais silvestres acidentados na cidade ou apreendidos em ações de combate ao comércio ilegal, visando à sua reintegração na natureza. Parte dos animais vitimados é resgatada por pessoas que desconhecem os riscos envolvidos no manejo de silvestres e podem sofrer arranhaduras, mordeduras, contato com secreções que podem propiciar a transmissão de doenças infectocontagiosas. Também os animais, por apresentarem lesões decorrentes de acidentes, podem sofrer o agravamento de seu quadro clínico devido ao manejo inadequado, o que dificulta a sua reabilitação e libertação, caso tenham sucesso no restabelecimento de sua saúde.

Dentre os animais resgatados de acidentes, em áreas urbanas, podem ser destacadas diversas espécies de gaviões, corujas, periquitos, serpentes, cágados, saguis e até felinos como a onça-parda. Além desses, entre os animais resgatados do comércio ilegal encontram-se diversas espécies de papagaios, araras, tucanos, pássaros, jabutis, cobras, macacos e até felinos como a onça-pintada (RENCTAS, 2001).

Tanto os animais resgatados de acidentes como do comércio ilegal requerem cuidados de profissionais das áreas de medicina veterinária e biologia, especializados em animais silvestres, devido à variedade de espécies e a complexidade no atendimento (PMSP, 2011a).

Os animais silvestres vitimados pelo comércio ilegal, normalmente, pertencem às espécies que não ocorrem no local de apreensão e possuem alto valor econômico. São apreendidos pelos órgãos de segurança ou de fiscalização e depositados em jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, ficando sob a responsabilidade de técnicos habilitados, quando a libertação não pode ser realizada (BRASIL, 1998). No entanto, não existem locais suficientes e apropriados para o depósito de apreensões, e a venda ilegal ocorre abertamente em feiras e locais públicos, principalmente, em grandes cidades (RENCTAS, 2007).

Com relação aos animais acidentados, normalmente, pertencem às espécies mais comuns de serem encontradas no ambiente urbano e não existe o interesse de zoológicos ou criadouros no seu acolhimento. Para esses animais não existe um instrumento legal que indique a sua destinação final, após serem recuperados.

A perda e contaminação do hábitat natural, apontados como principais causas de vitimação animal, afetam toda a biodiversidade e o microclima que compromete a saúde humana; e indicam a necessidade de integração de esforços entre governo e a sociedade para o enfrentamento do problema (PMSP, 2011a).

Nesse sentido, esta pesquisa tratou da formulação de políticas públicas e integração de serviços descentralizados voltados à defesa dos animais silvestres e à vigilância pela biodiversidade, no ambiente urbano, e que possam contribuir para as áreas de meio ambiente, segurança urbana e saúde.

Por intermédio de diversos instrumentos legais como constituições, leis e convenções internacionais são ditadas normas que procuram ter por referência o que numa dada época é considerado um bem comum para a humanidade ou para o bem-estar do gênero humano. É com referência a esse tipo de valor que se deve compreender a legislação relativa aos animais e ao meio ambiente como instrumento de implementação de uma nova ética no trato para com o mundo natural e seus viventes (BRANCO, 2007, p. 6).

1.2 JUSTIFICATIVA

Frente aos problemas enfrentados pelos órgãos públicos para o atendimento de demandas envolvendo animais silvestres, esta pesquisa foi direcionada ao conhecimento das estruturas públicas responsáveis pelo manejo da fauna silvestre nativa resgatada, e ao processo de gestão que envolve as áreas de segurança pública, meio ambiente e saúde.

A pesquisa partiu e foi orientada pelas seguintes abordagens:

- A saúde da população, humana e animal, encontra-se em risco devido às pressões sobre o ambiente natural;

- O Poder Público é responsável pelos animais silvestres vitimados;
- Os animais vitimados devem ser atendidos por serviços especializados em fauna silvestre;
- Os serviços voltados à fauna silvestre são instrumentos das áreas de segurança pública, meio ambiente e saúde;
- A vigilância em saúde pode ser ampliada por meio de serviços de manejo de animais silvestres;
- O manejo de animais silvestres vitimados incorpora a gestão da fauna silvestre e deve ser norteado por princípios legais, técnicos e éticos;
- O cidadão tem o dever de defender e preservar a fauna silvestre.

Para a autora, a formulação de políticas públicas e a criação de serviços voltados ao atendimento de animais silvestres visam ao atendimento de diversos dispositivos legais de proteção da fauna e propiciam a elaboração de diagnósticos sobre o meio, as populações e a saúde. Também, podem formar profissionais, contribuir com a pesquisa e subsidiar programas educativos (BRANCO, 2008).

1.3 HIPÓTESE

Serviços descentralizados de manejo da fauna silvestre são instrumentos das políticas públicas de segurança urbana e meio ambiente, que têm por finalidade a vigilância em saúde.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Constituir a vigilância pela biodiversidade faunística, no Município de São Paulo, a partir da formulação de políticas públicas e criação de serviços integrados de manejo de animais silvestres nativos vitimados.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Destacar o impacto da pressão antrópica sobre a fauna silvestre na área urbana;
- Conhecer e analisar as estruturas e a operação dos centros públicos de triagem e de reabilitação de animais silvestres, existentes no País;
- Identificar e indicar instrumentos legais e meios de implementação de serviços públicos descentralizados de gestão da fauna silvestre nativa;
- Propor um modelo de integração de serviços de manejo de animais silvestres envolvendo as áreas de saúde, meio ambiente e segurança urbana;
- Propor uma nova forma de destinação para os animais silvestres nativos vitimados;
- Integrar o cidadão no processo de gestão da fauna silvestre nativa vitimada;
- contribuir com outras políticas públicas e áreas do conhecimento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

“A biosfera, em seu aspecto planetário, pode ser entendida como conjunto de bem sucedidas comunidades, organizadas em ecossistemas naturais e que, assim, se mantém ao longo do tempo” (FORATTINI, 2004, p. 248).

Os organismos vivos e o seu ambiente não-vivo estão inseparavelmente inter-relacionados e interagem entre si. Chamamos ecossistema qualquer unidade que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto, ou seja, a comunidade biótica numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não-vivas (ODUM, 1988).

O ecossistema é a unidade funcional básica na ecologia, pois inclui tanto os organismos quanto o ambiente abiótico; cada um destes fatores influencia as propriedades do outro e cada um é necessário para a manutenção da vida, como a conhecemos. “Este nível de organização deve ser nossa primeira preocupação se quisermos que a nossa sociedade inicie a implementação de soluções holísticas para os problemas que estão aparecendo agora ao nível do bioma e da biosfera” (ODUM, 1988, p. 9).

O ambiente urbano não é o mesmo que o ecossistema natural, onde há interação entre seus diversos elementos como a temperatura, as águas, a vegetação, o tipo de solo, entre outros. “Nas cidades o homem e suas construções mudaram drasticamente o funcionamento desses elementos, rompendo o equilíbrio que antes havia. As cidades são as maiores propulsoras dos impactos que o homem causa na natureza e onde mais se alteraram os recursos naturais: terra, água, ar e organismos” (SOBRAL, 1996, p. 11).

As cidades são consideradas como sistemas ecológicos complexos e dinâmicos que merecem atenção e cuidados. As espécies, nelas presentes, tanto podem trazer importância econômica, paisagística e afetiva, quanto podem trazer problemas, como a presença de animais sinantrópicos indesejáveis e o risco de doenças, exigindo cuidados para garantir a convivência harmônica que possa traduzir em qualidade de vida para os seus habitantes (PMSP, 2008).

A biodiversidade faunística em uma determinada localidade depende de fatores abióticos e bióticos. Os abióticos são aqueles físicos ou químicos que atuam

sobre o meio ambiente, como: temperatura, insolação, chuva, água de superfície e subterrânea, tipo de solo. Dentre os fatores bióticos, existem aqueles de potencial biótico que criam condições para o aumento da população, como: taxa de reprodução, habilidade de migração ou de invasão de hábitat, existência de mecanismos eficientes de defesa, capacidade de dispersar sementes; bem como aqueles de resistência ambiental que acarretam diminuição da população, como: falta de hábitat adequado, falta de alimentos ou água, existência de doenças, parasitas, existência descontrolada de predadores, existência de poluentes e outros produtos prejudiciais ao organismo, entre outros (MOURA, 2004).

Segundo CLARK JR (1999), à medida que os assentamentos humanos têm invadido os habitats silvestres, tem aumentado de forma dramática o contato entre os seres humanos e os animais; e os humanos têm exercido forte impacto sobre a vida silvestre, nunca experimentado em nenhum período da história humana. A destruição de hábitat, o uso de pesticidas e a introdução de espécies exóticas e domésticas nos ecossistemas naturais são na maioria das vezes os mais devastadores. A retirada de animais da natureza, principalmente das espécies ameaçadas para atender o comércio ilegal, causa um impacto direto sobre as populações. “Nunca vamos poder determinar com precisão a mortalidade causada pela ação do homem” (a tradução é nossa) (CLARK JR, 1999, p. 94).

De acordo com WWF-BRASIL (1995), “depois do tráfico de drogas e de armas, o contrabando de animais silvestres representa o terceiro maior negócio ilícito praticado no mundo” (p. 11). O Brasil é um dos principais países que comercializa e exporta espécies da fauna de forma ilegal, sendo que, as condições econômicas da população, a riqueza da biodiversidade e a ineficiência dos órgãos governamentais de controle são fatores que reforçam essa situação. O tráfico também é avaliado como o segundo fator responsável pela redução populacional de várias espécies nativas, depois da redução de hábitat pelo desmatamento.

A WWF BRASIL (1995) aponta que cerca de 12 milhões de animais silvestres desaparecem da natureza por ano no Brasil, de acordo com a Moção do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 16/91. O comércio ilegal chega a movimentar cerca de 10 bilhões de dólares por ano em todo o mundo, no qual o Brasil, segundo militantes ambientalistas, teria participação de 10 a 15% desse mercado. Segundo a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENTAS), considerando os dados oficiais sobre as apreensões efetuadas pelos

órgãos de fiscalização e projeções estatísticas, o tráfico de animais estaria retirando cerca de 38 milhões de animais por ano do País (RENTAS, 2001). “Alguns traficantes tiram dessa atividade uma renda tão lucrativa que chegam a manter pistas de pouso clandestinas em fazendas para movimentar o tráfico” (OLIVEIRA, 2002, p. 15).

No Brasil, a Lei Federal nº 5.197 de 1967, em seu artigo 2º, proíbe a caça profissional (BRASIL, 1967). No entanto, tanto a caça como a captura de animais são praticadas ilegalmente em todo o território brasileiro para o consumo e a venda de seus produtos e subprodutos, e também, para abastecerem o comércio ilícito de animais silvestres.

São Paulo é um grande consumidor de animais silvestres provenientes do tráfico. Segundo LO (2006a), “apenas no Estado de São Paulo, os animais silvestres irregulares apreendidos chegaram ao impressionante número de aproximadamente 30 mil espécimes. Certamente uma pequena parcela do montante traficado” (p. 5).

Além da perda da biodiversidade e dos prejuízos econômicos decorrentes do comércio ilegal da fauna, existem os fatores de risco à saúde pública, uma vez que, animais silvestres provenientes da natureza são potenciais portadores de doenças e zoonoses que podem acometer os seres humanos.

3.1 BASE LEGAL

A Constituição de 1988, no Capítulo do Meio Ambiente, reza o artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para assegurar a efetividade desse direito, o § 1º incumbe ao Poder Público, no Item VII, de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (BRASIL, 1988).

O artigo 225 da Constituição Federal foi regulamentado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Na regulamentação, a fauna é tratada como um recurso da natureza e

as questões relativas à sua gestão podem ser encontradas em outros instrumentos legais. No entanto, no que tange as práticas que submetam os animais à crueldade, não houve qualquer regulamentação.

Na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, os animais silvestres nativos, mesmo tratados como produtos de apreensões, recebem um tratamento diferenciado quando o Art. 25, com a nova redação dada pela Lei nº 13.052, de 2014), reza que

...Verificada a infração, serão apreendidas seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos. § 1º Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados; § 2º Até que os animais sejam entregues às instituições mencionadas no § 1º deste artigo, o órgão autuante zelará para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico (BRASIL, 2014).

Observa-se que a lei não tratou dos animais silvestres resgatados com doenças e agravos à saúde, como lesões; fraturas; queimaduras; mutilações; ou ainda, abandonados; desalojados em decorrência de obras e atividades impactantes sobre o meio, ou da própria dinâmica das cidades.

O Art. 23 da Constituição, que trata da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de preservar as florestas, a fauna e a flora, conforme o inciso VII, foi regulamentado pela Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Na regulamentação, constituem objetivos fundamentais da União e entes federativos proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo a gestão descentralizada, democrática e eficiente, de acordo com o Art. 3º, inciso I. Nessa lei, de acordo com o Art. 8º, inciso XVIII, os espécimes da fauna silvestre, seus ovos e larvas são mencionados para fins de controle e apanha, como ações administrativas dos Estados. Com relação às ações administrativas dos Municípios é dada a competência de executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacionais e Estadual de Meio Ambiente e

demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente, conforme Art. 9º, inciso I; bem como, a competência de exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições, conforme inciso II.

Dessa forma, os municípios devem promover, no âmbito de sua competência, a gestão descentralizada, democrática e eficiente da fauna silvestre. Como exemplo, na Lei Orgânica do Município de São Paulo, reza o Art. 188 que o Município coibirá o tráfico de animais silvestres, exóticos e de seus subprodutos e sua manutenção em locais inadequados, bem como protegerá a fauna local e migratória do Município de São Paulo, nesta compreendidos todos os animais silvestres ou domésticos, nativos ou exóticos (SÃO PAULO (Município) 1990).

No entanto, há outros dispositivos legais que tratam de questões relativas aos riscos ao meio ambiente. O princípio da precaução tem seu fundamento na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e expressa a necessidade de haver um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a utilização dos recursos naturais de forma racional. Ele se aplica quando existe a possibilidade de que condutas humanas causem danos coletivos vinculados às situações catastróficas que podem afetar o conjunto de seres vivos (BRASIL, 1981). MACHADO (2002) trata desse princípio também aplicado à preservação de áreas e à proteção das espécies, para a sadia qualidade de vida humana e a continuidade da natureza. Com relação aos riscos à saúde, soma-se o princípio da prevenção, cujas consequências são conhecidas e o nexo causal pode ser cientificamente comprovado.

CASADO, et al. (2010) trata do princípio de cooperação, no Direito Ambiental, que parte do consenso social sobre os riscos da sociedade, a medida que o Estado democrático se alia a ideia da participação e cidadania, onde o modelo de desenvolvimento se converte em responsabilidade coletiva. Esse princípio vem sendo assumido na Europa, visando à qualidade do meio ambiente por meio da responsabilidade compartilhada entre os poderes públicos e a sociedade. Esse processo, germinado na Alemanha, começa a permear o ordenamento jurídico das políticas ambientais na Espanha, onde existe um considerável grau de descentralização.

Outro princípio que deve ser considerado é o da participação, que está expresso na Constituição, e que impôs à sociedade o dever de atuar na proteção do meio ambiente, podendo esse direito ser exercido por meio da: participação nos processos de criação do Direito Ambiental; formulação e execução de políticas

ambientais, ou ainda, por intermédio do Poder Judiciário (MIRRA, 1996). No entanto, para a participação é fundamental o direito do cidadão ao acesso às informações; e o dever do Poder Público de informar sobre ocorrências ambientais relevantes e o estado do meio ambiente (MACHADO, 2002).

Dessa forma, o direito e a responsabilidade sobre o meio ambiente, nele subentendido a fauna silvestre, é compartilhada por todos os entes públicos, privados e cidadãos.

3.1.1 Gestão Ambiental Descentralizada

DALLARI (2003) observa que no artigo 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, Municípios, Estados e Distrito Federal têm responsabilidades comuns.

Modernamente, tornou-se comum a atribuição de competências concorrentes, ou seja, outorga de competência à União e às unidades federadas para cuidarem do mesmo assunto (...). Assim sendo, quando se tratar de assuntos de competência de uma unidade federada, esta é que pode legislar sobre o assunto, não a União, e vice-versa (DALLARI, 2003, p. 258-259).

PHILIPPI JR. et al. (1996) destacam que antes da referida Constituição, a Lei Federal nº 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente criou o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, que atualmente denominado de Ministério do Meio Ambiente; e também o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Segundo o artigo 6º da Lei

Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado: (Órgão Superior, Central, Setoriais, Seccionais e Locais).

O inciso V especifica como Órgãos Locais, “os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas áreas de jurisdição”. Porém, para que as unidades federadas possam legislar e assumir as responsabilidades referentes às questões ambientais,

necessariamente precisam estar integradas ao SISNAMA, por meio de um órgão executivo e de um Conselho de Meio Ambiente, na respectiva esfera de governo (BRASIL, 1981).

Com relação ao Estado de São Paulo, a Constituição de 05 de outubro de 1989, incorpora as questões ambientais, até então enfrentadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), criada em 1986, que possui um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) (SÃO PAULO, 1989).

Na esfera do Município de São Paulo, em 18 de outubro de 1993, foi instituído pela Lei Municipal nº 11.426 o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMMA), composto pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) (SÃO PAULO (Município), 1993). Também, a Conferência das Nações Unidas e Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), conhecida por Eco-92, trouxe uma importante contribuição para os governos locais, a Agenda 21, um programa de ação que viabiliza um novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional (BRASIL, 1994). Os 193 países signatários, se propuseram a estabelecer um plano de ações concretas para melhorar a qualidade de vida e do meio ambiente, dando ênfase especial à participação do poder local, no planejamento, fiscalização e implementação de mudanças necessárias para atingir esses objetivos, gradativamente, em escala global.

3.1.2 Política Nacional de Biodiversidade

Biodiversidade ou diversidade biológica, segundo o Artigo 2º da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), é definida como¹:

a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

¹ Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=175&idConteudo=8195>>. Acesso em: 12.02. 2012.

A Política Nacional da Biodiversidade está apoiada na Convenção da Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e instituída pelo Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o órgão nacional que deve coordenar a implementação dos princípios e diretrizes da Política, mediante a promoção de parcerias entre o Poder Público e a sociedade civil, zelando pela descentralização da execução das ações e tendo em vista assegurar a participação dos setores interessados.

Com relação aos componentes temáticos da Política Nacional da Biodiversidade, merecem destaque os seguintes objetivos gerais e específicos dentre as diretrizes que visam:

- o conhecimento da biodiversidade, destacados o inventário e a caracterização da biodiversidade, para gerar informações que possibilitem a sua gestão; bem como, a promoção e apoio às pesquisas sobre sanidade da vida silvestre, para que seus dados sejam incorporados na gestão da biodiversidade;
- a conservação da biodiversidade, destacada a criação e o fortalecimento de centros de triagem de animais silvestres, integrados aos zoológicos, para serem transformados em centros de conservação da fauna;
- a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade, destacado o estímulo à implantação de criadouros de animais silvestres para consumo e comercialização;
- o monitoramento; à avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre a biodiversidade, destacados o monitoramento do estado das pressões e das respostas dos componentes da biodiversidade; e a intensificação e garantia na eficiência do combate à caça e ao comércio ilegal;
- a educação, sensibilização pública, informação e divulgação sobre biodiversidade, destacada a importância da interação entre a gestão da biodiversidade e a saúde pública;
- o fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade, destacados o estímulo à cooperação entre governo, universidades, centros de pesquisa, setor privado e organizações da sociedade civil na elaboração de modelos de gestão da biodiversidade; bem como o fortalecimento dos fundos de financiamento para a sua gestão.

Essas são algumas das diretrizes da política nacional e que envolvem aspectos descritivos e funcionais da biodiversidade faunística, e estão diretamente relacionados ao tema da pesquisa. O Governo Federal indica os princípios e as diretrizes, porém, somente poderão ser atingidas com a efetiva participação dos entes federados, atuando localmente e sistematicamente. Nesse sentido, a busca do conhecimento e a implementação de ações locais configura um instrumento para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

O Município de São Paulo, por meio do Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade, criado pela Portaria 057/SVMA-G/2009, formulou o Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade da Cidade de São Paulo e, a Portaria 91/SVMA-G/2011 promove a sua implementação. Esse plano contempla ações voltadas à proteção e defesa da biodiversidade faunística e de saúde pública (BRANCO, 2011b).

3.1.3 Política Nacional de Vigilância em Saúde

Historicamente, as ações de saúde pública com intervenções no meio ambiente estavam relacionadas à qualidade da água de consumo e ao controle de vetores como os insetos transmissores da dengue; controle dos reservatórios ou hospedeiros da raiva, como os morcegos e cães; e o controle de animais peçonhentos como as cobras e aranhas (PMSP, 2008).

A redução de riscos de doenças e de outros agravos, segundo o artigo 196 da Constituição Nacional, é dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas; enquanto que, segundo o artigo 200, ao Sistema Único de Saúde compete executar as ações de vigilância sanitária, epidemiológica, bem como a saúde do trabalhador, que configuram a vigilância em saúde.

Por vigilância epidemiológica entende-se “um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos” (BRASIL, 1990).

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, em seu artigo 16 reza que compete à Direção Nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) participar na formulação e na implementação das políticas, entre elas, as de controle das agressões ao meio ambiente. À Direção Municipal do SUS compete executar serviços de vigilância epidemiológica; colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las; gerir laboratórios públicos de saúde; colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras; além de normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação (BRASIL, 1990).

No âmbito federal, compete à Secretaria de Vigilância em Saúde coordenar a gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, integrado pelos Subsistemas Nacional de Vigilância Epidemiológica e de Vigilância em Saúde Ambiental, além do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública. Essa gestão, voltada aos aspectos pertinentes à vigilância em saúde; sistemas de informação de vigilância em saúde; programas de prevenção e controle de doenças de relevância em saúde pública; e ainda, promoção do processo de elaboração e acompanhamento das ações de vigilância em saúde (BRASIL, 2013).

No organograma da Secretaria de Vigilância em Saúde, na Coordenação Geral de Vigilância em Saúde, a vigilância ambiental está estruturada com as respectivas áreas: água, ar, solo, desastres naturais, substâncias químicas; acidentes por produtos perigosos; fatores físicos; e o ambiente de trabalho. Na Vigilância Ambiental não está contemplada a área de vigilância da fauna silvestre, que também não configura objeto da área de Vigilância Epidemiológica, que atuam em populações de animais domésticos e sinantrópicos, por meio de Centros de Controle de Zoonoses. Dentre os sinantrópicos estão silvestres, como as cobras, tratadas como peçonhentos.

Sob a perspectiva das políticas de saúde pública, tradicionalmente, os animais são encarados como vetores de doenças que podem afetar os seres humanos e vistos como riscos à saúde pública; porém, na perspectiva das políticas de meio ambiente, os animais silvestres são propriedade do Estado e protegidos por

lei. Assim, principalmente no meio urbano, cabe uma reflexão sobre a forma como o Poder Público deve atender as diretrizes de ambas as políticas públicas.

A presença do animal silvestre no meio urbano está associada à saúde ambiental e merece destaque as enfermidades e zoonoses relacionadas aos silvestres devido ao crescimento das cidades em direção às áreas remanescentes de matas, onde a biodiversidade pode representar uma barreira natural da doença para o homem.

O Município de São Paulo tem como diretriz a aplicação de abordagem intersetorial no entendimento do processo saúde-doença e nas intervenções que visem à proteção, à promoção e à recuperação da saúde; bem como a implantação da vigilância à saúde, incorporando a vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental (PMSP, 2008).

3.1.4 Gestão Descentralizada da Fauna Silvestre

A Constituição do Estado de São Paulo, de 05 de outubro de 1989, incorpora as questões ambientais assumidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), criada em 1986. No que tange à proteção da fauna, foi instituído o Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado de São Paulo, pela Resolução SMA - 8, de 25-04-2000, com a finalidade de implantar estruturas e serviços voltados à proteção e conservação da biodiversidade e propor ações visando à integração dos serviços de normatização, fiscalização e manejo da fauna silvestre no Estado (SÃO PAULO, 2000).

Em 2005, pela Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto, o Estado de São Paulo institui o Código Estadual de Proteção aos Animais estabelecendo normas para a proteção, defesa e preservação da fauna (SÃO PAULO, 2005).

Em outubro de 2008, o IBAMA e Governo do Estado de São Paulo firmam um acordo de Cooperação Técnica visando à descentralização da gestão da fauna silvestre no Estado, ficando esta a cargo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA), por meio do Centro de Fauna Silvestre, segundo o Decreto Estadual nº 54.563/09. Pelo decreto, o Centro tem por atribuições propor normas e projetos; avaliar e fiscalizar atividades que utilizam os recursos faunísticos, seus produtos e

subprodutos; desenvolver ações, coordenar e implantar a legislação ambiental relacionada à fauna silvestre (SMA, 2012).

O Centro de Fauna Silvestre passa a ser composto por três núcleos temáticos:

1. Núcleo de Fauna Silvestre em Cativeiro: responsável pelas demandas referentes aos zoológicos, aquários, insetários, borboletários, criadouros científicos, criadouros conservacionistas, criadouros comerciais, mantenedores de fauna, estabelecimentos comerciais, frigoríficos e abatedouros, incluindo as emissões das autorizações para transporte de animais entre esses estabelecimentos.

2. Núcleo de Manejo de Fauna Silvestre: responsável pela análise, autorização e elaboração de projetos de manejo de fauna nativa e exótica em vida livre, além de análise e autorização de manejo de fauna para processos de licenciamento ambiental.

3. Núcleo de Destinação de Fauna Silvestre: responsável pelas questões referentes à destinação, centros de triagem e de reabilitação de fauna silvestre, bem como análise e emissão de autorizações para soltura e para transporte de animais entre esses estabelecimentos. Cabe a esse Núcleo analisar a viabilidade de implantação e funcionamento dos centros de reabilitação e de triagem, bem como de soltura desses animais, inclusive para os fins de expedição das respectivas autorizações. Ainda, realizar estudos, desenvolver modelos e propor normas voltadas à destinação de animais silvestres.

Para cada um dos Núcleos também são atribuídas ações específicas, sendo que a conclusão de todo o processo de descentralização estava prevista para 2013 (SMA, 2012).

3.2 BASE TÉCNICA

3.2.1 Gestão da Fauna Silvestre

Para OJASTI (2000), a gestão da fauna silvestre, na esfera governamental, compreende quatro principais aspectos: o planejamento; a política, a legislação e a gestão e uso do recurso. Esses aspectos parecem pouco atrativos para pessoas

orientadas sob os aspectos biológicos, porém, são de vital importância para a constituição de um marco referencial.

O planejamento é o processo de avaliação de alternativas e tomada de decisões que levam em consideração as escalas temporais, espaciais e hierárquicas. “O planejamento contribui para hierarquizar e integrar planos e ações, definir prioridades, prover as necessidades humanas, minimizar erros e conflitos, erradicar os vícios acumulados pela inércia institucional, incluindo a duplicidade e a dispersão de esforços e otimizando o uso dos recursos disponíveis” (a tradução é nossa) (OJASTI, 2000, p. 68).

A política engloba as intenções, diretrizes, obrigações e a orientação geral de uma entidade; e os governos a executam da forma que lhes parece mais correta e conveniente em termos políticos, socioeconômicos e ambientais. Dessa forma, enquanto alguns países permitem, por exemplo, a exploração da caça esportiva e o comércio de animais vivos; outros a proíbem expressamente. No geral, poucos países contam com um documento formal sobre sua política de fauna, o que reflete a baixa prioridade com que o assunto vem sendo tratado.

Segundo Wing, citado por OJASTI (2000, p. 62), a legislação trata da forma como a fauna está inserida no Direito Ambiental, e tem por finalidade proteger o interesse público, controlar o impacto humano sobre a fauna e assegurar a todos os cidadãos o mesmo acesso ao recurso.

A gestão da fauna, tradicionalmente sob a responsabilidade dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, é realizada por meio de seus serviços de fauna que executa a política delineada para o seu próprio território. Ela é realizada por meio de normas, liberação de licenças e aplicação de sanções, além do cumprimento de tratados internacionais, quando os países são signatários.

Ainda, é na esfera da gestão que são realizadas: as pesquisas, que são ferramentas básicas para a tomada de decisões; manejo; fiscalização, assegurando o fiel cumprimento das normas legais e técnicas de manejo, complementadas pela educação; além da promoção da participação pública por meio de consulta aos diversos setores como proprietários rurais; pesquisadores; e organizações não governamentais. Afirma, ainda, que a consolidação dos serviços de fauna é vital para a reorientação das políticas inspiradas na integração da conservação e o desenvolvimento, considerando os novos desafios da expansão demográfica das próximas décadas.

No que tange ao manejo da fauna, essa é uma atividade interdisciplinar que constitui um importante mercado de trabalho para biólogos, engenheiros florestais, agrônomos e veterinários (OJASTI, 2000).

Para CLARK (1999), o manejo da fauna significa exercer controle sobre as interações do homem com a vida silvestre, assim, atividades como a caça, pesca, captura, posse e venda dos animais são definidos e determinados em instrumentos regulamentadores que variam de acordo com as circunstâncias biológicas, como a flutuação de populações de animais; o hábitat; clima; etc. Todavia, as regulamentações são afetadas por valores e opiniões do público; costumes; e tradições, e influência política onde as considerações científicas não são prioritárias. Afirma, ainda, que na maioria das nações o manejo está delegado a uma Agência de Vida Silvestre, Ministério do Interior ou agência equivalente dentro do ramo administrativo de governo que, além da responsabilidade do manejo e combate ao comércio ilegal da fauna, também regulamenta os cuidados e a posse de animais individuais; o uso educacional; a exibição; e a reabilitação.

Os termos gestão e manejo são empregados pelos autores quando se referem à atuação governamental sobre o recurso faunístico.

O manejo envolve diversos procedimentos voltados aos animais que se encontram fora de seu hábitat. Existem serviços estruturados para o atendimento desses e que recebem diversas denominações.

JIMÉNEZ-PÉREZ (1999, p. 68) define os Centros de Resgate como “aqueles estabelecimentos públicos ou privados que contam com instalações capacitadas para receber, alojar e reabilitar exemplares da fauna silvestre provenientes de apreensões, doações, ou encontrados acidentados” (a tradução é nossa).

Segundo DREWS (1999, p. 470), o Centro de Resgate e ou de Reabilitação de Fauna Silvestre “é um lugar onde se recebe animais silvestres com a finalidade de habilitá-los novamente para regressarem ao seu hábitat natural” (a tradução é nossa).

Para SOORAE e PRICE (1999), os Centros de Resgate “são estabelecidos principalmente para tratar indivíduos feridos ou confiscados” (a tradução é nossa) (p. 63).

No Brasil, em nível do Governo Federal, pela Instrução Normativa - IN 169/2008, são reconhecidos os Centros de Triagem e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (IBAMA, 2008):

... Art. 1º Instituir e normatizar as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro, visando atender às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de conservação, de exposição, de manutenção, de criação, de reprodução, de comercialização, de abate e de beneficiamento de produtos e subprodutos, constantes do Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.

...

II- centro de triagem;

III- centro de reabilitação;

...

Inciso “VII - Centro de reabilitação de animais silvestres (CRAS): todo empreendimento autorizado pelo Ibama, somente de pessoa jurídica, com finalidade de: receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, criar, recriar, reproduzir, manter e reabilitar espécimes da fauna silvestre nativa para fins de programas de reintrodução no ambiente natural;”.

Inciso “VIII - Centro de triagem de animais silvestres (CETAS): todo empreendimento autorizado pelo Ibama, somente de pessoa jurídica, com finalidade de: receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares;... (p. 57).

BRANCO (2002) apresenta o conceito do Centro de Manejo de Animais Silvestres (CEMAS), fundamentada no serviço por ela idealizado e realizado pela Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre (DEPAVE-3), criada por lei, em 1993.

... definido como um serviço de recepção de animais silvestres nativos, onde seria prestado o atendimento médico veterinário com suporte laboratorial e acompanhamento biológico, visando à plena recuperação do animal para primordialmente reintegrá-lo à natureza (p. 247).

Ainda, segundo o conceito, o CEMAS² é uma instituição de serviços, estudos e informações sobre fauna e meio ambiente, baseada nos princípios da proteção, pesquisa e educação; objetivando contribuir para a preservação do meio e a vigilância ambiental.

² Governo do Estado de São Paulo- Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Fundação Florestal: Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado de São Paulo – Implantação do Centro de Manejo de Animais Silvestres do Estado de São Paulo - 2000-2002. CD-ROOM.

O Estado de São Paulo, de acordo com a Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, institui o Código Estadual de Proteção aos Animais e recepciona o conceito CEMAS:

... Artigo 1º Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, estabelecendo normas para a proteção, defesa e preservação dos animais no Estado.

...

Artigo 6º Fica instituído o Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado.

...

§ 2º - Todos os Municípios do Estado poderão viabilizar a implantação de Centros de Manejo de Animais Silvestres, para:

1. atender, prioritariamente, os animais silvestres vitimados da região;
2. prestar atendimento médico-veterinário e acompanhamento biológico aos animais silvestres;
3. dar apoio aos órgãos de fiscalização no combate ao comércio ilegal e demais infrações cometidas contra os animais silvestres;
4. promover estudos e pesquisas relativos à fauna silvestre e meio ambiente;
5. promover ações educativas e de conscientização ambiental (SÃO PAULO, 2005, p. 3).

Para SOORAE e PRICE (1999), as autoridades governamentais quando resgatam ou apreendem animais passam a ter responsabilidade de acomodá-los de maneira apropriada e visam às seguintes metas: maximizar o valor da conservação dos animais apreendidos sem colocar em perigo a saúde, o comportamento, as características genéticas ou o estado de conservação dos animais silvestres cativos; desestimular o comércio ilegal ou irregular dessas espécies; viabilizar uma solução humanitária que pode ser a manutenção do animal em cativeiro ou seu retorno à vida silvestre; realizar a eutanásia.

Segundo esses autores, em 1992 a IUCN/SSC³, a partir de um Grupo de Especialistas de Reintrodução (RSG), iniciou um trabalho para encarar o problema dos animais apreendidos. O trabalho foi desenvolvido em conjunto com a *Traffic International*⁴ com o auxílio de pesquisadores interessados no assunto, e que culminou na Resolução Conf. 9.10⁵, sobre a disposição de espécimes ilegalmente

³ IUCN - International Union for Conservation of Nature; SSC - Specialist Group; RSG - Re-introduction Specialist Group.

⁴ *Traffic International* é uma rede de trabalho para monitorar o comércio de animais e plantas silvestres.

⁵ Resolução Conf. 9.10 – Disposal of illegally traded, confiscated and accumulated specimens.

comercializadas e confiscadas, adotada na 14^a. Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)⁶.

O grupo traçou os seguintes destinos para os animais apreendidos vivos: transferência para programas de criação em cativeiro e reintrodução; retorno ao ambiente silvestre; cativeiro; e eutanásia. Uma vantagem no retorno do animal ao ambiente silvestre é o aumento de populações onde estas possam estar ameaçadas. A eutanásia também é indicada como uma solução, apoiada em considerações econômicas; de conservação; e até mesmo de bem-estar do animal, porém, há muitos pesquisadores contrários a essa prática e que buscam soluções para o problema, que não impliquem na penalização do animal com a morte.

Quando se trata de animais apreendidos, apenas um pequeno número pode ser solto, e segundo o Guia de Reintrodução da IUCN/SSC RSG (1995), o retorno para a natureza deve atender demandas de: reintrodução; revigoramento ou suplementação; conservação e introduções benignas.

LO (2006b), adaptado da IUCN (1995)⁷, explica que soltura é um termo empregado genericamente para as seguintes práticas:

- Reintrodução ou restabelecimento: tentativa de se estabelecer uma espécie em área na qual, anteriormente fazia parte de seu histórico, mas da qual foi extirpado ou se tornou extinto;
- Relocação ou translocação: movimento deliberado ou mediado, de indivíduos selvagens ou de populações de sua área de atuação para outra área em que ela também ocorre.
- Recolocação é a devolução do indivíduo ou grupo da mesma localidade de origem, num curto espaço de tempo.
- Revigoramento: soltura de indivíduos de uma espécie com a intenção de aumentar o número de indivíduos de uma população em seu hábitat e distribuição geográfica originais.
- Introdução de conservação: tentativa de se estabelecer uma espécie, para o propósito de conservação fora de sua área de ocorrência, mas dentro de um hábitat apropriado.

⁶ CITES -*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora* é um acordo multilateral com o objectivo de assegurar que o comércio de animais e plantas selvagens, e de produtos deles derivados, não pondo em risco a sobrevivência das espécies.

⁷ IUCN - *Guidelines for Reintroductions*, 41º. Reunião do Conselho da IUCN, Gland, Suíça, maio 1995.

Esses conceitos são de extrema importância e devem ser considerados pelas instituições que manejam animais silvestres, tanto os resgatados de acidentes como os apreendidos.

Para CLARK JR. (1999), a regulamentação governamental sobre a reabilitação de animais deve levar em consideração a localidade, país ou região, devendo ser realista em relação à habilidade dos reabilitadores, não existindo razão para estabelecer padrões tão altos que as organizações não possam cumpri-los, especialmente, considerando as limitações financeiras e falta de apoio público. Na identificação e definição dos padrões mínimos para a reabilitação da fauna silvestre, os governos devem considerar as práticas aceitáveis na atualidade entre os profissionais e refleti-las em suas normativas. Um sistema regulador efetivo deve dar incentivos e requisitos que apoiem os reabilitadores a se atualizarem e empregarem técnicas avançadas para esse fim.

No entanto, ao ser ampliada a rede de serviços voltados ao atendimento de animais silvestres vitimados, os fatores de risco não devem ser ignorados. Assim, não é plausível que serviços públicos dessa natureza não contemplem ações voltadas às investigações de enfermidades e zoonoses nos animais e os potenciais riscos para a saúde da população, tanto animal como humana, restringindo-se apenas aos aspectos relacionados à integridade da vida do animal assistido.

Para CLARK JR. (1999), um programa de resgate de fauna silvestre deve repousar sobre três pilares: bom cuidado e reabilitação dos animais; educação do público; participação na política e em atividades de manejo que incorporem conhecimentos adquiridos, a partir dos animais cativos, para o benefício da fauna em geral.

Os centros de resgate de fauna podem colaborar com a conservação de espécies ameaçadas mediante o desenvolvimento de atividades de pesquisa, educação, cria e reintrodução de exemplares cativos. Os animais que transitam por estes centros podem fornecer uma valiosa informação biológica (a tradução é nossa) (JIMÉNEZ-PÉREZ 1999, p. 68-69).

Nos Estados Unidos, 80% dos pesticidas são empregados em fazendas onde são frequentes os acidentes ocupacionais causados por máquinas agrícolas. Uma pesquisa realizada com aves resgatadas demonstrou que a exposição a pesticidas

aumenta a possibilidade de que um animal sofra acidente. “Por que a mesma situação não poderia ser válida para os humanos? Cremos que a constante exposição de fazendeiros a pesticidas pode ser um fator contribuinte para a alta incidência de acidentes, lesões e mortes” (a tradução é nossa) (CLARK JR., 1999, p. 98).

3.2.2 Gestão Municipal da Fauna Silvestre

Na esfera municipal, a Constituição Federal de 1988, que consagrou o princípio da descentralização política e da municipalização, privilegia a ação local delegando aos municípios e, portanto, aos cidadãos, a tarefa de dizer como aspiram ao desenvolvimento e ao futuro da sua localidade, bem como inspira a criação dos instrumentos para implantação desta nova gestão (CEPAM, 2001).

Em 03 de janeiro de 1989, a pesquisadora iniciou o processo de descentralização da gestão da fauna silvestre no Município de São Paulo com a apresentação do “Projeto Criação do Serviço Médico Veterinário, Biologia e de Manejo de Fauna no Departamento de Parques e Áreas Verdes”, à época, ligado à Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura de São Paulo, após a recusa da Secretaria Municipal da Saúde em acolher a proposta. O primeiro apoio ao projeto foi manifestado pelo PhD Chris Wermer⁸, em uma carta endereçada ao então Prefeito Jânio Quadros, em 05 de dezembro de 1988, onde mencionava que tomara conhecimento da rica fauna silvestre paulistana e da importância do projeto (Anexo 1).

Durante os quatro anos seguintes o Serviço Médico Veterinário, como foi denominado à época, operou informalmente até ser acolhido como uma política de

⁸ Assistant Director for Conservation of Research Center - National Zoological Park, Front Royal, Virginia, USA, and Smithsonian Institution – Coordenador do Curso de Treinamento em Biologia e Manejo de Animais Silvestres [Zoo Animal Management], realizado no período de 16 de novembro a 10 de dezembro de 1988, na Fundação Parque Zoológico de São Paulo.* [Eu também fiquei surpreso ao saber que um veterinário tem a responsabilidade pelo cuidado e tratamento dos animais que são usufruídos pelos cidadãos desta grande cidade. Dra. Angela Espuny, veterinária dos parques municipais desenvolveu um plano para manejar e cuidar da fauna silvestre no parque da cidade. Porque os animais domésticos carregam muitas doenças, a fauna silvestre dos parques da cidade pode ser seriamente ameaçada por epidemia transmitida por animais domésticos. Consequentemente, os veterinários e biólogos treinados devem manejar a fauna silvestre urbana para garantir sua sobrevivência...].

governo com a publicação da Portaria n° 008/DEPAVE-G/92, em 24 de abril de 1992, onde constava:

Considerando a grande diversidade de espécies animais que são encontradas nos Parques Municipais, e o interesse deste Departamento de Parques e Áreas Verdes na prestação de uma assistência médica veterinária a essas espécies, assim como no seu manejo adequado,

Resolve: designar a médica-veterinária Angela Maria Branco Espuny e a Bióloga Teresa de Lourdes Cavalheiro, para implantarem, coordenarem e executarem junto ao DEPAVE-5, o projeto referente à “criação do serviço médico-veterinário, biologia e de manejo de fauna no DEPAVE” (PMSP, 1992).

Em 18 de outubro de 1993, pela Lei Municipal n° 11.426, foi criada a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Biologia da Fauna (DEPAVE-3), tendo por atribuições, “promover a preservação e a conservação da fauna, com acompanhamento médico-veterinário curativo, profilático, biológico, sanitário, nutricional e reprodutivo” (SÃO PAULO (Município), 1993).

Em 25 de maio de 1995 foi publicada a Portaria n° 044/SVMA.G/95 que constituiu o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), ligado ao DEPAVE-3, definindo a sua localização e relacionando as suas atribuições. Em 9 de maio de 1996 foi publicada a Lei Municipal n° 12.055, que autoriza a implantação do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS e do Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS, como Seções Técnicas do DEPAVE-3:

Art. 1º- Fica o Executivo autorizado a implantar, no Parque Anhanguera, o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS).

Parágrafo único. O CETAS e o CRAS ficam subordinados à Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Biologia da Fauna (DEPAVE-3), do Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA (SÃO PAULO (Município), 1996).

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto Municipal n° 37.653, de 25 de setembro de 1998 (SÃO PAULO (Município), 1998).

Em 2002, a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Biologia da Fauna (DEPAVE-3), passa a ser denominada Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre (DEPAVE-3). A Lei Municipal n° 11.426, de 18 de outubro de 1993, foi revogada pela Lei Municipal n° 14.887, de 16 de janeiro de 2009, porém,

foram mantidos o DEPAVE-3 com as suas atribuições e sede da Divisão no Parque do Ibirapuera. (SÃO PAULO (Município), 2009). O Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) e o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) permaneceram como unidades do DEPAVE-3, com as suas sedes no Parque Anhanguera (Figura 3.1).

Figura 3.1 – Mapa do Município de São Paulo com a localização das duas sedes da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre da Prefeitura de São Paulo.

Fonte: Mapa do Município - SVMA/PMSP
Elaborado pela autora

Durante o processo de formulação de políticas públicas da Prefeitura de São Paulo foram incorporados todos os princípios e as finalidades descritos no projeto conceitual “Projeto Criação do Serviço Médico Veterinário, Biologia e de Manejo de Fauna no Departamento de Parques e Áreas Verdes”, e conforme fluxograma do manejo de animais silvestres (Figura 3.2) idealizado pela pesquisadora em 1988. (BRANCO, 2002 p. 243).

Figura 3.2 Fluxograma demonstrando os procedimentos indicados para os animais silvestres vitimados em um Centro de Manejo.

Fonte: BRANCO, 2002.

A figura do fluxograma ilustra os principais procedimentos, aplicados nos animais que dão entrada no Serviço, realizado pelo DEPAVE-3, que conta em seu organograma com áreas para a atuação de profissionais de Medicina Veterinária,

Biologia, entre outros. Possui estrutura hospitalar; de reabilitação; e Centro de Triagem de Animais Silvestres, que difere do CETAS do IBAMA, pois realiza a triagem para a destinação do animal após sua alta, uma vez que todos dão entrada na Divisão pela área de Clínica Médica.

Em dezembro de 2014, parte da equipe da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre, sediada no Parque do Ibirapuera, é transferida para a nova sede do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres, com estrutura hospitalar, situado no Parque Anhanguera (Figura 3.3).

Figura 3.3 Foto aérea do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna, no Parque Anhanguera. São Paulo (Município), 2014.

Fonte: Acervo SMSU/PMSP

Para a autora, o termo manejo engloba todas as práticas e procedimentos aplicados aos animais, que durante a sua internação, compreendem: captura; contenção; transporte; atendimento médico veterinário; atendimento biológico; ambientação no recinto; alimentação; reabilitação; soltura. Isso implica que, desde o

início do atendimento até que o mesmo seja destinado para soltura ou entregue para outra instituição, ele estará submetido ao constante manejo (BRANCO, 2002).

O inventário da fauna é um instrumento que possibilita os animais acidentados, procedentes da natureza, após o manejo e a avaliação técnica criteriosos, serem reintegrados em locais próximos de onde foram resgatados. Também é um instrumento de gestão da fauna, pois, reflete o estado da biodiversidade do meio.

No caso específico dos serviços de manejo de animais silvestres, é o inventário da fauna que possibilita:

- Subsidiar a elaboração de estudos e relatórios de impacto ambiental;
- Direcionar projetos de implantação e manejo de áreas verdes;
- Gerar indicadores ambientais;
- Orientar as políticas públicas de planejamento urbano;
- Contribuir para a catalogação da biodiversidade da localidade;
- Dar respaldo às solturas dos animais.

Para a realização das solturas, BRANCO (2002) destaca, para que um animal seja recolocado no seu hábitat natural é necessária à observância da legislação e o cumprimento dos seguintes critérios:

- O animal deve ser solto na área de procedência do espécime, e dependendo da espécie, na área de sua ocorrência;
- Deve estar confirmada a ocorrência da espécie na área de soltura;
- Deverão ser realizados exames laboratoriais específicos para a espécie, com a finalidade de se detectar e investigar doenças inaparentes;
- O animal deve estar com a saúde, anatomia e fisiologia recuperadas;
- O animal deve estar identificado por método de marcação, preconizado para a espécie;
- As solturas devem ser monitoradas, sempre que houver esta possibilidade.

A adoção desses critérios é justificável, pois, solturas realizadas de maneira indevida podem comprometer as espécies que já vivem na localidade e provocar desequilíbrio ambiental, devido aos riscos de:

- Introdução de uma espécie animal que não ocorre na área;
- Introdução de uma nova doença no meio silvestre.

Como área de soltura, entende-se o local ou a região de procedência do animal.

Segundo DEPAVE-3, no período entre 1993 a 2010, foram registradas 700 espécies de animais silvestres no inventário da fauna do Município de São Paulo, sendo 127 espécies endêmicas da Floresta Atlântica e 02 do Cerrado; 26 espécies listadas como ameaçada pela União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN); e 09 pelo MMA. São Paulo (Município), 2010.

A relação dos locais onde foram realizados os levantamentos de fauna (Figura 3.4) se encontram georreferenciados no mapa do Município de São Paulo (Figura 3.5).

Figura 3.4 - Relação dos locais onde foram realizados os estudos de inventário da fauna, no Município de São Paulo. São Paulo (Município), 2010.

Áreas de Inventariamento da Fauna no Município de São Paulo - 2010

Parques Municipais

- 1 Parque Aclimação
- 2 Parque das Águas
- 3 Parque Alfredo Volpi
- 4 Parque Alto da Boa Vista
- 5 Parque Anhanguera
- 6 Parque Buenos Aires
- 7 Parque Burle Marx e Arredores
- 8 Parque do Carmo
- 9 Parque Cemiterio Vila Formosa
- 10 Centro Mun.Campismo - CEMUCAM
- 11 Parque Chácara das Flores
- 12 Parque Chico Mendes
- 13 Parque Cidade de Toronto
- 14 Parque da Ciência
- 15 Parque Colinas de São Francisco
- 16 Parque Consciência Negra
- 17 Parque do Cordeiro
- 18 Parque Darcy Silva
- 19 Parque Embu Mirim
- 20 Parque Ermelino Matarazzo
- 21 Parque dos Eucaliptos
- 22 Parque Guarapiranga
- 23 Parque do Ibirapuera
- 24 Parque Independência
- 25 Parque Jacintho Alberto
- 26 Parque Jacques Costeau
- 27 Parque Jardim Felicidade
- 28 Parque Lajeado
- 29 Parque Lina e Paulo Raia
- 30 Parque Linear Castelo Dutra
- 31 Parque Linear Caulim
- 32 Parque Linear Cipoaba
- 33 Parque Linear do Bispo
- 34 Parque Linear Guaratiba
- 35 Parques Linear Nove de Julho e Linear São José
- 36 Parque Linear Oratório
- 37 Parque Linear Pires/Caburé
- 38 Parque Linear Sapopemba
- 39 Parque Linear Taboão
- 40 Parque Lions Club Tucuruvi
- 41 Parque Luis Carlos Prestes
- 42 Parque da Luz

- 43 Parque M'Boi Mirim
- 44 Parque Nabuco
- 45 Parque Nair Belo
- 46 Parques Pinheirinho D'água e Linear do Fogo
- 47 Parque Piqueri e Arredores
- 48 Parque do Povo
- 49 Parque Previdência
- 50 Parque Raposo Tavares
- 51 Parque Raul Seixas
- 52 Parque Rodrigo de Gaspari
- 53 Parque Santa Amélia
- 54 Parque Santo Dias e Arredores
- 55 Parque São Domingos
- 56 Parque Severo Gomes
- 57 Parque Shangrila
- 58 Parque Tenente Brigadeiro Faria Lima
- 59 Parque Tenente Siqueira Campos
- 60 Parque Vila do Rodeio
- 61 Parque Vila dos Remédios
- 62 Parques Vila Guilherme e do Trote
- 63 Parque Vila Prudente (Lidia Natalizio Diogo)

APA Municipal Bororé-Colônia

- 64 Fazenda Castanheiras
- ##### APA Municipal Capivari-Monos
- 65 Bairro Gramado
 - 66 Clube Campeste de São Paulo
 - 67 Estação Evangelista
 - 68 Fazenda Capivari (SABESP) e Arredores
 - 69 Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia
 - 70 Sítio Bordim

Áreas Verdes Significativas

- 71 Clube da Varig
- 72 Clube de Campo São Paulo
- 73 Clube Hípico de Santo Amaro
- 74 Fazenda Mutinga
- 75 Jardim Herculano e arredores
- 76 Sítio Margarida
- 77 Sítio Roda D'Água

Parques e Unidades de Conservação Estaduais

- 78 APA Estadual do Carmo
- 79 Fazenda Tizo
- 80 Núcleo Curucutu - Parque Estadual da Serra do Mar
- 81 Villa Lobos

Fonte: DEPAVE-3/SVMA/PMSP

Figura 3.5 – Mapa do Município de São Paulo com a indicação dos locais, georreferenciados, onde foram realizados inventário da fauna. São Paulo (Município), 2010.

Fonte: DEPAVE-3/SVMA/PMSP

Segundo o Artigo 25 da Lei Federal nº 9.605/98, modificado pela Lei Federal nº 13.052, de 2014, os animais serão prioritariamente libertados em seu hábitat ou entregues em instituições autorizadas, para guarda e cuidados de técnicos habilitados; ficando o órgão autuante responsável para que eles sejam mantidos em condições que garantam o seu bem-estar físico (BRASIL, 2014). No DEPAVE-3, eles são atendidos por Médicos Veterinários, Biólogos e outros profissionais que garantem o melhor destino para os mesmos (BRANCO, 2011a).

Nas apreensões, dificilmente são obtidas informações relativas ao histórico de procedência ou origem dos animais, e dependendo da espécie, a falta de informações impossibilita sua recolocação na natureza e o cativeiro é o principal destino para os apreendidos, assim como, para os acidentados que não tiveram sucesso na reabilitação e para os com características de domesticação.

Todas as informações colhidas durante o período de internação dos animais são registradas em fichas individuais apropriadas, que compõem o prontuário composto pelas fichas clínica; biológica; de reabilitação; de observação; laudos laboratoriais e exames complementares como raios X, laudo de necropsia; além de outros documentos que possam integrar o histórico do animal. As informações referentes à entrada e à destinação dos animais são registradas na Ficha de Retenção e Destinação, e parte dessas informações transferida para o Sistema de Informações da Fauna (SISFAUNA).

No Relatório de Atividades das áreas de soltura e monitoramento de animais silvestres no Estado de São Paulo, do IBAMA, consta que o DEPAVE-3 atende ocorrências com a fauna silvestre do município e também da região metropolitana de São Paulo, sendo suas principais atribuições “a assistência médico veterinária a animais silvestres, a vigilância ambiental e epidemiológica em parques municipais e levantamento faunístico em parques e áreas verdes significativas, com o objetivo de respaldar as solturas no município de São Paulo” (IBAMA, 2009, p. 48).

Para BRANCO (2008), a descentralização dos serviços de manejo de silvestres indica que suas atribuições estão restritas a uma determinada localidade, cujas atividades não devem ultrapassar os limites da regulamentação nacional ou estadual, restringindo-se à resolução de problemas e questões relativas aos animais silvestres da própria localidade.

No entanto, os animais não estão fixados no território e não consideram limites geográficos. Assim, a gestão da fauna pressupõe ações descentralizadas e realizadas de forma integrada.

O Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade da Cidade de São Paulo propiciou a aproximação dos órgãos que atuam com animais silvestres, no âmbito de suas competências PMSP (2011a). Nele, foram inseridos diversos objetivos relacionados à gestão integrada da fauna silvestre, com destaque para as seguintes ações:

- a realização de pesquisas sobre a ocorrência e distribuição de doenças e zoonoses presentes na fauna silvestre, para fins de controle;
- ampliação das ações voltadas à vigilância epidemiológica de doenças e zoonoses relacionadas à fauna silvestre, propiciadas pelos eventos climáticos extremos e as mudanças climáticas;
- incentivo e promoção de pesquisas e projetos que insiram as questões relativas à biodiversidade na área de saúde;
- intensificação de ações fiscalizatórias contra crimes envolvendo a captura e o comércio ilegal de animais silvestres;
- integração de sistemas, especialmente os que gerenciem informações e dados sobre biodiversidade, e estes com os sistemas utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- promoção de cursos sobre a temática biodiversidade para todos os tipos de público;
- propor instrumentos e estabelecer diretrizes e normas de procedimentos para a gestão e o manejo da fauna;
- equipar e ampliar a capacitação da Guarda Civil Metropolitana Ambiental para atuar no combate à coleta, captura e ao comércio ilegal da flora e da fauna.

Para a implementação desse Plano e definição das metas foi prevista a criação de um Programa de Preservação e Proteção da Biodiversidade Paulistana, e os recursos para o Programa seriam provenientes dos orçamentos das secretarias envolvidas na ação e pelo Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (PMSP, 2011a).

3.3 RELAÇÃO BIODIVERSIDADE FAUNÍSTICA E SAÚDE

No âmbito da discussão sobre biodiversidade e saúde, NOGUEIRA-NETO (1973), alerta para o risco de transmissão de enfermidades entre os animais silvestres e o homem, e vice-versa; e que muitas das zoonoses envolvendo a fauna silvestre são letais, se não tratadas adequadamente. Enquanto algumas doenças, como a febre amarela, estão restritas a determinadas famílias zoológicas como os primatas; outras, podem afetar inúmeras espécies de animais, como a toxoplasmose, causada por um protozoário que atinge aves; roedores; carnívoros; ruminantes; suínos, ocasionando perturbações nervosas, digestivas e respiratórias. Alertava, também, para o risco da ornitose, doença que pode ser mortal e acometer pessoas que manejam aves, chamando a atenção para os sintomas que, normalmente, são confundidos com a gripe, mononucleose, meningite e até febre tifoide. A raiva foi outra patologia destacada pelo autor que, transmitida por qualquer espécie de mamífero, pode permanecer por vários anos incubada em algumas espécies como os morcegos, primatas e raposas, sem apresentar sintomatologia.

Segundo RENTAS (2001), animais silvestres podem transmitir zoonoses, e entre os mais comuns estão:

- primatas, potencialmente transmissores da febre amarela, capilariose, equinostomíase, esofagostomíase, febre de Mayaro, hepatite A, herpes simples, malária, tuberculose, shigelose, salmonelose, toxoplasmose, raiva, entre outras;
- quelônios⁹, potencialmente transmissores de doenças enterobacterianas causadas por salmonela;
- psitacídeos¹⁰, potencialmente transmissores de doenças como a toxoplasmose e psitacose.

SILVA (2008) compila as principais zoonoses e doenças emergentes parasitárias e infecciosas (Quadro 3.1), que ocorrem nos animais silvestres:

⁹ Quelônios como: jabuti, cágado e tartaruga.

¹⁰ Psitacídeos como: papagaio, arara e periquito.

Quadro 3.1 - Relação das principais zoonoses de animais silvestres.

Doença e Agente Etiológico	Principais Fontes de Infecção e Reservatórios	Vias de Transmissão
Amebiose <i>Entamoeba histolytica</i>	Mamíferos	Ingestão de água e alimentos contaminados com cistos.
Aspergilose <i>Aspergillus flavus</i>	Aves	Ingestão de conídias de solo contaminado.
Brucelose <i>Brucella abortus</i> , <i>Brucella suis</i> , <i>Brucella ovis</i> , <i>Brucella canis</i>	Ungulados Carnívoros	Ingestão de pastos contaminados com brucélas através de fetos abortados, placenta e líquidos uterinos. Exposição por meio das mucosas genital e conjuntival, da pele e das vias respiratórias.
Campilobacteriose <i>Campylobacter</i> sp	Animais e seus subprodutos.	Via fecal-oral, direta ou indireta. Ingestão de produtos de origem animal contaminados com fezes infectadas.
Clamidiose <i>Chlamydophila psittaci</i>	Psitacídeos Columbíformes	Inalação de aerossóis em ambientes contaminados ou pela via digestiva.
Complexo Hidatidose-equinococose <i>Equinococcus granulosus</i>	Raposas Cervídeos (ciclo silvestre)	Ingestão de vísceras contaminadas com cistos hidáticos.
Criptosporidiose <i>Cryptosporidium</i> spp	Mamíferos	Ingestão de água e alimentos contaminados com oocistos.
Dirofilariose <i>Dirofilaria immitis</i>	Canídeos Procionídeos	Através do repasto sangüíneo (inoculação de microfilárias) pelos vetores biológicos - mosquitos (<i>Culex</i> , <i>Aedes</i> , <i>Anopheles</i> , outros).
Doença de Chagas <i>Trypanosoma cruzi</i>	Mais de 200 espécies de	Contato com as fezes dos vetores biológicos (hemípteros) principalmente

	mamíferos, principalmente o gambá (<i>Didelphis</i> sp)	dos gêneros <i>Triatoma</i> , <i>Panstrongylus</i> e <i>Rhodnius</i> contendo tripomastigotas.
Fasciolose <i>Fasciola hepatica</i>	Herbívoros	Ingestão de água e vegetação contaminadas com metacercárias encistadas.
Febre Maculosa <i>Rickettsia rickettsii</i>	Capivaras (principal reservatório)	Através de picadas de carrapatos, possivelmente do gênero <i>Amblyomma</i> spp.
Giardíase <i>Giardia intestinalis</i>	Carnívoros	Ingestão de água e alimentos contaminados com cistos.
Histoplasmose <i>Histoplasma capsulatum</i>	Morcegos Aves	Inalação de esporos dos fungos em ambientes fechados, principalmente cavernas.
Larva migrans cutânea <i>Ancylostoma braziliensis</i>	Canídeos	Solo contaminado com ovos do parasita e através da pele (larvas).
Larva migrans visceral <i>Toxocara canis</i>	Canídeos	Fecal-oral (solo contaminado com ovos do parasita).
Leishmaniose tegumentar <i>Leishmania braziliensis</i>	Roedores Preguiça Tamanduá Canídeos Equídeos	Vetores biológicos flebotomíneos <i>Lutzomyia</i> spp (mosquito-palha).
Leishmaniose visceral <i>Leishmania chagasi</i>	Canídeos	Vetores biológicos flebotomíneos <i>Lutzomyia</i> spp (mosquito-palha).
Leptospirose <i>Leptospira interrogans</i>	Roedores Carnívoros	Contato de mucosas ou pele com água, fômites ou alimentos contaminados com urina dos animais (fontes de infecção).
Raiva	Morcegos e	Mordedura de animais raivosos.

<i>Lyssavirus</i>	carnívoros (sic)	
Salmonelose <i>Salmonella</i> spp	Répteis Aves Mamíferos	Ingestão de salmonelas viáveis.
Sarcocistose <i>Sarcocystis</i> spp	Carnívoros Herbívoros	Ingestão de oocistos no meio ambiente e carnivorismo (ingestão de sarcocistos).
Toxoplasmose <i>Toxoplasma gondii</i>	Felídeos e animais endotérmicos.	Ingestão de oocistos esporulados na água e alimentos contaminados, carnivorismo (cistos teciduais-bradizoítas) ou transplacentária (taquizoítas).
Tuberculose <i>Mycobacterium tuberculosis</i> , <i>Mycobacterium bovis</i>	Herbívoros, Carnívoros, Primatas.	Através da inalação de esporos no meio ambiente, principalmente fechado.

Fonte: Extraído de BRANCO (2008)

VASCONCELOS (2001) destaca o papel dos animais vertebrados como fontes de infecção e reservatórios de agentes de doenças transmissíveis para os seres humanos, tanto os doentes como os portadores. Os doentes desempenham um papel limitado, enquanto que os portadores encerram importância epidemiológica, por aparentarem perfeito estado de saúde e terem livre movimentação.

3.4 MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES E A INTER-RELAÇÃO COM A SAÚDE

A biodiversidade faunística está diretamente relacionada à biodiversidade florística que depende da qualidade dos recursos naturais. O ambiente urbano, com baixa biodiversidade, reflete sobre a saúde das populações e os animais silvestres são frequentemente encontrados fora de seu habitat natural, em contato com o

homem. Esses animais, se resgatados e atendidos em centros de recepção de fauna, devidamente estruturados, podem representar um instrumento para se avaliar o estado do meio, além de contribuir com informações sobre doenças e zoonoses que ocorrem na localidade.

Para BRANCO (2008), um único espécime animal atendido pode apresentar um problema que represente um fator de risco para as populações que estejam sob a sua exposição, e por essa razão, constituem sentinelas para a vigilância em saúde.

Normalmente, as informações e os dados gerados a partir do manejo dos animais silvestres são ignorados pela área de gestão ambiental que atua com biodiversidade. Da mesma forma, informações e dados sobre a biodiversidade faunística se perdem no contexto da área de saúde, que também não considera as questões relacionadas aos animais silvestres e sua função ecológica.

No País, há centros que manejam animais silvestres e realizam exames para investigar a sanidade dos mesmos, antes de serem recolocados ou reintroduzidos no meio.

FITORRA et al. (2009), relatam que na triagem dos animais aptos para soltura em Miracatu, São Paulo, as aves são avaliadas, para fins sanitários, “por meio de exames laboratoriais para os seguintes agentes: *Paramixovirus*, *Influenza*, *Chlamydophyla psittaci*, *Salmonella ssp*, *Mycoplasma ssp*, *Escherichia coli* (endopatogênica) e endoparasitas”. (p. 29).

Segundo LO et al. (2009), na repatriação e monitoramento de papagaio verdadeiro (*Amazona aestiva*) são realizados exames de “isolamento por PCR (*polimerase chain reaction*) para: *Chlamydophila* (pool), *Mycoplasma* (indivíduo), *Influenza* (pool), *Newcastle* (pool), cultura de *Salmonella* de fezes (pool), esfregaço sanguíneo (indivíduo), coproparasitológico (métodos direto, flutuação e sedimentação) e pesquisa de *Giardia* e *Cryptosporidium* (pool)” (p. 45).

LONGO et al. (2009) destaca que na triagem dos animais aptos para a soltura em Salesópolis, São Paulo, “na análise sanitária, as aves são avaliadas através de exames laboratoriais para os seguintes agentes: *Paramixovirus*, *Influenza*, *Chlamydophyla psittaci*, *Salmonella ssp*, *Mycoplasma ssp*, *Escherichia coli* (endopatogênica) e endoparasitas”. (p. 25).

LYSENKO et al. (2009) relatam que na recepção, triagem e quarentena, as aves silvestres do Município de Itanhaém, São Paulo, passam por exames

laboratoriais para verificação de ectoparasitas, hemoparasitas e endoparasitas, além da “detecção de agentes etiológicos mais agressivos, como Doença de Pacheco, salmonela e clamídia, para que não haja proliferação de agentes contaminantes”. (p. 11).

Nos trabalhos apresentados por esses autores que relatam procedimentos sanitários para subsidiarem a libertação de animais silvestres, principalmente apreendidos, não constam os resultados obtidos a partir dos exames laboratoriais.

Na cidade de São Paulo é possível mapear locais com a presença do agente etiológico causador da leptospirose (*Leptospira sp*) e seus sorovares, a partir de animais silvestres atendidos no DEPAVE-3 (CORRADO, 2001), como os gambás (*Didelphis sp*), por meio de exames sorológicos (BERTOLA, 2004).

Esse estudo, envolvendo gambás, demonstra que enquanto a pesquisa está restrita a apenas um animal não apresenta grande significado para a área da saúde. No entanto, quando é realizada de forma sistemática em dezenas ou centenas de animais, com procedência conhecida, passa a configurar um quadro da distribuição da doença no ambiente e torna a informação uma ferramenta para o seu monitoramento e controle, com vistas à saúde pública (BRANCO, 2008).

A realização sistemática de exames laboratoriais para a pesquisa, o diagnóstico e tratamento de doenças e zoonoses nos animais silvestres que serão recolocados na natureza demonstram a importância do procedimento de manejo, sobretudo, para com a vigilância em saúde.

Os exames de diagnóstico estão voltados tanto para a saúde dos animais como para a do homem, uma vez que a maioria dos animais resgatados foi manipulada por pessoas que desconhecem os riscos de acidentes e transmissão de doenças. A ocorrência da raiva, em morcegos doentes resgatados de parques urbanos da cidade de São Paulo, ilustra a importância da medida (BRANCO, 2011).

4 METODOLOGIA

Durante o desenvolvimento da pesquisa foram empregados diversos procedimentos metodológicos:

- 1- Pesquisa bibliográfica;
- 2- Levantamento de dados;
- 3- Mapeamento das informações e dados obtidos nos levantamentos;
- 4- Aplicação de questionário;
- 5- Pesquisa-ação em duas frentes:

5.1 Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados;

5.2 VigiBio-Fauna e uma nova forma de destinação de animais vitimados.

Também, foram elaborados dois estudos apresentados em forma de capítulos:

- Um estudo sobre a Febre Maculosa Brasileira e a biodiversidade como exemplo de Vigilância em Saúde;
- Uma abordagem sobre o comércio ilegal de animais silvestres e a Segurança Pública.

Todos os métodos serão descritos na sequência, em itens específicos.

Por orientação do Comitê de Ética em Pesquisa, o projeto não necessitou ser submetido à apreciação por não ser relativo a seres humanos; estar voltado às instituições e empregar apenas dados referentes aos animais, ou sistemas públicos.

A pesquisa teve o apoio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, considerando que visava à busca de soluções para as demandas envolvendo animais acidentados e comercializados ilegalmente, recolhidos ou apreendidos pela Guarda Civil Metropolitana, e que o trabalho estava sendo desenvolvida para a Prefeitura de São Paulo.

Esta pesquisa dá continuidade à Dissertação de Mestrado, realizada pela autora, com o título: “Políticas públicas e serviços públicos de gestão e manejo da fauna silvestre nativa resgatada. Estudo de caso: Prefeitura de São Paulo” (BRANCO, 2008).

A metodologia utilizada sofreu adaptação para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo o Professor Victor Ferreira¹¹, o melhor método de pesquisa é aquele que se presta ao pesquisador para atingir os seus objetivos e buscar a solução para o problema apresentado. Caso os métodos existentes não se mostrem adequados, o pesquisador tem a liberdade de adaptá-lo ou empregar uma nova metodologia.

Nesse momento de compreensão dos fatos e processo de criação de conceitos, buscamos o caráter científico que é dado pelo conjunto organizado de conhecimentos – especialmente os obtidos mediante a observação, experiência, prática e aplicação de um método próprio – que servem para um determinado fim (BRANCO, 2002, p. 252).

4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

No princípio, a pesquisa foi amparada na revisão da literatura em publicações nacionais e internacionais como livros, artigos de periódicos científicos, teses, dissertações, sites institucionais, Google Acadêmico e no Portal de Busca Integrada SIBiUSP; nas bases de dados como: Dedalus; Lilacs; SciELO; Medline; PubMed; BIREME, empregando palavras-chave como: política pública; biodiversidade; vigilância saúde; zoonoses; doença silvestre; lei fauna; gestão fauna; manejo animal silvestre; serviço fauna; inventário fauna; conservação fauna; saúde ambiental, medicina conservação; realizada nos idiomas português, inglês e espanhol. Nas instituições públicas, a pesquisa foi documental, realizada em documentos públicos, relatórios de atividades, diários oficiais e publicações institucionais. (GIL, 2002). Parte da pesquisa institucional, também, foi realizada em sistemas informatizados e banco de dados.

Para conhecer as políticas públicas e os serviços realizados por instituições de governo internacional, com os animais vitimados, foram pesquisados diversos sites oficiais de Países Americanos, da Europa e África. A maioria dos órgãos

¹¹ Vitor Sérgio Ferreira, Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, aula ministrada na Disciplina Seminários de Pesquisa Social: Teorias, Métodos e Técnicas de Investigação, Curso de Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública da USP, em 22 out. 2013.

governamentais delega a tarefa de prestar atendimento aos animais para a sociedade civil organizada.

4.2 LEVANTAMENTO DE DADOS

Mediante carta encaminhada para a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Prefeitura de São Paulo, a autora foi autorizada a realizar pesquisas no Sistema de Informações da Guarda Civil Metropolitana - SIG-GCM, referente às ocorrências envolvendo animais silvestres. A consulta tinha como objetivo verificar a existência de demandas solicitando o resgate de animais silvestres vitimados; de onde partiam as solicitações e como eram atendidas.

Para o levantamento dos dados foi elaborada uma planilha Excel, por ano, com a descrição de todas as ocorrências envolvendo animais silvestres que foram lançadas no sistema SIG-GCM, durante o período de 2010 a 2014. As planilhas continham os seguintes campos referentes às ocorrências: código; número; data; Comando Regional; Unidade da GCM; local; bairro; Código de Endereçamento Postal; longitude; latitude; histórico; espécie animal; quantidade de animais; ação da GCM; classe taxonômica do animal.

A pesquisa foi realizada a partir de 2010, ano em que deu início ao lançamento de ocorrências ambientais no SIG-GCM, pela Guarda Civil Metropolitana - Ambiental.

Foram pesquisados diversos códigos utilizados pela GCM, para o lançamento de ocorrências envolvendo animais. A leitura do registro da ocorrência gerou uma planilha com um novo histórico que sintetizava informações sobre as espécies e número de animais envolvidos, e, se a ação era voltada ao resgate ou à apreensão.

A partir dos dados lançados em planilhas foram gerados gráficos, cuja apresentação e análise constam no capítulo que trata dos resultados da pesquisa.

4.3 MAPEAMENTO

Os dados gerados e consolidados em planilha Excel, obtidos no SIG-GCM, foram georreferenciados para a elaboração de mapas temáticos sobre as ocorrências envolvendo animais silvestres, atendidas pela GCM, durante o período de janeiro 2010 a dezembro de 2014. Foi utilizado o programa *Google Earth* para obtenção das coordenadas, em graus decimais, para a elaboração dos mapas com a distribuição geográfica das ocorrências.

Os mapas foram finalizados pelo *software Quantum GIS 2.2 Valmiera*, adicionando *layers* das 31 Subprefeituras do Município de São Paulo; das Represas Guarapiranga e Billings; de parques municipais e estaduais; dos trechos do Rodoanel Oeste e Sul; e dos traçados Leste e Norte. A apresentação e análise dos mapas encontram-se no capítulo que trata dos resultados da pesquisa.

4.4 QUESTIONÁRIO

Os questionários foram formulados para serem aplicados nos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) do País, geridos pelo IBAMA, e que têm por finalidade: receber; identificar; marcar; triar; avaliar; recuperar; reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares (IBAMA, 2008).

A aplicação de questionários teve como objetivo verificar se os CETAS governamentais atendem aos requisitos legais e técnicos, considerando a complexidade envolvida no processo de recepção, manutenção e destinação de um animal silvestre vitimado.

Inicialmente, foi encaminhado um ofício ao Presidente do IBAMA¹² (Anexo 2), contendo o objetivo da pesquisa e a solicitação para a obtenção de autorização para a aplicação de um questionário nos CETAS, geridos pelo órgão. A resposta foi enviada, por e-mail, pelo IBAMA/DBFLO/CGFAP/COFAU/Centro de Triagem, orientando que a pesquisadora contatasse diretamente o responsável pelo Centro,

¹² Protocolo O2001.017174/2013-50 DICAD/COAPS/CGEAD, em 12 de setembro de 2013.

ou, o Superintendente do Estado. Na resposta foi anexada a relação dos Centros de Triagem do País, por Região:

- Norte: CETAS de Manaus; do Amapá, de Boa Vista; Cláudio Reis dos Santos.
- Nordeste: CETAS de Maceió; Chico Mendes; Porto Seguro, de Fortaleza; de São Luiz; de Cabedelo; Asa Branca, de Teresina; de Natal; de Aracajú.
- Centro-Oeste: CETAS do Distrito Federal; de Goiânia.
- Sudeste: CETAS de Belo Horizonte; de Juiz de Fora; ERMOC - Montes Claros; de Serra; de Seropédica; de Lorena.
- Sul: de Porto Alegre.

Os questionários foram remetidos por correio, com uma carta de apresentação endereçada aos responsáveis pelos CETAS, e nele foram solicitadas informações como: tipo de gestão; órgãos atendidos; quadro dos recursos humanos; estruturas físicas; modo de operação; fonte de recursos financeiros. Também, informações sobre o manejo aplicado aos animais e a capacidade de atendimento da legislação de meio ambiente e de saúde que apresentam relação com o problema e objetivos tratados no âmbito desta tese. (Anexo 3).

Os questionários foram endereçados aos 23 CETAS do IBAMA, distribuídos pelo território nacional (Figura 4.1).

Figura 4.1 - Mapa do Brasil com a distribuição e localização geográfica dos 23 Centros de Triagem de Animais Silvestres geridos pelo IBAMA, 2013.

Fonte: Dados do IBAMA
Elaborado pela autora

Outros quatro questionários foram encaminhados para CETAS não pertencentes ao IBAMA, localizados pela *internet*, sendo:

- CETAS Empresa Santo Antônio Energia em Porto Velho - Rondônia;
- CETAS Zoológico Fundação Zoo-Botânica do Rio Grande do Sul;
- Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) Campo Grande - Mato Grosso do Sul;
- Centro de Recuperação de Animais Silvestres (CRAS-PET) Parque Ecológico do Tietê - São Paulo.

Na pesquisa, voltada à gestão pública, não foram considerados os centros geridos por Organizações Não Governamentais.

O questionário, com questões relacionadas à instituição, foi encaminhado juntamente com uma carta de apresentação da pesquisadora (Anexo 2) ao responsável pelo CETAS, para ser respondido pela equipe de trabalho do Centro,

sem a identificação dos respondentes. Iniciava com uma questão aberta para a motivação da equipe, conforme recomendado por CHAGAS (2000); e indicava possíveis contribuições que os resultados poderiam trazer para as áreas de meio ambiente e saúde.

O questionário, contendo 39 questões, foi dividido em:

- 09 perguntas de ordem geral;
- 05 perguntas relativas aos recursos humanos;
- 02 perguntas relativas à localização e estruturas físicas;
- 15 perguntas relativas à operação;
- 04 perguntas relativas aos recursos financeiros;
- 04 perguntas relativas ao posicionamento, comentários e sugestões da equipe.

A maioria das questões foi aberta, porém, objetiva e de fácil preenchimento, observando as vantagens e desvantagens desse tipo de abordagem, conforme indicado por MATTAR (1994). Algumas questões seguiam com instruções ou esclarecimentos para o seu preenchimento.

Um pré-teste do questionário foi realizado com pessoas que atuam na área, para verificação da clareza e pertinência das questões formuladas.

Para evitar baixo índice de resposta, observando o indicado por MACEDO (2009), foram mantidos contatos telefônicos, confirmação de endereço e nome dos responsáveis pelo CETAS, envio de e-mails informando a data de postagem do questionário por correio. Os questionários e as cartas foram enviados, juntamente com um envelope selado e endereçado à pesquisadora para a devolução, após preenchimento.

Nos contatos telefônicos foram demonstrados disposição e interesse dos contatados em colaborar com a pesquisa.

A análise dos resultados dos questionários encontra-se no capítulo que trata dos resultados da pesquisa.

4.5 PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação foi uma linha de pesquisa escolhida por estar associada às diversas formas de ação em grupo, na busca de soluções para problemas que exigem a participação dos interessados que, além de tomarem decisões, também executam as ações (THIOLLENT, 1986). O processo se deu de forma construtiva e participativa, por meio do diálogo.

A pesquisa-ação foi empregada em duas diferentes frentes de trabalho. Em ambas, a pesquisa partiu da existência de um modelo para o manejo de animais silvestres vitimados, proposto pela autora e apresentado sob a forma de fluxograma, que é empregado pela Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre - DEPAVE-3, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, da Prefeitura de São Paulo (BRANCO, 2008).

Os participantes da pesquisa representavam instituições que atuam com fauna silvestre, principalmente, no âmbito da fiscalização e do manejo. A maior parte atua na Prefeitura de São Paulo, nas Secretarias de Segurança Urbana, Verde e Meio Ambiente e Saúde. Também, contribuíram representantes do Ministério Público para orientar sobre a pertinência da proposta, no âmbito legal.

Na primeira frente, a pesquisa-ação foi aplicada com a finalidade de verificar a viabilidade de integração dos serviços de atendimento de animais silvestres realizado pelo órgão municipal de segurança urbana com o do meio ambiente e a saúde. Nessa frente, foi proposta a implementação de um serviço de resgate de animais silvestres vitimados, que será descrito em um subitem.

Na segunda frente, a pesquisa-ação foi aplicada com a finalidade de propor uma nova forma de destinação para os animais silvestres nativos vitimados, para os quais, não existem locais para depósito. Essa frente também será apresentada em um subitem.

A Pesquisa-ação se mostrou o método mais indicado, pois nela, ocorre a intervenção cooperativa ou participativa do pesquisador para a realização de uma ação ou resolução de um problema coletivo (SILVA, 2001).

O material empregado para o desenvolvimento do método consistiu de apresentações elaboradas pela autora, em *PowerPoint*. A pesquisa-ação foi realizada por meio de reuniões, documentadas em atas, cujos encaminhamentos e

resultados foram sistematizados em quadros demonstrativos da evolução do processo participativo.

O processo de pesquisa-ação teve início em uma Audiência Pública da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília - DF, em 11 de setembro de 2013. Na audiência, o tema da pesquisa foi apresentado em *PowerPoint* com o título: “Serviços Públicos de Gestão da Fauna Silvestre e Centro de Manejo de Animais Silvestres”¹³. Ao final da apresentação, a autora esclareceu que existem diversos centros que atendem animais silvestres. No entanto, o atendimento poderia iniciar antes da sua entrada no centro; bem como, deveria haver o seu monitoramento, após a saída. Foi colocado, ainda, que essas questões visam à estruturação de um serviço integrado de vigilância voltada à fauna silvestre, e que as pessoas interessadas no tema poderiam participar e contribuir com a pesquisa.

A audiência foi transmitida pela internet e contou com a presença de parlamentares, ambientalistas, cidadãos e profissionais das áreas de saúde, meio ambiente, do direito e demais interessados no assunto¹⁴. A pesquisadora se colocou à disposição para discussões e recebimento de contribuições à pesquisa, fornecendo seus contatos.

Na sequência, a aplicação da pesquisa-ação partiu de uma das imagens exibidas durante a audiência pública, que mostra a proposta de estruturação da vigilância em saúde, pela biodiversidade faunística, a partir do fluxograma que ilustra os principais procedimentos de manejo de animais silvestres (Figura 4.2).

¹³ Audiência Pública promovida da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília - DF, em 11 de setembro de 2013.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/videoArquivo?CodSessao=45626>. Acesso em: 05 out. 2014.

¹⁴ Disponível em: http://vod.camara.gov.br/cgi-bin/playlist.pl?p=plenario2_2013-09-11-12-59-42-000_273207&d=1. Acesso em: 05 out. 2014.

Figura 4.2 - Representação do manejo de animais silvestres, por meio de um fluxograma, apresentada na Audiência Pública da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, DF. Brasília, 2013

Fonte: BRANCO (2002)
Elaborado pela autora

Na imagem aparecem destacadas, com a palavra “TESE” as duas frentes que fazem parte da pesquisa:

- Primeira frente: envolve o resgate dos animais vitimados do local do evento ou acidente, até a sua entrega em um centro de atendimento da fauna silvestre (pré-manejo);
- Segunda frente: envolve uma nova forma de destinação para animais vitimados que deram entrada no centro, e não foram libertados ou transferidos para outros locais autorizados (pós-manejo).

É por meio da proposta de implantação e integração dessas duas frentes ao manejo de animais silvestres, ilustrado no fluxograma, que surge a proposta da criação da Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna. Essa proposta já vinha sendo discutida antes da apresentação pública, informalmente, com autoridades e cidadãos atuantes em áreas que envolvem questões afetas aos animais silvestres.

4.5.1 Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados

A partir da pesquisa bibliográfica e em sites governamentais foi constatada a inexistência de um serviço público especializado, com equipe capacitada, para o atendimento de chamadas emergenciais voltadas ao resgate de animais silvestres vitimados, integrado aos centros de atendimento aos mesmos.

Após os dados obtidos no Sistema de Informações da Guarda Civil Metropolitana - SIG-GCM, referente às ocorrências envolvendo animais silvestres, ficou demonstrado que a GCM do Município de São Paulo atende grande número de ocorrências envolvendo animais acidentados e comercializados ilegalmente, que na sequência, são entregues para atendimento no DEPAVE-3, ou em outras instituições autorizadas. Normalmente, a GCM é acionada pela Central de Telecomunicações (CETEL), telefone 153 e, por rádio, encaminha a solicitação para a viatura que se encontra mais próxima do local da ocorrência (Figura 4.3).

Figura 4.3 - Imagem ilustrando o fluxograma de chamadas telefônicas solicitando o atendimento de ocorrências, envolvendo animais silvestres, pela Guarda Civil Metropolitana.

Fonte: PMSP/SMSU/GCM
Elaborado pelo NTGA

Parte dos animais resgatados é entregue no DEPAVE-3, que constitui a base para o desenvolvimento da pesquisa por possuir estrutura hospitalar e adotar os procedimentos ilustrados no fluxograma manejo de animais silvestres (PMSP, 2011a). Os animais recebem atendimento médico-veterinário curativo e profilático, com suporte laboratorial; têm o acompanhamento biológico e nutricional; passam por processo de reabilitação; são destinados conforme determina a legislação (Figura 4.4) (BRANCO, 2008).

Figura 4.4 - Fluxograma ilustrando as áreas envolvidas e os procedimentos preconizados para animais silvestres vitimados recepcionados em Centro de Manejo de Animais Silvestres (CEMAS), adotadas pelo DEPAVE-3.

FLUXOGRAMA DO MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES

Legenda

Área de Clínica Médica
Área de Biologia
Área Laboratorial
Destino

Fonte: BRANCO (2002)

Partindo do atendimento de animais silvestres prestado pelo DEPAVE-3, a pesquisa teve como proposta estruturar e integrar as ações de resgate, realizadas pela GCM da SMSU, com o manejo efetuado pelo DEPAVE-3 da SVMA, apoiado em ações de saúde, com o nome de Serviço de Resgate de Animais Silvestres, antes da entrada do animal no Serviço de Manejo (Figura 4.5).

Figura 4.5 - Imagem indicando a integração do Serviço de Resgate de Animais Silvestres ao serviço realizado pelo DEPAVE-3, ilustrado no fluxograma de manejo.

Elaborado pela autora

A proposta de estruturação de um serviço de resgate de animais silvestres vitimados foi inicialmente apresentada para a SMSU; passou a ser discutida em reuniões de técnicos dessa Secretaria com a Guarda Civil Metropolitana; foi levada ao Ministério Público de São Paulo; e finalmente passou a ser desenvolvida por um Grupo de Trabalho¹⁵. Todos esses passos estarão detalhados na pesquisa.

Para a sua formulação e integração das ações realizadas pelas secretarias afetas ao tema, a pesquisadora coordenou reuniões e utilizou apresentações em *PowerPoint*. A ação foi desenvolvida pelo Grupo de Trabalho que contou com a participação de outros grupos de profissionais de diferentes áreas e instituições, que atuam em órgãos de meio ambiente, saúde e segurança urbana.

Do início ao final do processo de implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres, com duração de 20 meses e 20 dias, foram realizadas 18 reuniões, com a duração de 56 horas, e que contou ao longo do tempo com a participação de 43 diferentes pessoas representando suas instituições. As pessoas que integravam o Grupo de Trabalho Intersecretarial estiveram presentes na maioria das reuniões.

A pesquisa-ação foi documentada em ata, e teve seus resultados sistematizados em um quadro demonstrativo da evolução do processo participativo, com todas as contribuições dos participantes, onde constam: a data, local e duração da reunião; as instituições representadas; a pauta; e os principais encaminhamentos, decisões e resultados, que não representavam a opinião pessoal, mas sim, um posicionamento institucional (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 – Síntese das reuniões sobre o processo de apresentação e estruturação de um serviço integrado de resgate de animais silvestres nativos vitimados, na Prefeitura de São Paulo.

REUNIÃO DATA LOCAL TEMPO	INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NÚMERO DE PARTICIPANTES	PAUTA	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS(E) DECISÕES (D) RESULTADOS (R)
08/05/2013 SMSU- Gabinete	SMSU/Gabinete = 3 SMSU/NTGA = 9	Apresentação de Projetos do NTGA: Programa de Defesa e	(D) Autorização para o desenvolvimento dos projetos apresentados no âmbito do Programa de Defesa e Vigilância Ambiental da SMSU (Portaria

¹⁵ Processo nº 2013-0.256.160-6 Implementação do projeto de criação do “Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados”, na Guarda Civil Metropolitana, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Prefeitura de São Paulo. 2015. 298p.

02 horas	Total: 12 pessoas	Vigilância Ambiental da SMSU.	36/SMSU/GAB/2013 de 06 de abril de 2013), incluindo a criação de um serviço especializado no resgate de animais silvestres vitimados, para atendimentos das demandas de municípios e órgãos ambientais.
31/08/2013 SMSU/NTGA	SMSU/NTGA = 3 SMSU/GCM = 1	Reunião no MP sobre animais silvestres.	(R) Finalização da proposta de projeto de criação de um serviço especializado no resgate de animais silvestres vitimados, junto à Guarda Civil Metropolitana, do Município de São Paulo.
01 h 30 min.	Total: 04 pessoas		
31/07/2013 Ministério Público do Estado de São Paulo - Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais – GECAP	SMSU/NTGA = 1 SMSU/GCM = 2 MP/GECAP = 2	Atendimento de Animais Silvestres vitimados.	(D) Postergar a intensificação da fiscalização da venda ilegal de animais silvestres devido à falta de locais para depositá-los, após a apreensão; (D) Promover o serviço de resgate de animais vítimas de acidentes, em conjunto com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
01h30 min.	Total: 05 pessoas		
02/08/2013 SMSU/NTGA	SMSU/NTGA = 1 SMSU/GCM = 1 SVMA/DEPAVE-3=1	Apresentação do Projeto de Resgate de Animais Silvestres e atuação conjunta da SMSU/SVMA	(D) DEPAVE-3 concorda plenamente com o projeto de criação do serviço de resgate, entendendo que um serviço especializado aumentará as chances de um animal ser reintegrado à natureza, por ter sido manejado de forma adequada.
03 horas	Total: 03 pessoas		
06/11/2013 Comando da Guarda Civil Metropolitana	SMSU/NTGA = 2 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=1	Projeto de criação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados na GCM.	(R) Abertura do Processo nº 2013-0.256.160-6 visando à implementação do projeto de criação do “Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados” na GCM. (E) Apresentação do Programa de Defesa e Vigilância Ambiental, onde se insere o Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados da SMSU (E) Discutida a necessidade de edição de norma regulamentadora para uma ação conjunta das Secretarias envolvidas.
03 horas	Total: 05 pessoas		

13/11/2013 SMSU/NTGA	SMSU/NTGA = 3 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=2	Implantação do Projeto Serviço de Resgate de Animais Silvestres	(R) Criação de um Grupo de Trabalho para a implantação do projeto “Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados”; (D) Elaboração de uma Matriz de Implantação do Projeto.
2 h 30 min.	Total: 07 pessoas		
19/11/2013 SMSU/NTGA	SMSU/NTGA = 3 SMSU/GCM = 1	Atualização da Matriz de Implantação do Projeto	(E) Atualizadas as informações sobre o andamento da implantação do Serviço, por meio da sua Matriz de Implantação.
03 horas	Total: 04 pessoas		
12/12/2013 SMSU/NTGA	SMSU/NTGA = 4 SMSU/GCM = 1 SVMA/DEPAVE-3=2	Atualização da Matriz de Implantação do Projeto	(D) Elaboração da Minuta de Portaria Intersecretarial SMSU-SVMA que estabelece a parceria para a criação e implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados na Prefeitura de São Paulo.
03 horas	Total: 07 pessoas		
17/06/2013 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=2 SVMA/DEPAVE-8=1	Resgate de Animais Silvestres, Monitoramento e Sobrevoos.	(E) Identificação de áreas importantes para o monitoramento da fauna e flora (VigiBio – Fauna e Flora); cruzamento de informações sobre ocupações irregulares e o resgate de animais vitimados por acidentes.
04 horas	Total: 10 pessoas		
18/07/2014 Escola Superior do Ministério Público de São Paulo	Convidados do Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais – GECAP, do Ministério Público do Estado de São Paulo	Seminário: Instituições Públicas e Sociedade Enfrentando os Maus Tratos e o Abandono Animal.	(E) Apresentada a Portaria Intersecretarial 001/SMSUSVMA/2014 Art. 1º - Estruturar e organizar, em parceria, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados na Cidade de São Paulo.
01 hora	Cerca de 120 pessoas		
24/07/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=3 SMS/COVISA/ CCZ = 2	Implantação do Serviço de Resgate de Animais Vitimados e a participação da SMS, por meio da COVISA e CCZ.	(R) Publicação da Portaria 001/SMSU-SVMA/2014, em 27/06/2014, que estrutura e organiza o Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados na Cidade de São Paulo. (R) Inclusão de representantes da Secretaria Municipal da Saúde no Grupo de Trabalho; (D) Imunização antirrábica e antitetânica da equipe que trabalhará no Resgate e nos demais integrantes do efetivo da GCM Ambiental; (E) - Atualização da Matriz de Implantação do Serviço
04 horas	Total: 12 pessoas		

14/08/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 3 SVMA/DEPAVE-3=3 SMS/COVISA/ CCZ = 1	Atualização da Matriz de Implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres	<p>(E) Apresentação de Minutas do Termo de Resgate de Animal Silvestre, do Termo de Entrega de Animal Silvestre e do Procedimento Operacional Padrão (POP) da GCM para o Serviço de Resgate de Animais Silvestres.</p> <p>(E) Apresentação do Fluxograma de Chamadas para atendimento de demandas com animais silvestre e de Sistemas de Informações da SMS, SMSU, SVMA.</p> <p>(D) Criação de um Subgrupo “Procedimentos” para trabalhar nas minutas dos documentos apresentados.</p> <p>(D) Criação de um Subgrupo “Sistemas de Informação e Banco de Dados” para realizar o levantamento dos sistemas empregados pelas secretarias e do fluxo da informação no atendimento de chamadas envolvendo o resgate de animais vitimados, por acidentes ou apreendidos.</p> <p>(R) Curso de Capacitação sobre Manejo de Animais Silvestres para 100 (cem) Guardas Civis Metropolitanos – Efetivo Ambiental, nos dias 17 e 18 de setembro, na sede da UMAPAZ/SVMA.</p>
04 horas	Total: 12 pessoas		
10/09/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 1 SVMA/DEPAVE-3=4	Apresentação da proposta de estruturação do Serviço de Gestão Integrada da Fauna Silvestre no Município e Imunização do Efetivo GCM Ambiental.	(D) Promover, inicialmente, a sorologia e a imunização contra a raiva e tétano dos 100 Guardas Ambientais que farão o Curso de Aperfeiçoamento no Manejo de Animais Silvestres; e na sequência, de todo o Efetivo da GCM-Ambiental.
03h 30 min.	Total: 10 pessoas		
24/10/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=2	Atualização da Matriz de Implantação	(E) Apresentação dos resultados parciais do trabalho realizado pelo Subgrupo “Sistemas de

04 horas	SMS/COVISA/ GCC = 1	do Serviço; Apresentação dos Subgrupos de Trabalho; Estruturação do serviço de gestão integrada da fauna silvestre.	Informação” e “Banco de Dados”, para apreciação do Grupo. (D) Necessidade de criação de um novo Sistema de Informações para o Serviço, intersecretarial, elaborado em módulos. (E) Apresentação dos resultados parciais do trabalho realizado pelo Subgrupo “Procedimentos”, para apreciação do Grupo. (D) Criação de identidade visual para a viatura da GCM que atenderá do Serviço de Resgate de Animais Silvestres (Logomarca).
28/11/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 3 SVMA/DEPAVE-3=3 SMS/COVISA/ CCZ = 1 SMS/COVISA/ GCCD=1	Atualização da Matriz de Implantação do Serviço; Estruturação do serviço integrado de manejo de animais silvestres vitimados no Município.	(E) 08 GCM foram selecionados para atuarem no Serviço de Resgate de Animais Silvestres. (D) Observar a vigilância à saúde dos Guardas Ambientais e nos que atuarão no Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados, devido à maior exposição de doenças e zoonoses (UBS para o atendimento da GCM-Ambiental). (D) Formação da 2ª. Turma no Curso de Manejo de Animais Silvestres para a GCM-Ambiental. (E) Apresentação de estudo de logomarca para o Serviço.
04 horas	Total: 10 pessoas		
12/12/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 6 SMSU/GCM = 11	Apresentação da Equipe do Resgate de Animais e a implantação e operação do Serviço.	(E) Informado sobre a criação, por Decreto, da Superintendência de Defesa Ambiental – SUDAM, com atribuição para o Resgate e Vigilância de Animais Silvestres. (D) Observar procedimentos referentes à saúde do trabalhador, devido à exposição ao risco de doenças e zoonoses ocupacionais. (D) Observar procedimentos legais exigidos em caso de apreensões. (D) Informado que o Ministério Público formou um Grupo de Trabalho Estadual para melhorar os procedimentos quanto aos animais apreendidos e infratores. (E) Apresentado os resultados parciais dos trabalhos realizados pelos Subgrupos “Informação e
	Total: 13 pessoas		

04 horas	Total= 17 pessoas		Sistema” e “Procedimentos” para mais sugestões do Grupo.
17/12/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 1 SVMA/DEPAVE-3=2 SMS/COVISA/ GCCD=2	Promoção do Serviço integrado de Resgate e Vigilância da Fauna. Alteração da Lei Federal nº 9.605/98.	<p>(R) Publicação do Decreto nº 55.763, de 10 de dezembro de 2014; “Art. 32-C, Item III – promover o resgate e a vigilância de animais silvestres nativos vitimados, de forma integrada com os demais órgãos de fiscalização e manejo”.</p> <p>(R) Equipe de 08 GCMs, instalados no DEPAVE-3, iniciam capacitação para atuarem no Serviço de Resgate de Animais Silvestres.</p> <p>(R) Entrega da viatura para o Serviço de Resgate de Animais Silvestres no DEPAVE-3.</p> <p>(R) Atendimento do Art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, alterado pela Lei nº 13.052, de 08 de dezembro de 2014, que trata da destinação e do transporte de animais silvestres apreendidos.</p> <p>(D) Agilizar a imunização da Equipe do Resgate.</p> <p>(D) Treinamento para documentação e registro fotográfico e audiovisual dos resgates.</p> <p>(D) Indicação do telefone da Central de Telecomunicações – CETEL – 153 para a população solicitar e acionar o Serviço.</p>
04 horas	Total: 10 pessoas		
28/01/2015 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 16 SVMA/DEPAVE-3=2 SMS/COVISA/ GCCD=3	Processo de Implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados e VigiBio-Fauna.	<p>(R) Conclusão do processo de implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados, por meio da discussão da sua Matriz de Implantação.</p> <p>(R) Equipe do Serviço de Resgate iniciou o processo de imunização e terá acompanhamento da área de saúde, face ao maior risco de exposição às doenças e zoonoses ocupacionais.</p> <p>(E) Possibilidade da criação do sistema informatizado SisVigiBio-Fauna, por meio de um projeto de MBA realizado no</p>

04 horas	Total: 26 pessoas	<p>Laboratório LASSU da Poli-USP, em parceria com a SMSU.</p> <p>(R) Aprovados os Documentos: Termo de Resgate de Animais Silvestres; Termo de Entrega de Animais Silvestres; Minuta do Procedimento Operacional Padrão (POP) para o Serviço de Resgate de Animais Silvestres; Fluxograma do atendimento de solicitação do Serviço; Logomarca do Serviço e Identidade Visual da Viatura do Serviço de Resgate de Animais Silvestres;</p> <p>(R) Iniciado, a partir da entrega da viatura, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres realizado pela GCM/Secretaria Municipal de Segurança Urbana, integrado ao DEPAVE-3/ Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com o apoio da COVISA/ Secretaria Municipal de Saúde.</p>
----------	-------------------	--

Elaborado pela autora

Siglas:

SMSU/NTGA: Secretaria Municipal de Segurança Urbana / Núcleo Técnico de Gestão Ambiental.

SMSU/GCM: Secretaria Municipal de Segurança Urbana / Guarda Civil Metropolitana Ambiental.

SVMA/DEPAVE-3: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre.

SMS/COVISA/CCZ: Secretaria Municipal de Saúde / Coordenadoria de Vigilância de Saúde / Centro de Controle de Zoonoses.

SMS/COVISA/GCCD: Secretaria Municipal de Saúde / Coordenadoria de Vigilância de Saúde / Subgerência de Doenças Transmitidas por Vetores e Outras Zoonoses.

SUDAM: Superintendência de Defesa Ambiental.

A Matriz de Implantação do Projeto, citada no quadro, elencava todos os itens indicados pelos participantes para a implantação do projeto, e era atualizada a cada reunião.

O Grupo de Trabalho decidiu criar um Subgrupo para tratar dos assuntos relativos aos procedimentos do Serviço de Resgate, bem como, um Subgrupo para tratar de sistemas informatizados e fluxo de informações.

O Subgrupo Procedimentos, após 05 reuniões, conclui os documentos Termo de Resgate de Animais Silvestres e o Termo de Entrega de Animais Silvestres. O Subgrupo Informações e Sistemas, após 05 reuniões, readequou o fluxograma do atendimento de chamadas para o Serviço de Resgate. A pesquisadora participou dos trabalhos de ambos os Subgrupos.

A avaliação do processo de pesquisa-ação e os resultados **(R)** das reuniões constam no capítulo que trata dos resultados da pesquisa.

4.5.2 Vigilância pela Biodiversidade Faunística - VigiBio-Fauna

A implantação de um serviço especializado de resgate de animais silvestres vitimados poderá provocar o aumento do número de entradas no DEPAVE-3, agravando ainda mais o problema de destinação desses animais. Assim, após tratativas entre a pesquisadora e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana da Prefeitura de São Paulo, houve a apresentação da proposta de implementação da Vigilância pela Biodiversidade - VigiBio-Fauna, na SMSU, que traz uma nova forma de destinação de animais silvestres¹⁶. A apresentação ocorreu simultaneamente ao processo de implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados.

Nesta frente da pesquisa, o ponto de partida encontrou apoio no Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade – Cidade de São Paulo (SÃO PAULO (Município) 2011a).

Posteriormente, em evento organizado pelo GECAP, do Ministério Público do Estado de São Paulo, uma síntese da proposta foi apresentada, pela autora, no “Seminário Instituições Públicas e Sociedade Enfrentando os Maus Tratos e o Abandono Animal”, realizado pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, em 18/07/2014. Na apresentação constava a proposta de integração dos serviços municipais para a implantação da Vigilância pela Biodiversidade na cidade de São Paulo. Nesse evento, os participantes foram informados sobre os

¹⁶ Processo nº 2013-0.256.160-6 Implementação do projeto de criação do “Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados”, na Guarda Civil Metropolitana, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Prefeitura de São Paulo, e documentação do VigiBio-Fauna. 2015. 298p.

encaminhamentos voltados à implantação de um Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados, por um Grupo de Trabalho Intersecretarial, por meio da Portaria Intersecretarial 001/SMSU-SVMA/2014. (SÃO PAULO, Município) 2014).

Dando prosseguimento à pesquisa e discussão da proposta, a pesquisadora iniciou uma série de reuniões envolvendo pequenos grupos de profissionais de diferentes áreas e instituições que atuam em órgãos de meio ambiente, saúde e segurança urbana. Nas reuniões utilizou apresentação em *PowerPoint*, com 18 slides, sob o título “Processo de formulação e integração de políticas e serviços de saúde, meio ambiente e segurança urbana”, contendo uma síntese da proposta de gestão descentralizada e integrada da fauna silvestre nativa vitimada, na Prefeitura de São Paulo. Merecem destaque sete slides que ilustram a proposta (Figuras 4.6 – 4.12), seguida de uma pequena explicação.

Figura 4.6 - Slide 3/18: Ilustração das diferentes formas que os animais silvestres são vitimados.

ANIMAIS SILVESTRES VITIMADOS

PRESSÃO URBANA / HUMANA

ACIDENTADOS / RESGATADOS

SOCORRIDOS

COMÉRCIO ILEGAL

APREENDIDOS

As formas de vitimação irão exigir diferentes práticas de manejo de resgate e determinar como os animais serão destinados em centros de atendimento da fauna silvestre.

Figura 4.7 - Slide 6/18: Fluxograma ilustrando principais procedimentos preconizados para animais silvestres vitimados, recepcionados em Centro de Manejo de Animais Silvestres, adotados pelo DEPAVE-3.

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE/PMSP
DIVISÃO TÉCNICA DE MEDICINA VETERINÁRIA E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE (DEPAVE-3)**

Elaborado pela autora

Todo animal dá entrada no Serviço pela área de Clínica Médica, apoiada pela área de Biologia e Laboratório. O animal poderá ter vários destinos, dependendo do

quadro clínico, da reabilitação; espécie; avaliação biológica e exames complementares. Animais mortos, vitimados na localidade, também são encaminhados para o DEPAVE-3, para investigação da *causa mortis* ou motivo da morte.

Figura 4.8 - Slide 7/18: Ilustração de resgate de animal silvestre acidentado, realizado pela GCM-Ambiental, e a publicação da Portaria Intersecretarial para implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados pela SMSU e SVMA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA SERVIÇO DE RESGATE DE ANIMAIS SILVESTRES

Serviço especializado de remoção e primeiros-socorros de animais silvestres vitimados pela pressão humana e urbana.

Diário Oficial da Cidade de São Paulo - Sexta-feira, 27 de junho de 2014
SEGURANÇA URBANA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA INTERSECRETARIAL 001/SMSU-SVMA/2014

ROBERTO PORTO e WANDERLEY MEIRA DO NASCIMENTO,

RESOLVEM:

Art. 1º - Estruturar e organizar, em parceria, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados na Cidade de São Paulo.

Fonte: PMSP/SMSU/GCM

A Guarda Civil Metropolitana Ambiental realiza resgates de animais, porém, sem viatura com equipamentos específicos para essa finalidade, e de forma não integrada com o Serviço de Manejo prestado pela Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre. Por meio da Portaria Intersecretarial, é criado o Grupo de Trabalho para viabilizar a integração da SMSU com a SVMA.

Figura 4.9 - Slide 8/18: Ilustração da proposta de integração do Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados ao Serviço de Manejo de Animais Silvestres.

Elaborado pela autora

A figura ilustra que o Serviço de Resgate de Animais Silvestres, realizado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, deverá ser integrado ao realizado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Figura 4.12 - Slide 9/18: Ilustração de apreensões de animais silvestres realizadas pela Guarda Civil Metropolitana, da Prefeitura de São Paulo.

Fonte: GCM/SMSU/PMSP

A Guarda Civil Metropolitana Ambiental, frequentemente, resgata animais do comércio ilegal e os deposita no DEPAVE-3. Esses animais demandam mais tempo para serem destinados, por falta de locais autorizados, uma vez que a maioria não pode ser libertada.

Além desses slides, foram apresentados outros, com maior detalhamento da estruturação da Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna. A apresentação era realizada pela pesquisadora, no tempo aproximado de 30 minutos, e ao final, a proposta de era colocada em discussão.

As apresentações e discussões ocorreram em 19 reuniões, no entanto, em apenas 07 delas o assunto versou, exclusivamente, sobre a construção do VigiBio-Fauna. As reuniões foram realizadas com representantes de instituições que atuam

na fiscalização, controle e manejo de animais silvestres. O assunto foi oficialmente apresentado em 08 de maio de 2013, e após o período de 21 meses e 20 dias, a discussão foi interrompida em janeiro de 2015. Os representantes do DEPAVE-3 solicitaram que a pesquisadora elaborasse uma proposta redigida com todas as contribuições dadas pelos participantes das reuniões, durante o processo de sua consolidação.

As reuniões encontram-se documentadas em atas, cujos resultados foram sistematizados em um quadro demonstrativo da evolução do processo participativo, onde constam: a data e local; as instituições representadas; a pauta; e os principais encaminhamentos, decisões e resultados, que não representavam a opinião pessoal, mas sim, um posicionamento institucional (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 – Síntese das reuniões sobre o processo de apresentação e discussão sobre a estruturação do Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna, na Prefeitura de São Paulo.

REUNIÃO DATA LOCAL	INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS	PAUTA	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS (E) DECISÕES (D) RESULTADOS (R)
08/05/2013 SMSU- Gabinete	SMSU/Gabinete = 3 SMSU/NTGA = 9 Total: 12 pessoas	Apresentação de Projetos do NTGA: Programa de Defesa e Vigilância Ambiental da SMSU. Proposta VigiBio-Fauna.	(D) Autorização para o desenvolvimento dos projetos apresentados no âmbito do Programa de Defesa e Vigilância Ambiental da SMSU (Portaria 36/SMSU/GAB/2013 de 06 de abril de 2013), incluindo a Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna. (R) Início da construção do VigiBio.
31/07/2013 Ministério Público do Estado de São Paulo - GECAP	SMSU/NTGA = 1 SMSU/GCM = 2 GECAP = 2 Total: 05 pessoas	Construção da proposta VigiBio-Fauna.	(D) Postergar a intensificação da fiscalização da venda ilegal de animais silvestres devido à falta de locais para depositá-los, após a apreensão; (D) Promover o serviço de resgate de animais vítimas de acidentes, em conjunto com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
06/11/2013 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 2 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=1	Serviço de Resgate de Animais	(E) Abertura do Processo nº 2013-0.256.160-6 (E) Apresentação do Programa de

	Total: 05 pessoas	Silvestres Vitimados na GCM e Proposta VigiBio-Fauna.	Defesa e Vigilância Ambiental, onde se insere o VigiBio-Fauna. (E) Apresentada a necessidade de edição de norma regulamentadora para uma ação conjunta das Secretarias envolvidas.
17/06/2013 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=2 SVMA/DEPAVE-8=1 Total: 10 pessoas	Monitoramento por Sobrevoos e VigiBio.	(E) Identificação de áreas importantes para o monitoramento da fauna e flora (VigiBio – Fauna e Flora); cruzamento de informações sobre ocupações irregulares e o resgate de animais vitimados por acidentes.
18/07/2014 Escola Superior do Ministério Público de São Paulo	Convidados do Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais – GECAP, do Ministério Público do Estado de São Paulo. Cerca de 120 pessoas	Seminário: “Instituições Públicas e Sociedade Enfrentando os Maus Tratos e o Abandono Animal”. Proposta VigiBio-Fauna.	(E) Apresentada a Portaria Intersecretarial 001/SMSUSVMA/2014 Art. 1º - Estruturar e organizar, em parceria, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados na Cidade de São Paulo. (E) Ilustração da proposta VigiBio-Fauna – Vigilância pela Biodiversidade Faunística, para o melhor manejo e a destinação de animais silvestres vitimados.
24/07/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=3 SMS/COVISA/ CCZ= 2 Total: 12 pessoas	Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados e Proposta VigiBio-Fauna.	(R) Publicação da Portaria 001/SMSU-SVMA/2014, em 27/06/2014, que estrutura e organiza o Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados na Cidade de São Paulo. (E) Apresentação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados e VigiBio-Fauna na Cidade de São Paulo no Seminário “Instituições Públicas e Sociedade Enfrentando os Maus Tratos e o Abandono Animal”, promovido pelo GECAP/MP, em 18/07/2014. (R) Inclusão de representantes da Secretaria Municipal da Saúde no Grupo de Trabalho.
14/08/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 3 SVMA/DEPAVE-3=3 SMS/COVISA/ CCZ= 1	Atualização da Matriz de Implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres.	(E) Esclarecimento sobre o VigiBio (Vigilância pela Biodiversidade) que vai ao encontro do Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade da Cidade de São Paulo, instituído pela Portaria nº 91/SVMA-G/2011,

	Total: 12 pessoas	Proposta VigiBio-Fauna.	e que prevê recursos para a sua implementação. (D) Criação de um Subgrupo “Sistemas de Informação e Banco de Dados” para realizar o levantamento dos sistemas empregados pelas secretarias e do fluxo da informação no atendimento de chamadas envolvendo o resgate de animais vitimados por acidentes ou apreendidos.
03/09/2013 Ministério Público do Estado de São Paulo - GECAP	SMSU/NTGA = 2 GECAP = 2 Total: 04 pessoas	Construção da proposta VigiBio-Fauna.	(E) Apresentação de proposta de aprimoramento do serviço de gestão da fauna silvestre na cidade que visa à integração das Secretarias Municipais de Segurança Urbana, Verde e Meio Ambiente e Saúde. (R) Representantes do MP entende que a proposta no VigiBio-Fauna pode ser aplicada para os animais resgatados de acidentes no Município de São Paulo. (D) Medida deve ser mais discutida para os animais apreendidos, atentando ao que determina a legislação federal.
07/09/2014 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU-Gabinete = 1 SMSU/NTGA = 1 Total: 02 pessoas	Construção da proposta VigiBio-Fauna.	(R) Gabinete da Secretaria Municipal de Segurança Urbana concorda com a sua participação no VigiBio-Fauna.
08/09/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 2 SMSU/GCM = 2 Total: 04 pessoas	Construção da proposta VigiBio-Fauna.	(R) Comando da Guarda Civil Metropolitana concorda com a sua participação no VigiBio-Fauna. Entende que é uma forma para garantir e ampliar a fiscalização do comércio ilegal de animais silvestres.
10/09/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 1 SVMA/DEPAVE-3=4	Apresentação da proposta de estruturação do “Serviço de Gestão Integrada da Fauna Silvestre no	(E) Apresentação da proposta do VigiBio-Fauna, partindo do fluxograma do manejo de animais silvestres, realizado pelo DEPAVE-3, inserindo o Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados e finalizando com a criação de um Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres para auxiliar o

	Total: 10 pessoas	Município - Proposta VigiBio- Fauna”.	DEPAVE-3 na destinação de animais que não podem ser reintegrados ou não tenham local autorizado para encaminhamento, após sua alta. (R) NTGA e GCM concordam com a participação no VigiBio-Fauna. DEPAVE-3 irá consultar os demais integrantes da Equipe de Trabalho da Divisão.
19/09/2014 Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) 03 horas	SMSU/NTGA = 3 SMS/CCZ = 2 SMS/ COVISA/ GCCD = 3 Total: 08 pessoas	Construção da proposta VigiBio- Fauna.	(R) Concordam em participar do processo de construção do VigiBio-Fauna, que trata de animais silvestres; O CCZ que atua com domésticos e sinantrópicos. O laboratório do CCZ LABZOO já realiza exames nos materiais encaminhados pelo DEPAVE-3. Entende que é uma forma para garantir e ampliar a fiscalização do comércio ilegal de animais silvestres.
24/10/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 2 SVMA/DEPAVE-3=2 SMS/ COVISA / GCCD=1 Total: 10 pessoas	Estruturação do serviço de gestão integrada da fauna silvestre. Proposta VigiBio- Fauna.	(D) Necessidade de criação de um novo Sistema de Informação para o Serviço, intersecretarial, elaborado em módulos. (E) Redação da proposta do VigiBio-Fauna em forma de Minuta de Decreto/Lei.
12/11/2014 Procuradori a da República em São Paulo	SMSU/NTGA = 2 Ministério Público Federal = 1 Total: 03 pessoas	Construção da proposta VigiBio- Fauna.	(E) Apresentação de proposta de aprimoramento do serviço de gestão da fauna silvestre na cidade que visa à integração das Secretarias Municipais de Segurança Urbana, Verde e Meio Ambiente e Saúde. (R) Representante do MPF entende que a proposta VigiBio-Fauna pode ser aplicada tanto para os animais vitimados por acidentes no Município de São Paulo como para os apreendidos.
26/11/2014 Ministério Público do Estado de São Paulo	Convidados do Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais – GECAP, do Ministério Público	Encontro sobre Combate ao Tráfico. Animais	(E) Apresentação da proposta VigiBio-Fauna que trata do aprimoramento do serviço de gestão da fauna silvestre na cidade de São Paulo e visa à integração

	do Estado de São Paulo. 24 Autoridades representando órgãos Federais, Estaduais e Municipais que atuam na repressão do tráfico de animais silvestres.	Silvestres. Proposta VigiBio-Fauna	das Secretarias Municipais de Segurança Urbana, Verde e Meio Ambiente e Saúde. (R) Entendimento que a proposta VigiBio-Fauna, formulada para ser aplicada para os animais silvestres vitimados acidentados, também pode ser aplicada para os animais apreendidos, considerando o manejo adequado ilustrado no fluxograma.
28/11/2014 Comando da GCM	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 3 SVMA/DEPAVE-3=3 SMS/ COVISA / CCZ= 1 SMS/ COVISA / GCCD=1 Total: 13 pessoas	Estruturação do serviço integrado de manejo de animais silvestres vitimados no Município. Proposta VigiBio-Fauna.	(E) Informado sobre a apresentação do VigiBio-Fauna ao Ministério Público Federal que entendeu que a proposta pode ser aplicada para os animais silvestres vitimados acidentados, mas também, para os apreendidos. (E) Informado sobre a apresentação do VigiBio-Fauna no Encontro promovido pelo Ministério Público Estadual sobre o combate ao tráfico de animais silvestres; com o entendimento que a proposta pode ser aplicada para os animais silvestres vitimados acidentados, mas também, para os apreendidos.
17/12/ Comando da GCM 2014	SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 1 SVMA/DEPAVE-3=2 SMS/COVISA/ GCCD=2 Total: 10 pessoas	Promoção do Serviço integrado de Resgate e Vigilância da Fauna. Alteração da Lei Federal nº 9.605/98.	(R) Publicação do Decreto nº 55.763, de 10 de dezembro de 2014; “Art. 32-C, Item III – promover o resgate e a vigilância de animais silvestres nativos vitimados, de forma integrada com os demais órgãos de fiscalização e manejo”. (R) Atendimento do Art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, alterado pela Lei nº 13.052, de 08 de dezembro de 2014, que trata da destinação e do transporte de animais silvestres apreendidos.
23/01/2015 Sede da Organização Não Governamental	Pesquisadora ONG= 7	Construção da proposta VigiBio-Fauna.	(E) Apresentação de proposta do VigiBio-Fauna com a participação da Sociedade Civil Organizada no Conselho de Tutela de Animais Silvestres. (R) Parabenizam a Prefeitura por criar um Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados, trabalho normalmente realizado por

	Total: 08 pessoas		ONGs ou pessoas comuns. (R) Representantes da ONG entendem que a proposta VigiBio-Fauna deve ser indicada também para os animais apreendidos e pode representar uma solução para o tráfico de animais silvestres, principalmente, pela rastreabilidade do SisVigiBio-Fauna. (R) Ação educativa na figura do Cuidador de Animal Silvestre e não estimula o comércio de animais, ilegal ou legal.
28/01/2015 Comando da GCM	NTGA SMSU/NTGA = 5 SMSU/GCM = 16 SVMA/DEPAVE-3=2 SMS/COVISA/ GCCD=3 Total: 26 pessoas	Implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados e Proposta VigiBio- Fauna.	(E) Possibilidade da criação do Sistema Informatizado SisVigiBio-Fauna, por meio de um projeto de MBA realizado no Laboratório LASSU da Poli-USP, em parceria com a SMSU. (R) Iniciado, a partir da entrega da viatura, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados realizado pela GCM/Secretaria Municipal de Segurança Urbana, integrado ao DEPAVE-3/ Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com o apoio da COVISA/ Secretaria Municipal de Saúde.

Elaborado pela autora

Siglas:

SMSU/NTGA: Secretaria Municipal de Segurança Urbana / Núcleo Técnico de Gestão Ambiental.

SMSU/GCM: Secretaria Municipal de Segurança Urbana / Guarda Civil Metropolitana Ambiental.

SVMA/DEPAVE-3: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre.

SMS/COVISA/CCZ: Secretaria Municipal de Saúde / Coordenadoria de Vigilância de Saúde / Centro de Controle de Zoonoses.

SMS/COVISA/GCCD: Secretaria Municipal de Saúde / Coordenadoria de Vigilância de Saúde / Subgerência de Doenças Transmitidas por Vetores e Outras Zoonoses.

SUDAM: Superintendência de Defesa Ambiental.

O quadro apresenta informações referentes às reuniões realizadas para a apresentação e discussões do VigiBio-Fauna, sendo que, algumas delas ocorreram em reuniões do Serviço de Resgate de Animais Silvestre. Por essa razão, na

sistematização dessas informações, surgiram alguns resultados referentes ao Serviço de Resgate que integraram o processo de construção do VigiBio-Fauna.

Ao final, atendendo ao solicitado pelo DEPAVE-3, a autora redigiu uma proposta de Minuta de Lei, que cria o Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna; define as atribuições dos órgãos municipais que atuam na defesa e proteção da fauna silvestre; institui o Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados e a Tutela-cidadã, no âmbito do Município de São Paulo.

A avaliação do processo e os resultados **(R)** das reuniões constam no capítulo que trata dos resultados da pesquisa.

5 ESTUDO SOBRE A FEBRE MACULOSA BRASILEIRA E A BIODIVERSIDADE COMO EXEMPLO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Este capítulo apresenta um estudo sobre a Febre Maculosa Brasileira e a biodiversidade, com vistas ao entendimento e à ilustração da complexidade envolvida nesta zoonose, cuja cadeia epidemiológica envolve diversas espécies de animais silvestres e domésticos, e o homem. A capivara foi o animal silvestre selecionado para o estudo, considerando a sua importância no ciclo da doença; o seu papel na cadeia alimentar para grandes predadores como a onça-parda e a onça-pintada; bem como a sua presença no meio urbano.

O estudo tem a finalidade de apresentar a distribuição geográfica da Febre Maculosa Brasileira no País, a partir de dados da Vigilância em Saúde sobre morbimortalidade humana pela doença, em especial, no Estado de São Paulo. Também, abordar aspectos sobre o papel da capivara e de outros animais na cadeia epidemiológica da doença; e como a população humana se expõe ao risco de adquirir a zoonose, em áreas urbanas.

Para a realização do estudo foram adotados procedimentos de revisão da literatura em artigos de periódicos científicos, teses, dissertações, sites e no Portal de Busca Integrada SIBiUSP, empregando palavras-chave: Febre Maculosa, Epidemiologia, Sistema informação, Geografia Saúde. Outra fonte foi o Sistema de Informação de Agravos de Notificação Sinan Net do DATASUS, para a elaboração de tabelas com o emprego do TabWin e a representação em mapas temáticos com o Programa TerraView.

5.1 FEBRE MACULOSA BRASILEIRA

A febre maculosa é uma zoonose cuja ocorrência e distribuição geográfica vêm se expandindo no Brasil, favorecida pela proximidade do homem com o meio natural e os agentes envolvidos no ciclo da doença e na sua transmissão.

O ciclo epidemiológico da febre maculosa envolve o agente etiológico, a bactéria *Rickettsia rickettsii*; o vetor e reservatório carrapato da Família *Ixodidae* do Gênero *Amblyomma*; os hospedeiros primários representados especialmente pelos equinos, cães e capivaras; e hospedeiro acidental, no caso, o homem.

Segundo KATZ (2009), a partir de 2007, a febre maculosa passou a ser uma doença de notificação compulsória no País e os dados disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/DataSus); que possibilita a realização de estudos para avaliação da distribuição e ocorrência da doença no território nacional, estadual e municipal, permitindo um melhor conhecimento sobre sua epidemiologia e orientação para o seu controle.

A Febre Maculosa Brasileira (FMB) é uma doença infecciosa febril aguda, de gravidade variável, causada pela bactéria *Rickettsia rickettsii*. DEL FIOLE et al. (2010) apontam sua similaridade com a Febre Maculosa das Montanhas Rochosas, que ocorre na América do Norte, ocasionada pelo mesmo agente etiológico.

A doença é caracterizada por um início súbito, com febre de moderada a alta que pode durar de 2 a 3 semanas, acompanhada de cefaléia, calafrios, congestão das conjuntivas, na forma branda. Os sintomas iniciais são muito parecidos com os de outras infecções, como a dengue hemorrágica, febre tifoide, leptospirose, e podem surgir no período médio de uma semana e se caracterizam pela febre, presença de náuseas e vômitos, dor de cabeça severa, dores musculares, anorexia. Com a evolução do quadro clínico, no terceiro ou quarto dia, pode apresentar exantema petequeial róseo nas extremidades, irradiando-se para o tronco, face, pescoço, palmas das mãos e solas dos pés; quando são frequentes o surgimento de petéquias e hemorragias, podendo, ainda, apresentar hepatoesplenomegalia discreta, dores articulares e diarreia.

O diagnóstico pode ser realizado a partir dos sinais de febre, exantema e história de picada de carrapato, porém, de forma conclusiva, por meio de exames laboratoriais de sorologia e cultura.

O tratamento consiste na aplicação de antitérmicos e antibióticos indicados mediante a gravidade dos sintomas e tempo da doença. A letalidade, em humanos, pode ultrapassar 20% na ausência de uma terapia específica, e principalmente, quando não diagnosticada logo no início dos sintomas.

A primeira descrição clínica da FM ocorreu em 1899, na região montanhosa do Noroeste dos EUA. Por essa razão, foi denominada de Febre Maculosa das

Montanhas Rochosas. A partir da década de 1930, a doença foi registrada em diversos países como o Canadá, México, Panamá, Colômbia e Brasil.

No Brasil, a doença foi primeiramente descrita em 1929, no Estado de São Paulo. Em 1980, ela reemerge nos Municípios de Pedreira e Jaguariúna. A partir desses episódios, surgem novos focos nos Municípios de Piracicaba, Salto, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires, Mauá, São Paulo. No Estado de São Paulo, a Febre Maculosa Brasileira passou a ser doença de notificação compulsória em 1996 (KATZ, 2009).

Apesar de não ser considerada uma doença comum, a partir de 1996, o número de casos tem aumentado, com maior frequência na zona rural, principalmente no interior de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Porém, nos últimos anos, se observa um crescente número de casos também na zona urbana e periurbana, indicando uma mudança na ecologia da doença e no seu perfil epidemiológico.

O agente etiológico da Febre Maculosa Brasileira é a bactéria *Rickettsia rickettsii*; cocobacilos Gram-negativos, intracelulares, observados pelo Método de Gemsa ou Gimenez. As riquetsias sobrevivem pouco tempo fora do hospedeiro e são transmitidas por carrapatos, ectoparasitos da família *Ixodidae*. Os humanos são considerados hospedeiros acidentais e não colaboram com a propagação do agente.

Os principais carrapatos que participam da cadeia epidemiológica da FMB são da espécie *Amblyomma cajennense*, também conhecidos por carrapato estrela, carrapato-de-cavalo ou rodoleiro; a fase larvar por carrapatinhos ou micuins; e a fase de ninfa por vermelhinhas. Esta espécie de carrapato pode ser encontrada em animais de grande porte como bovinos e equinos, mas também em cães e aves domésticas, além, dos roedores silvestres, como a capivara (SOUZA, 2008). Outra espécie de carrapato que transmite a febre maculosa é o *Amblyomma aureolatum* (MORAES-FILHO, 2009).

Os carrapatos são animais hematófagos obrigatórios e necessitam de repastos em três hospedeiros para completar seu ciclo de vida, sendo a espécie humana intensamente atacada pelas fases de larvas e ninfas.

Os carrapatos do Gênero *Amblyomma* possuem ampla distribuição geográfica na América do Sul e Central (Figura 5.1). A espécie *Amblyomma cajennense* tem ampla distribuição no território brasileiro (Figura 5.2).

Figura 5.1 - Distribuição de carrapatos do Gênero *Amblyomma* nas Américas Central e do Sul.

Fonte: Extraído do Manual SUCEM.

Figura 5.2 - Mapa do Brasil com a distribuição do *Amblyomma cajennense* nos estados brasileiros.

Fonte: Dados do Manual SUCEM
Elaborado pela autora

No Estado de São Paulo ocorrem as duas espécies do Gênero *Amblyomma*. O *Amblyomma cajennense* encontra-se principalmente na Região Centro-Leste do Estado, com áreas de média à densa cobertura vegetal, como pastos “sujos”, capoeiras e matas, em especial, as ciliares, como as da Região de Campinas, onde os hospedeiros primários são principalmente os equinos e as capivaras. Já o *Amblyomma aureolatum* é uma espécie típica de áreas de Mata Atlântica das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, encontrada em animais domésticos e em seres humanos.

Os carrapatos são vetores e reservatórios do agente etiológico da FMB. As fêmeas, depois de fecundadas e ingurgitadas, deixam o hospedeiro, caem no solo

para realizar postura, de cerca de 5.000 a 8.000 ovos, e morrem. Após o período de incubação, que dependendo da temperatura pode levar cerca de 30 dias, ocorre a eclosão dos ovos e o nascimento de ninfas hexápodes. Elas ganham as gramíneas e arbustos, aguardam a passagem de hospedeiros e, após sugarem seu sangue, retornam ao solo onde ocorre nova ecdise, que pode variar de 18 a 26 dias, e se transformam em ninfas octópodes. As ninfas buscam um novo hospedeiro, ingurgitam-se de sangue e retornam ao solo, onde, após uma nova ecdise, que pode levar de 23 a 25 dias, transformam-se em carrapatos adultos. Os carrapatos podem se alimentar em diversas espécies de hospedeiros, dentre as quais, os animais silvestres, e dentre eles, as capivaras (PEREZ, 2008). O homem é um hospedeiro acidental do agente etiológico que, em contato com locais ou animais infestados, adquire a FMB.

A capivara é apontada como um importante hospedeiro primário e reservatório do vetor da zoonose, e medidas de controle de sua população vêm sendo preconizadas e adotadas como forma de controle da doença no meio urbano. Dessa forma, com a autorização do órgão ambiental, esses animais vêm sendo abatidos, com o intuito de se controlar a FMB no Estado de São Paulo.

A capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) é o maior roedor do mundo, com cerca de 1,20 metros de comprimento e até 80 Kg, com ampla distribuição geográfica na América do Sul e Central. São animais herbívoros, possuem dentes incisivos que podem chegar a sete centímetros de comprimento, coloração marrom, possuem longevidade que varia de 15 a 20 anos e uma fêmea pode gerar de 2 a 8 filhotes em uma gestação. Vivem, normalmente, junto às regiões de margens de rios e lagos, utilizando a água como refúgio de seus predadores, uma vez que nadam com agilidade e conseguem ficar submersas por longo período de tempo.

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, a espécie *H. hydrochaeris* encontra-se em posição de Segura ou Pouco Preocupante (LC), na categoria de mais baixo risco de extinção. No Brasil, apesar das capivaras serem criadas em cativeiro para fins de consumo e uso de seus produtos e subprodutos; na natureza, são animais protegidos por lei federal.

As capivaras são hospedeiros primários do carrapato-estrela (*Amblyomma cajennense*), responsável pela transmissão da bactéria *Rickettsia rickettsii*, causadora da FMB (ESTRADA, 2006). Quando infectadas por carrapatos vetores, apresentam bacteremia por até três semanas, podendo o quadro evoluir para a cura

ou óbito do animal. É na fase de bacteremia que as capivaras podem disseminar as riquetsias para outros carrapatos que as estiverem parasitando, propiciando a amplificação do agente no ambiente.

5.2 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA FEBRE MACULOSA BRASILEIRA NO PAÍS

No território brasileiro, ocorre naturalmente a distribuição do agente etiológico, dos vetores, e das espécies de animais envolvidas na cadeia epidemiológica da Febre Maculosa Brasileira. A partir de 2001, a doença foi considerada de notificação compulsória e o número de casos notificados vêm aumentando gradativamente no período de 2007 a 2011, de acordo com dados do DATASUS no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan Net (Quadro 5.1) e (Figura 5.3).

Quadro 5.1 - Número de casos de Febre Maculosa Brasileira confirmados, por UF de Notificação e ano de ocorrência, a partir dos primeiros sintomas, no período de 2007 a março de 2012.

UF Notificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012¹⁷	Total
Amapá	1	0	0	0	0	0	1
Tocantins	0	0	1	0	3	0	4
Ceara	0	0	0	1	0	0	1
Paraíba	0	0	0	1	0	0	1
Bahia	1	0	0	0	0	0	1
Minas Gerais	14	11	11	11	17	3	67
Espírito Santo	4	3	1	5	9	0	22
Rio de Janeiro	13	8	8	7	15	1	52
São Paulo	35	45	62	58	84	16	300
Paraná	2	2	1	3	1	0	10
Santa Catarina	35	24	37	26	26	6	155
Rio Grande do Sul	1	0	2	0	1	0	4
Mato Grosso	0	0	1	1	0	0	2
Goiás	0	0	0	1	0	0	1
Distrito Federal	0	0	0	0	1	0	1
Total	106	93	124	114	157	26	620

Fonte: DATASUS/Sinan Net, 2012.

¹⁷ Número referente ao primeiro trimestre de 2012.

Figura 5.3 - Mapa do Brasil com a distribuição do número de casos de Febre Maculosa Brasileira confirmados, por UF de Notificação e ano de ocorrência, a partir dos primeiros sintomas, no período de janeiro de 2007 a março de 2012. São Paulo, 2012.

Fonte: DATASUS/Sinan Net, 2012.

Elaborado pela autora

No período, ocorreram 620 casos de FMB no País, sendo que, somente no Estado de São Paulo o número absoluto foi 300 casos. Na sequência, e com o maior número de casos, estão os Estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Figura 5.4).

No Estado de São Paulo, durante o período de 2007 a junho de 2012, foram notificados 300 casos de Febre Maculosa Brasileira, a partir dos primeiros sintomas da doença (Figura 5.4).

No mapa do Brasil, na figura 5.2, o Estado de Santa Catarina não consta como local de distribuição geográfica do *Amblyomma cajennense*.

Figura 5.4 - Mapa do Estado de São Paulo com a distribuição do número de casos confirmados de Febre Maculosa Brasileira, por município, no período de janeiro de 2007 a março de 2012. São Paulo, 2012.

Fonte: DATASUS/Sinan Net, 2012.

Elaborado pela autora

No Estado de São Paulo, durante o período, foram notificados 300 casos de FMB, sendo que, o maior número ocorreu no Município de Campinas, com 60 casos; seguido pelo Município de São Paulo com 31; e o Município de Valinhos com 21.

Considerada uma zoonose de alta letalidade quando não diagnosticada precocemente, apresenta um grande número de óbitos (Figura 5.5) (Figura 5.6).

Figura 5.5 - Mapa do Brasil com a distribuição do número de óbitos por Febre Maculosa Brasileira, por estado, no período de janeiro de 2001 a março de 2012. São Paulo, 2012.

Fonte: DATASUS/Sinan Net, 2012.
Elaborado pela autora

No período, ocorreram no Brasil 163 óbitos pela FMB, sendo que o Estado de São Paulo registrou o maior número com 111 casos; seguido pelo Estado de Minas Gerais com 24; e o Estado do Rio de Janeiro com 23.

Figura 5.6 - Mapa do Estado de São Paulo com a distribuição do número de óbitos por Febre Maculosa Brasileira, por município, no período de janeiro de 2007 a março de 2012. São Paulo, 2012.

Fonte: DATASUS/Sinan Net, 2012.
Elaborado pela autora

No período, ocorreu no Estado de São Paulo 111 óbitos pela FMB, sendo que o Município de Campinas registrou o maior número com 23 casos; seguido por São Paulo com 14; e Valinhos com 08.

Atualizando os números do estudo, no Município de São Paulo¹⁸, no período de 2004 a 2014, foram confirmados 28 casos de FMB, culminando em 16 óbitos. Do total, 19 casos eram autóctones, com 13 óbitos (Figura 5.7). A esse número, deve ser adicionado um novo óbito ocorrido em 23 de janeiro de 2015, no Jardim Pedreira.

¹⁸ COVISA, 2014: Apresentação sobre Vigilância da Febre Maculosa Brasileira no Município de São Paulo divulgada pelo Centro de Controle de Zoonoses, da Coordenação de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/sucen/homepage/destaques/forum-fmb/j_-_saopaulo_mvvelisabete.pdf. Acesso em: 12 fev. 2015.

Figura 5.7 - Mapa do Município de São Paulo com a indicação da localização dos casos confirmados de Febre Maculosa Brasileira, ocorridos durante o período de 2004 a 2014.

Fonte: PMSP/SMS/COVISA/CCZ

A sorologia, por exame de Reação de Imunofluorescência Indireta (RIFI), tem apresentado resultado positivo para FMB em cães pesquisados nas áreas de ocorrência da doença, no Município de São Paulo. Também, houve a detecção do *Amblyomma aureolatum* e *Rhipicephalus sanguineus* em cães durante o processo de investigação epidemiológica e ambiental. Por exame da Reação em Cadeia da Polimerase (PCR), é realizada a detecção de DNA de *Rickettsia sp.* A sorologia também tem sido empregada para gatos, equinos, gambás e capivaras¹⁹.

Entre as ações de investigação, destacam-se as do local provável de infecção, entre outras como: investigação sobre o paciente; investigação de ácaros e da presença do vetor no ambiente e a sua identificação; investigação sorológica em cães e gatos; levantamento das populações: humana, canina e felina nos domicílios da área investigada; atividades educativas com distribuição de materiais; uso de carrapaticida em cães infestados; realização de mutirões de esterilização de cães e gatos; divulgação sobre a FMB pela assistência a saúde nas áreas de ocorrência; monitoramento periódico nas áreas de ocorrência para prevenção de novos casos (PMSP, 2015).

Ainda, segundo o Informe Técnico VIII da COVISA, como critério clínico-epidemiológico para definição da confirmação de casos são avaliados: se o quadro é compatível de FMB; se o paciente frequentou área de transmissão da doença, e vínculo com casos confirmados laboratorialmente; com ou sem história de picada de carrapatos. O diagnóstico diferencial e a notificação compulsória devem atentar para as seguintes patologias: Rubéola; Sarampo; Mononucleose; Enterovirose; Dengue; Leptospirose; Doença Meningocócica; Febre Amarela; Malária, entre outras, e mais recentemente, também a Chikungunya.

Dentre os desafios apontados pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, por meio do Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE²⁰, para o enfrentamento da FMB, destacam-se no âmbito deste estudo: traçar análises conjuntas para delinear medidas de controle; integrar as informações para determinar os risco e fomentar a inserção de questões ambientais no contexto da doença.

¹⁹ O LAB/ZOO do Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura de São Paulo realiza os exames, gratuitamente, para os serviços municipais de saúde.

²⁰ Apresentação sobre a Situação Epidemiológica da Febre Maculosa Brasileira no Estado de São Paulo divulgada pelo Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE, da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

O estudo sobre a participação da capivara, entre outros animais, na cadeia epidemiológica da doença ocorre por meio da vigilância acarológica e sorológica como subsídios para o risco de transmissão da FMB, projeto que envolve diversos órgãos de saúde e do meio ambiente, com o apoio de universidades, na Cidade de São Paulo (PMSP, 2015).

A análise e resultados sobre o estudo da Febre Maculosa Brasileira e a biodiversidade como exemplo de Vigilância em Saúde, no Município de São Paulo, encontra-se no capítulo que trata dos resultados da pesquisa.

6 ABORDAGEM SOBRE O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES E A SEGURANÇA PÚBLICA

Este capítulo apresenta uma abordagem sobre o tráfico de animais silvestres, com vistas à ilustração da complexidade dessa atividade ilícita que envolve: valor econômico elevado; dificuldade de fiscalização; diversidade de espécies envolvidas; dificuldade na destinação dos animais apreendidos. Nele, serão apresentados dados da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, Estado escolhido para ilustrar o problema devido:

- possuir o órgão mais aparelhado para combater o comércio ilegal;
- possuir estrutura para depósito de animais apreendidos;
- ser um polo receptor de animais provenientes de outros estados brasileiros;
- interesse na comercialização de animais silvestres;
- possuir estrutura descentralizada de gestão da fauna silvestre;
- atuar em parceria com o Município de São Paulo.

6.1 FAUNA SILVESTRE: PROPRIEDADE DO ESTADO

A partir de 1967, com a promulgação da Lei Federal nº. 5.197, de Proteção à Fauna, os animais passaram a ser considerados propriedade do Estado

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (BRASIL, 1967).

No entanto, devido à falta de alternativas econômicas por parte das pessoas que viviam do comércio de animais, inicia no país a história do comércio clandestino (MARQUES; MENEGHETI, 1982).

Estima-se que o tráfico de animais silvestres possa movimentar valores na ordem de US\$ 1 bilhão/ano no Brasil, considerando os preços praticados no mercado ilegal, em relação ao universo estimado de espécimes transacionados. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País configuram área de captura; enquanto as Regiões Sul e Sudeste consumidora e promotora do tráfico nacional e internacional (LOPES, 2002).

O tráfico internacional de animais silvestres ilustra como os assuntos relacionados ao meio ambiente, cada vez mais, se tornam uma questão internacional, pois muitas vezes, lesões ambientais causadas em um lugar acabam gerando reflexos em outro, por vezes muito distantes (FREITAS, 1995).

No exterior, normalmente os animais são comercializados por meio de documentação falsificada, prática vulgarmente conhecida como “lavar ou esquentar” animais, que levados do Brasil para países vizinhos, deixam os mesmos como animais exóticos, ou seja, oriundos de outros países e sem restrições para comercialização (OLIVEIRA, 2002). “A ‘lavagem’ de animais pressupõe quase sempre a ocorrência de corrupção de funcionários de agências fiscalizadoras e, conseqüentemente, a perpetração de fraudes nos certificados e documentação da CITES²¹” (PONTES, 2002, p. 185).

Para OLIVEIRA (2002), o tráfico movimenta no mundo cerca de US\$ 20 bilhões/ano, sendo que o Brasil participa com cerca de US\$ 1,5 a 2,0 bilhões por ano, e a grande maioria dos animais pertencem à classe das aves.

No Brasil, no período de 1992 a 2000, foram apreendidos 263.972 animais, pertencentes às classes das aves, mamíferos e répteis (RENCTAS, 2001).

Dados da Divisão de Combate ao Crime, da Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Ministério da Justiça revelam que, durante o período de 2006 a 2013, foram apreendidos nas estradas federais 89.633 animais silvestres, que compreende uma média de 11.204 animais apreendidos por ano (Figura 6.1).

²¹ CITES: Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção. O Brasil é um dos países signatários da Convenção desde 1975.

Figura 6.1 - Número de animais silvestres apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal nas estradas federais, por ano, no período de 2006 a 2013.

Fonte: Dados da Polícia Rodoviária Federal - Relatório Operacional Diário – ROD
Elaborado pela autora

Segundo RENTAS (2007), apenas no Estado de São Paulo, no período de 1999 a 2005, foram apreendidos 126.288 animais pela Polícia Militar Ambiental do Estado, que compreende uma média de 18.041 animais apreendidos por ano (Figura 6.2).

Figura 6.2 - Número de animais silvestres apreendidos pela Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, no período de 1999 a 2005.

Fonte: Extraído de RENCTAS (2007)

Quanto ao destino dos animais apreendidos pela Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, apenas 18,3% foram libertados (Figura 6.3).

Figura 6.3 – Destino dado aos animais apreendidos, em percentual, pela Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, no período de 1999 a 2005.

Fonte: Extraído de RENCTAS (2007)

Dos 25,1% atribuídos como outros destinos, a Polícia Ambiental informa que 20,1% permaneceram com os autuados e o restante, possivelmente, veio a óbito.

Ainda no Estado de São Paulo, dentre os animais mais apreendidos encontram-se as aves, que no período de 2001 a 2005, totalizaram 54.682 espécimes de passeriformes apreendidos pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo (Figura 6.4).

Figura 6.4 - Número dos passeriformes mais apreendidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, por espécie, no período de 2001 a 2005.

Fonte: Extraído de RENCTAS (2007)

Entre os passeriformes mais apreendidos, o canário-da-terra (*Sicalis flaveola*) representou 35,3% das aves mais apreendidas, seguido pelo coleirinha (*Sporophila sp*) com 18,8%, e o picharro ou trinca-ferro (*Saltator sp*), com 10,6%. As outras espécies têm participações inferiores a 7,0%.

No período de 2006 a 2012, também ocorreu o mesmo padrão dos anos anteriores quanto às principais espécies de passeriformes mais apreendidas pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo: o canário-da-terra representou 22,9%, com 35.977 exemplares; seguido pelo coleirinha, com 11% e 17.286 indivíduos; e o picharro ou trinca-ferro com 8,6% e 13.523 animais.

A partir do ano de 2006, a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo relata que tem superado o número de 30.000 espécimes animais apreendidos por ano²². Como exemplo, em 2006 foram totalizadas 30.216 apreensões no Estado. Dessas, tiveram os seguintes destinos os animais apreendidos (Figura 6.5).

Figura 6.5 - Número de animais apreendidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 2006, e local de destinação.

Fonte: Dados da Polícia Militar Ambiental
Elaborado pela autora

²² I Simpósio organizado pelo Grupo de Estudo de Animais Selvagens da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo – GEAS USP abordando o Tráfico de Animais Silvestres, realizado no dia 17 de maio de 2014, no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo.

6.2 PLANO ESTRATÉGICO DE COMBATE AO TRÁFICO

Na elaboração do Plano Estratégico de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres nos Corredores de Biodiversidade da Mata Atlântica²³, foram analisadas as ações dos órgãos responsáveis pelo combate ao comércio ilegal da fauna silvestre e obtidos os seguintes diagnósticos e encaminhamentos, que estão diretamente relacionados ao tema desta pesquisa (RENCTAS, 2007):

- a Polícia Federal é efetiva em relação às investigações de crimes ambientais, assim como na execução de ações pontuais relacionadas às mesmas. A necessidade de trabalhar com a fauna silvestre já está incorporada, principalmente, dentro das delegacias de repressão aos crimes ambientais;
- a Polícia Rodoviária Federal destina 10% de seu tempo em ações contra crimes ambientais. Existe uma disciplina de legislação ambiental no curso de formação dos policiais, e algumas iniciativas de parcerias para ampliar a capacitação na área ambiental;
- a Polícia Civil possui atuação precária devido à falta de capacitação e de instrumentalização para repressão ao tráfico;
- as polícias militares são os principais órgãos atuantes na repressão aos crimes ambientais e no combate ao tráfico de animais silvestres;
- existe a necessidade de capacitação dos órgãos que atuam no combate ao tráfico com destaque para os institutos de pesquisa e universidades que podem atuar na capacitação de agentes ambientais, bem como na produção de materiais de consulta e bibliografia especializada, em conjunto com os mesmos;
- constatado que dentre os maiores problemas enfrentados em ações de fiscalização, que resultam em grande número de animais apreendidos, encontram-se: número reduzido de CETAS; falta de assistência médico-veterinária; dificuldades de readaptar e destinar os animais apreendidos; dificuldade no manejo dos animais e na sua destinação; grande número de procedimentos gerados a partir das autuações;

²³ Workshop coordenado pela autora para elaboração do Plano Estratégico de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres nos Corredores, Central e Serra-do-Mar, da Mata Atlântica, realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2006, em São Paulo – SP. Reuniu representantes do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, Polícia Militar Ambiental, Polícia Civil, Ministério Público Federal e Estadual, secretarias estaduais e municipais do Meio Ambiente, universidades, institutos e ONGs dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

- existe dificuldade de identificação das espécies apreendidas pelas equipes de fiscalização;
- falta de controle dos animais apreendidos que podem ser substituídos por outro da mesma espécie, uma vez que praticamente não são empregados sistemas de marcação;
- constatado um elevado índice de soltura em estados que não possuem inventário faunístico e equipe para identificação dos animais, sendo a grande maioria destes provenientes do tráfico;
- não é recomendada a realização de solturas após as apreensões, a menos que o animal tenha sido recém-capturado;
- constatado que algumas instituições não atendem à legislação, pois não priorizam a soltura nem o envio dos animais para CETAS, e sim, para criadouros comerciais;
- existe a necessidade de maior investimento em capacitação pessoal e infraestrutura que contribuiriam para a redução do índice de óbitos de animais;
- existe a possibilidade de encaminhamento das carcaças para as universidades, reduzindo a necessidade de captura de animais da natureza para pesquisas;
- existe grande diferença entre o número de animais apreendidos e o número de destinados para CETAS, chegando à casa dos milhares;
- existe a necessidade de implantação do banco de dados que possibilite o acompanhamento das informações dos animais apreendidos até a sua destinação final;
- não existem políticas públicas para a gestão ambiental, sendo a fauna o recurso menos destacado na área de meio ambiente;
- existe a necessidade de tipificar penalmente o tráfico de animais silvestres como crime;
- existe a necessidade de construção de mais CETAS governamentais, observando-se que os órgãos estaduais e municipais atuam mediante convênio com o IBAMA, mas em ambas as esferas, podem fazê-lo em seu próprio nome, bastando haver legislação pertinente.

Os CETAS têm por objetivo recepcionar os animais apreendidos, resgatados ou doados, prestar-lhes os cuidados necessários e destiná-los adequadamente, no entanto, enfrentam dificuldades financeiras e técnicas, funcionando superlotados e impossibilitados de receberem novos animais apreendidos (BRANCO, 2000).

Com relação à permanência do animal apreendido com o infrator, mediante o Termo de Guarda Doméstica de Animais Silvestres, aprovada pela Resolução do CONAMA nº 384, de 27 de dezembro de 2006, revogada pela Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013, ambas amparadas pelos decretos regulamentadores da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a medida não procede, por não estar prevista na lei (MMA, 2013).

De forma inovadora, a lei tratou do destino dos bens e dos materiais apreendidos, e pode ser empregada pela esfera penal ou administrativa, quer no caso de uma diligência policial ou na lavratura de um auto administrativo. Assim todos os instrumentos ligados ao delito, configuram a materialidade e devem ser apreendidos pela autoridade competente, seja pela autoridade policial como por agentes de fiscalização, uma vez que as esferas penal e administrativa são independentes entre si (ELABRAS, 2002).

A possibilidade da autorização da guarda doméstica de um animal, de origem ilegal, pode vir a estimular ainda mais a retirada de animais da natureza, além do efeito antieducativo (RENCTAS, 2007).

Para o monitoramento do processo administrativo e penal de crimes contra a fauna, em especial, os relacionados ao comércio e posse ilegal de animais silvestres, poderia contar com o Sistema de Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres na Mata Atlântica, disponibilizado para ser administrado pelo IBAMA, e exemplificado por telas do Sistema (Figura 6.6); (Figura 6.7) (RENCTAS, 2007).

Figura 6.6 - Imagem da tela do Sistema Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres ilustrando a página de lançamento de informações relacionadas às autuações envolvendo crimes contra a fauna.

Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres na Mata Atlântica

- Home
- Projeto
- Eventos
- Participantes
- Espécies
- Legislação
- Sistema

administrador sair | Autuações Infratores Autuadores Espécies Depósitos Relatórios | Usuários

Autuação

Tipo do documento:
Auto Infração

Número do documento:
879

Infrator:
Joao dos Santos

Autuador:
Polícia Ambiental (Estadual)

Tipo de conduta:
Transportar, Mau tratar

Data:
30/11/2006

Cidade/Estado:
Porto Seguro - BA

Sanção:
Multa

[editar dados da autuação](#)

Destino

[Voltar para Apreensão](#)

Tipo:
Depósito

Depósito:
Cetas-BA (Cetas)

Quantidade:
20

[editar destino](#)

Lista de Animais

Novo Animal

Número: Tipo Marcação: [adicionar animal](#)

	número	tipo marcação
☐	2	Anilha

[excluir](#)

Criado por pol_ambiental_ba pol_ambiental_ba
Última modificação 30/11/2006 16:37

Apreensões

[adicionar apreensão](#)

	objeto	espécie	quantidade	destino
☐	Animal	Pássaro preto, Melro	23	Depósito (20) Soltura Imediata (3)
☐	Animal	Papagaio verdadeiro	10	Óbito (2) Óbito (2) Fuga (6)
☐	Gaiola	--	9	--

[excluir](#)

Criado por pol_ambiental_ba pol_ambiental_ba
Última modificação 30/11/2006 16:32

Fonte: Extraído de RENTAS (2007 p. 184)

Figura 6.7 - Imagem da tela do Sistema Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres ilustrando a página para o lançamento de informações relacionadas aos destinos dos animais apreendidos.

Editar Destino

▲ Voltar para Apreensão

Tipo
Soltura Imediata ▼

Cidade/Estado
Local de Soltura
- ▼
▼

Quantidade
[]

salvar cancelar

Editar Destino

▲ Voltar para Apreensão

Tipo
Depósito ▼

Depósito
Selecione um depósito de destino
Nenhuma referência definida. Clique para procurar... remover a referência

Quantidade
[]

salvar cancelar

http://www.diagnostico.org.br - Depósitos - Mozilla Fire...

Depósito

[voltar](#) | [fechar janela](#)

Selecione um depósito de destino

Pesquisar

Termos da busca
[] buscar

adicionar novo depósito

Depósito 1 (ceta) (Cetas)	Deposito	inserir
Depósito 2 (zoo) (Zoo)	Deposito	inserir
Depósito 3 (criadouro) (Criadouro)	Deposito	inserir
zoologico - MT (Zoo)	Deposito	inserir

[voltar](#) | [fechar janela](#)

Concluído

Editar Destino

▲ Voltar para Apreensão

Tipo
Fuga ▼

Local
[]

Quantidade
[]

salvar cancelar

Editar Destino

▲ Voltar para Apreensão

Tipo
Óbito ▼

Tipo do Óbito
☐ Necrópsia
☐ Descarte

Quantidade
[]

salvar cancelar

Editar Destino

▲ Voltar para Apreensão

Tipo
Eutanásia ▼

Quantidade
[]

salvar cancelar

Editar Destino

▲ Voltar para Apreensão

Tipo
Desconhecido ▼

Quantidade
[]

salvar cancelar

Fonte: Extraído de RENCTAS (2007 p. 185)

Para auxiliar o agente fiscalizador, uma tela do sistema apresenta informações sobre as espécies mais traficadas, ilustradas com fotos e a indicação quanto ao grau de ameaça de extinção (Figura 6.8).

Figura 6.8 - Imagem da tela do Sistema Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres ilustrando a página para a consulta sobre as espécies mais traficadas.

Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres na Mata Atlântica

Home Projeto Eventos Participantes Espécies Legislação Sistema

administrador sair | Autuações Infratores Autuadores Espécies Depósitos Relatórios | Usuários

Espécie

Nome Vulgar:
Canário da terra verdadeiro

Nome Científico:
Sicalis flaveola

Classe:
Aves

Gênero:
Sicalis

Espécie:
flaveola

Descrição:
Está entre as 10 ESPÉCIES DE AVES MAIS APREENDIDAS (IBAMA, 2002). Coloração predominante amarela com as asas e cauda cinza-oliva e a face interna amarelo-pálido, as costas são rajadas e a coroa laranja. Íris negra, bico com a mandíbula superior de cor chifre e a inferior amarelada, tarsos cor de carne. Tamanho médio de 13cm. A fêmea e o jovem apresentam as partes superiores pardo-oliváceas com densa estriação parda e por baixo esbranquiçados com estriação pardacenta, rêmiges e cauda quase negras, tarsos anegrados. Alimenta-se de vegetais folhosos, grãos e sementes. A fêmea põe em média 4 ovos que são chocados por 14 ou 15 dias. Nidifica em buracos (costuma ocupar ninho de João de Barro), montes de gravetos, telhas de casas e plantas epífitas. Costuma viver em casais. Habita campos secos e sujos, campos de cultura e caatinga. Ocorre do Maranhão ao Rio Grande do Sul e a oeste até a Mata Grossa, ilhas do litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Venezuela.

Origem:
RENTAS

[editar espécie](#)

Aprovada

[voltar espécie para ser validada novamente](#)

Crédito: FUMPEB

Fonte: Extraído de RENTAS (2007)

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação de conceitos e de serviços voltados aos animais silvestres vitimados teve o caráter científico dado pelo conjunto organizado de conhecimentos obtidos mediante a pesquisa, a experiência, a prática e a aplicação de método apropriado para a comprovação da hipótese formulada.

Os procedimentos metodológicos buscaram uma forma participativa para a formulação de políticas públicas e criação de serviços integrados, voltados ao atendimento de animais silvestres nativos vitimados, por meio de abordagem construtiva envolvendo autoridades e profissionais que atuam, principalmente, nas áreas de saúde, meio ambiente e segurança urbana, além da sociedade civil organizada, no território nacional.

7.1 FAUNA SILVESTRE E A SEGURANÇA URBANA

A Lei dos Crimes Ambientais determina que verificado o crime contra a fauna, os animais sejam apreendidos e lavrados os respectivos autos de infração administrativa ou de crime, e os mesmos entregues para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados. Dessa forma, a medida adotada por órgãos de fiscalização de deixar o animal na posse do autuado não observa o disposto na Lei Federal nº 9.605/98. A mesma lei reza que somente o juiz poderá deixar de aplicar a penalidade, quando se tratar de guarda doméstica de espécie não ameaçada de extinção.

Diferentemente de animais vitimados pelo comércio ilegal, os resgatados de acidentes não configuram produto de apreensões, e nesse caso, as pessoas que os socorrem não estão sujeitas à aplicação das sanções administrativas e penais previstas na Lei dos Crimes Ambientais, decorrentes da venda, guarda ou posse ilegal de animal silvestre. No entanto, caso o autor da vitimação seja identificado,

pessoa física ou jurídica, poderá responder por prática de maus-tratos²⁴, ferir ou mutilar animais silvestres, crime previsto no artigo 32 da Lei, mesmo que a ação não tenha sido intencional. Nesse tipo de ocorrência, normalmente, o atendimento é negligenciado pelos órgãos de fiscalização, devido às dificuldades de identificação do autor.

A relevância da tipificação de maus tratos pelo Governo Brasileiro na década de 1930 já demonstrava a preocupação com o bem-estar dos animais, medida de proteção e assistência a indivíduos de conotação doméstica, que teria assistência em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais, assim como representantes de entidades protecionistas (DAL'AVA, 2002).

Nesse sentido, instituições públicas podem contribuir para o processo de cadeia de custódia²⁵ e garantir o rastreamento das evidências utilizadas em processos judiciais, mediante a participação dos diversos agentes públicos responsáveis pela constatação de crimes contra a fauna ou maus tratos aos animais. Na esfera municipal, esse processo pode ser iniciado pelo levantamento de dados no Sistema de Informações da Segurança Urbana (SIG-GCM).

Durante o período, de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, foram atendidas pela Guarda Civil Metropolitana 1.525 ocorrências envolvendo animais silvestres, ou seja, em média, 305 ocorrências/ano (Figura 7.1).

²⁴ Decreto Lei nº 24.645, de 10 de Julho de 1934. Estabelece Medidas de Proteção aos Animais. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1934; Art. 3º caracterizava maus tratos e a prática de ato de abuso ou crueldade em qualquer animal.

²⁵ Processo usado para manter e documentar a história cronológica da evidência, para garantir a idoneidade e o rastreamento das evidências utilizadas em processos judiciais.
Disponível em: <http://www.uff.br/toxicologiaclinica/Toxicologia%20forense%20-%20Cadeia%20de%20custodia.pdf>> Acesso em: 26 fev. 2015.

Figura 7.1 - Número de ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, segundo o ano, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.

Fonte: Dados do SIG-GCM/SMSU/PMSP

Elaborado pela autora

No ano de 2010, foi quando iniciou a atuação da Guarda Civil Metropolitana Ambiental e o lançamento das primeiras ocorrências no SIG-GCM, relacionadas aos animais silvestres, o que explica o baixo número de ocorrências. No ano de 2014, houve uma diminuição das atividades da Guarda Ambiental, devido à reestruturação da GCM que culminou na criação da Superintendência de Defesa Ambiental (SUDAM)²⁶.

Normalmente, as solicitações para o atendimento de animais vitimados partem de munícipes. Essas ocorrências envolvem animais de todas as classes taxonômicas (Figura 7.2).

²⁶ Decreto Municipal Nº. 55.763, de 10 de dezembro de 2014, que incluiu na estrutura da Guarda Civil Metropolitana a Superintendência de Defesa Ambiental - SUDAM, voltada à atuação complementar e integrada na prevenção e repressão de condutas lesivas ao meio ambiente e, prioritariamente, ao patrimônio ecológico e ambiental do município de São Paulo.

Figura 7.2 - Número de ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, segundo a classe taxonômica, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.

Fonte: Dados do SIG-GCM/SMSU/PMSP
Elaborado pela autora

Com relação ao número de ocorrências, segundo a classe taxonômica, ficou demonstrado que o maior número está voltado à classe das aves, seguida pela dos mamíferos e dos répteis, reproduzindo o que ocorre no Estado e no País.

O número de ocorrências envolvendo animais não reflete o número de animais silvestres atendidos pela GCM. Há casos em que uma ocorrência envolve dezenas ou centenas de animais resgatados, principalmente, os resgatados do tráfico.

No período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, no sistema foram lançadas informações de 3.325 animais resgatados pela Guarda Civil Metropolitana (Figura 7.3).

Figura 7.3 - Número de animais silvestres resgatados pela GCM, segundo a classe taxonômica, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.

Fonte: Dados do SIG-GCM/SMSU/PMSP
Elaborado pela autora

Com relação ao número de animais silvestres resgatados pela GCM, segundo a classe taxonômica, dos 3.325 animais resgatados o maior número também está voltado à classe das aves, seguida pela dos mamíferos e dos répteis.

Dentre as aves, encontram-se diversas espécies e espécimes de: arara; coruja; falcão; garça; gavião; papagaio; pássaros; tucano. Dentre os mamíferos: bicho preguiça; cachorro-do-mato; capivara; esquilo; furão; gambá; gato-do-mato; lontra; macaco; morcego; onça; ouriço; preá; quati; ratão do banhado; sagui; tatu, veado. Dentre os répteis: cágado, iguana, jabuti; serpente.

Ainda, das 1525 ocorrências registradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, a grande maioria está voltada ao atendimento de animais acidentados, e não apreendidos do tráfico (Figura 7.4).

Figura 7.4 - Número de ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, segundo o tipo, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.

Fonte: Dados do SIG-GCM/SMSU/PMSP
Elaborado pela autora

Esses dados demonstram que a maior atividade da GCM, em especial do efetivo da Ambiental, da Prefeitura de São Paulo, está voltada ao atendimento de animais silvestres vitimados por acidentes no Município, e não ações de repressão ao tráfico, normalmente realizadas pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, entre outras, como a Polícia Civil, Rodoviária e a Federal.

Os animais resgatados pela Guarda Civil Metropolitana são depositados na Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre para a continuidade no atendimento.

7.2 MAPEAMENTO DA PRESSÃO URBANA SOBRE O MEIO

Com relação à distribuição geográfica das 1.525 ocorrências atendidas pela GCG envolvendo animais silvestres vitimados, pode ser evidenciado que a maior concentração encontra-se nas áreas de maior biodiversidade do Município de São Paulo (Figura 7.5).

Figura 7.5 - Mapa do Município de São Paulo com a distribuição geográfica das ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.

Fonte: Dados do SIG-GCM/SMSU/PMSP – Mapa SVMA/PMSP
Elaborado pela autora

Para os anos de 2013 e 2014, foi elaborado um mapa indicando os locais onde foram registradas ocorrências de ocupações irregulares e o atendimento de animais silvestres, pela GCM. No período, foram registradas 180 ocorrências de novas ocupações irregulares e 635 ocorrências envolvendo animais silvestres vitimados (Figura 7.6).

Figura 7.6 - Mapa do Município de São Paulo com a distribuição geográfica das ocorrências atendidas pela GCM envolvendo animais silvestres e áreas com ocupações irregulares, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014. Município de São Paulo, 2015.

Fonte: Dados do SIG-GCM/SMSU/PMSP – Mapa SVMA/PMSP
Elaborado pelo NTGA/SMSU/PMSP

A imagem ilustra forte pressão humana nas áreas produtoras de água e remanescentes de matas, localizadas nos extremos das Regiões Norte, Leste e principalmente ao Sul da cidade, e o grande número de animais silvestres vitimados nessas áreas. Pelos coordenadas geográficas obtidas do local do resgate, pode-se traçar uma relação direta entre uma obra de grandes proporções ou uma nova ocupação humana, e um animal vitimado.

Na Região Central e densamente urbanizada da cidade, notam-se poucos pontos de ocorrências envolvendo animais silvestres, na maioria, relacionadas às aves.

A análise da distribuição geográfica das ocorrências envolvendo animais silvestres demonstrou que o maior número concentra-se próximos às Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Mananciais, Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPAM) e outras áreas de interesse ambiental do Município de São Paulo, para onde está direcionado o crescimento da mancha urbana da Cidade (Figura 7.7).

Figura 7.7 - Imagem de Município de São Paulo com destaque para a área urbana, áreas verdes e as Represas Guarapiranga e Billings. São Paulo, 2010.

Fonte: Mapa SMSU/PMSP
Elaborado pelo NTGA

7.3 FAUNA SILVESTRE VITIMADA E O IBAMA

A aplicação dos questionários teve como finalidade identificar serviços públicos voltados ao manejo de animais silvestres que atuem com boas práticas e o aprimoramento do manejo; gerem conhecimentos; divulguem os resultados; contribuam com a área da saúde; e reduzam a perda de espécimes da natureza. Interesse especial esteve voltado à busca daqueles que atuam na identificação, prevenção e controle de enfermidades e zoonoses.

Dos 23 questionários enviados por correio aos CETAS do IBAMA, apenas 8,70% responderam as perguntas, porém, com o compromisso da pesquisadora em não revelar a fonte; 13,04% foram respondidos pelo Superintendente do Estado, por ofício, que a pesquisadora deveria contatar diretamente a Presidência do IBAMA; 13,04% dos questionários foram devolvidos com a informação de endereço desconhecido ou inexistente; e os 65,22% restantes não se manifestaram por escrito. Dessa forma, o diagnóstico do panorama dos CETAS geridos pelo órgão federal ficou extremamente prejudicado.

A partir dos 8,7 % dos questionários que foram respondidos, pode-se constatar que os CETAS do IBAMA:

- não são instituídos por instrumento legal;
- são utilizados, prioritariamente, pelos órgãos de polícia e fiscalização federal e estadual;
- não contam com profissionais da área de Medicina Veterinária;
- não realizam necropsias nos animais que vêm a óbito;
- não contam com apoio laboratorial e, eventualmente, os técnicos solicitam auxílio de pesquisadores;
- não possuem protocolo de biossegurança;
- possuem estrutura física limitada a uma sala administrativa e outra para o atendimento clínico, além de recintos para o alojamento de animais;
- recebem, anualmente, milhares de animais;
- não contam com inventário de fauna da localidade;
- destinam para a soltura o maior percentual de animais recebidos;
- cedem animais ou material biológico para pesquisas;

- não contam com sistema informatizado de controle de plantel;
- não possuem recursos orçamentários próprios;
- têm dificuldades financeiras para a sua manutenção;
- não atendem requisitos da saúde do trabalhador, pois não disponibilizam imunização ou tratamento preventivo para a equipe de trabalho, bem como locais para vestiário e refeitório;
- a eutanásia não é realizada em animais que não podem ser libertados ou não existam locais autorizados para mantê-los em cativeiro;
- não têm sugestão de destinação para os animais que não podem ser libertados ou não existam locais autorizados para mantê-los em cativeiro.

A análise das respostas evidencia que a maioria desses centros não se encontram estruturados para atuar de acordo com o determinado na legislação e nos protocolos técnicos indicados para o desenvolvimento das atividades rotineiras em centros de recepção da fauna vitimada. Dessa forma, também não realizam pesquisas e não geram informações que possibilitem a avaliação do estado da fauna, que possam subsidiar a conservação e preservação da biodiversidade local e da saúde humana.

Os animais depositados nos CETAS não são controlados por meio de sistema de identificação individual, ou por sistema informatizado, que monitore as entradas e saídas dos animais. Dessa forma, é impossível fazer a rastreabilidade daqueles que foram apreendidos e depositados pelos órgãos de polícia e de fiscalização.

A libertação é relatada como a principal forma de destinação dos animais que são depositados, no entanto, as mesmas estão sendo realizadas sem o laudo médico-veterinário que garanta a sanidade do animal, bem como, sem adotar o critério técnico que subsidie a soltura pela identificação taxonômica do espécime e por inventário de fauna da localidade.

Há falta de recursos financeiros para manutenção de atividades básicas como a alimentação e medicamentos para os animais, higienização e desinfecção das instalações, que se mostram insuficientes e inadequadas para a internação dos mesmos, considerando a diversidade e número de espécies depositadas.

Os funcionários não recebem atenção, não obstante estarem envolvidos em uma atividade de alto risco, tanto pelo aspecto da saúde como pela segurança pessoal.

Com relação aos questionários encaminhados para a Empresa Santo Antônio Energia, bem como para a Fundação Zoo Botânica, as respostas demonstraram que ambas possuem estrutura apropriada para o atendimento da fauna silvestre vitimada, no âmbito de suas responsabilidades e atribuições.

O responsável pelo CETAS de Porto Velho devolveu o questionário devidamente respondido, porém, por se tratar de um Centro de Triagem não governamental, implantado pela Empresa Santo Antônio Energia, como medida do processo de licenciamento ambiental para abrigar os animais provenientes das atividades de resgate de fauna vitimada, devido à obra de construção da Hidroelétrica em Porto Velho, Rondônia, não se enquadrava na pesquisa. O Gerente da Empresa informou que, desde abril de 2013, faz tratativas para repassar a administração desse Centro ao IBAMA.

O CETAS da Fundação Zoo-Botânica do Rio Grande do Sul, em Sapucaia do Sul, não foi considerado na pesquisa por estar ligado ao zoológico estadual. Por um lado, isso garante uma melhor estrutura para o Centro devido à otimização dos recursos humanos e materiais. Por outro, a medida não é recomendável devido aos fatores de risco à saúde dos animais do acervo do zoológico, uma vez que no centro encontram-se animais provenientes do tráfico ou recém-retirados da natureza.

O Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) Campo Grande, do Governo do Mato Grosso do Sul, não respondeu ao questionário. Também, o questionário não foi respondido pelo Centro de Recuperação de Animais Silvestres (CRAS-PET) Parque Ecológico do Tietê, do Departamento de Águas e Energia Elétrica, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Governo do Estado de São Paulo que se encontrava impedido de receber animais²⁷, por medida de biossegurança devido à ocorrência da ornitose, zoonose causada pela bactéria *Chlamydia psittaci*, que acomete as aves, especialmente os psittaciformes²⁸, e também os seres humanos que mantém contato com as aves doentes.

Dessa forma, não foi identificado outro serviço público de atendimento de animais vitimados que atuasse com práticas que pudessem ser indicadas ou replicadas.

²⁷ Informação confirmada no Encontro sobre Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, realizado no Ministério Público do Estado de São Paulo, em 26 de novembro de 2014.

²⁸ Psittaciformes é uma Ordem da Classe Aves caracterizada pelo bico encurvado, com a mandíbula superior recurvada sobre a inferior que incluem os papagaios, periquitos, maracanãs, as araras.

No Brasil, os centros de recepção de animais podem desempenhar um papel fundamental na vigilância em saúde, se cumpridas as exigências legais e técnicas para o manejo de animais silvestres, pois, a regra que norteia o trabalho com os animais prevê a realização de exames laboratoriais que garantam a sua sanidade, bem como, da equipe envolvida no manejo dos mesmos.

O manejo de animais silvestres é um trabalho de extrema complexidade pela diversidade de espécies que demandam atendimento. Na maioria dos casos, apenas com o apoio laboratorial é possível realizar o diagnóstico para a tomada de decisão quanto ao destino do mesmo. As pesquisas também são necessárias para o entendimento do real papel que o animal desempenha na cadeia epidemiológica das doenças, a exemplo do Estudo sobre a Febre Maculosa Brasileira e a biodiversidade como exemplo de Vigilância em Saúde.

7.4 A PESQUISA-AÇÃO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E CRIAÇÃO DE SERVIÇOS

7.4.1 Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados

Após nove reuniões do Grupo de Trabalho e um evento realizado no escopo da pesquisa, em 27 de junho de 2014 foi publicada a Portaria Intersecretarial 001/SMSU-SVMA/2014, cuja minuta foi formulada pelo Grupo de Trabalho, que configurou o marco legal para que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, iniciassem o processo formal de criação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres, de forma integrada. (SÃO PAULO (Município), 2014a p. 3).

Após a realização de 18 reuniões, foram atingidos os seguintes resultados:

- abertura do Processo nº 2013-0.256.160-6, visando à implementação do Projeto de criação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados na GCM.
- criação de um Grupo de Trabalho, não oficial, para a implantação do Projeto;
- publicação da Portaria Intersecretarial 001/SMSU-SVMA/2014, em 27/06/2014, que estrutura e organiza o Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados na Cidade de São Paulo;
- inclusão de representantes da Secretaria Municipal da Saúde no Grupo de Trabalho;
- realização de Curso de Capacitação sobre Manejo de Animais Silvestres para 100 (cem) Guardas Civis Metropolitanos - Efetivo Ambiental;
- publicação do Decreto nº 55.763, de 10 de dezembro de 2014, atribuindo à SUDAM promover o resgate e a vigilância de animais silvestres nativos vitimados, de forma integrada com os demais órgãos de fiscalização e manejo;
- estruturação e capacitação da Equipe do Resgate, com oito Guardas Ambientais divididos em dois grupos, instalados na sede do DEPAVE-3, no Parque Ibirapuera;
- a entrega da viatura do Serviço de Resgate de Animais Silvestres no DEPAVE-3;
- imunização da Equipe do Serviço de Resgate que iniciou o processo de sorologia e imunização antirrábica; antitetânica; contra hepatite; com o acompanhamento da COVISA;

- sorologia e a imunização antirrábica, antitetânica dos cem Guardas Ambientais que fizeram o Curso de Aperfeiçoamento no Manejo de Animais Silvestres; e na sequência, de todo o Efetivo da GCM-Ambiental;
- Maior atenção e vigilância à saúde dos Guardas Ambientais, devido à maior exposição de doenças e zoonoses, possivelmente indicando uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para o atendimento desses profissionais devido aos riscos ocupacionais frente às atividades realizados e locais de atuação;
- iniciado, a partir da entrega da viatura, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres pela GCM/Secretaria Municipal de Segurança Urbana, integrado ao DEPAVE-3/Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com o apoio da COVISA/Secretaria Municipal de Saúde.

Para a implantação do Serviço foram elaborados documentos pelo Subgrupo Procedimentos, que implantou o Termo de Resgate de Animais Silvestres e o Termo de Entrega de Animais Silvestres. O Subgrupo Informações e Sistemas readequou o fluxograma do atendimento de chamadas pelo telefone 153, para o Serviço de Resgate, ilustrado no capítulo metodologia pela figura 4.3, que passou a ter maior grau de complexidade (Figura 7.8).

Figura 7.8 - Fluxograma ilustrando o atendimento de solicitações do Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados, elaborado pelo Subgrupo Informações e Sistemas, do Grupo de Trabalho do Resgate de Animais Silvestres.

Fonte: SMSU/NTGA-SVMA/DEPAVE-3
 Elaborado pelo NTGA

O Serviço foi criado oficialmente pelo Decreto Municipal nº 55.763, de 10 de dezembro de 2014, com a seguinte redação: “Art. 32-C, Item III – promover o resgate e a vigilância de animais silvestres nativos vitimados, de forma integrada com os demais órgãos de fiscalização e manejo”. (São Paulo (Município), 2014 p. 1).

A criação do Serviço de Resgate foi ao encontro do § 2º do Art. 25 da Lei Federal nº 9.605/98, modificado pela Lei Federal nº 13.052, de 8/12/ 2014, que rege que os animais apreendidos, até que sejam entregues às instituições autorizadas, o órgão atuante deverá zelar para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico.

Para a identificação do Serviço foi criada uma logomarca e a identidade visual da viatura, da Superintendência de Defesa Ambiental da Guarda Civil Metropolitana (Figura 7.9).

Figura 7.9 - Identidade visual da Viatura do Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados da Prefeitura de São Paulo.

Fonte: PMSP/SMSU/GCM

Com o início da operação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados, da Prefeitura de São Paulo, o Grupo de Trabalho decide pela continuidade das reuniões, face às necessidades de seu acompanhamento, avaliação e aprimoramento.

7.4.2 Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna

A pesquisa-ação também foi o método empregado para verificar a viabilidade da conjunção de esforços entre as três Secretarias da Prefeitura de São Paulo para viabilizar a estruturação da vigilância em saúde, por meio da gestão integrada da fauna silvestre vitimada, que incorpora ações de resgate, atendimento hospitalar e destinação daqueles que não podem ser libertados, ou não tenham instituições autorizadas para mantê-los em cativeiro, após alta médica. A apresentação da proposta e os encaminhamentos sobre a criação de uma “solução” para a destinação desses animais foram realizados concomitantemente ao processo de implantação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres, nas reuniões do Grupo de Trabalho, além de outras reuniões externas.

Após a realização de dezoito reuniões foram obtidos os seguintes resultados:

- os representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo entendem que a medida proposta no VigiBio-Fauna pode ser aplicada para os animais resgatados de acidentes no Município de São Paulo. Para os apreendidos, entendem que a proposta deverá atentar à Lei 9.605/1998.
- o Gabinete da Secretaria Municipal de Segurança Urbana concorda com a sua participação no VigiBio-Fauna.
- o Comando da Guarda Civil Metropolitana concorda com a sua participação no VigiBio-Fauna. Entende que é uma forma de garantir e ampliar a fiscalização do comércio ilegal de animais silvestres.
- O Centro de Controle de Zoonoses e COVISA concordam com a sua participação no VigiBio-Fauna, uma vez que já atuam com o DEPAVE -3.
- o Núcleo Técnico de Gestão Ambiental e a Superintendência de Defesa Ambiental da Guarda Civil Metropolitana concordam com a participação no VigiBio-Fauna.
- O DEPAVE-3 irá consultar os demais integrantes da equipe de trabalho da Divisão.

- o representante do Ministério Público Federal do Estado de São Paulo entende que a proposta VigiBio-Fauna pode ser aplicada, no Município de São Paulo, tanto para os animais vitimados por acidentes como para os apreendidos pela fiscalização. Acrescenta que o momento é favorável, pois as pessoas estão mais dispostas a cuidarem de animais necessitados.

- os representantes da Organização Não Governamental parabenizam a Prefeitura por criar Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados; entendem que a proposta do VigiBio-Fauna deve ser indicada também para os animais apreendidos e pode representar uma solução para minimizar o tráfico de animais silvestres pela rastreabilidade do SisVigiBio-Fauna. Entendem, ainda, tratar de uma ação educativa por criar a figura do Cuidador de Animal Silvestre e não estimular o comércio de animal, ilegal ou legal.

Ao final da pesquisa, houve o entendimento de que a proposta VigiBio-Fauna, formulada para ser aplicada para os animais silvestres vitimados acidentados, também pode ser aplicada para os animais apreendidos, considerando o atendimento de todos os procedimentos ilustrados no fluxograma apresentado pela pesquisadora.

No entanto, os representantes da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre decidiram pela melhor discussão da proposta junto aos demais integrantes do serviço, e solicitaram que a proposta fosse redigida para apreciação dos demais.

A autora decidiu pela redação da proposta em forma de Minuta de Lei, e considerou para a sua redação todas as contribuições discutidas nas reuniões.

MINUTA DE PROJETO DE LEI

Cria o Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna; define as atribuições dos órgãos municipais que atuam na defesa e proteção da fauna silvestre; institui o Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres

Nativos Vitimados e a Tutela-cidadã, no âmbito do Município de São Paulo.

Art. 1º. Fica criado no Município de São Paulo o Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna, a ser desenvolvido por meio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e da Secretaria Municipal da Saúde; bem como o Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados e a Tutela-cidadã.

§ 1º. O Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna consiste na gestão integrada e compartilhada de serviços e ações voltados ao atendimento de demandas e ocorrências envolvendo animais silvestres nativos vitimados, no território do Município de São Paulo, por meio da vigilância do meio ambiente e da saúde, com a participação da sociedade.

§ 2º. O Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados é o órgão de decisão autônomo, entre o governo municipal e a sociedade civil, que tem por objetivo prestar apoio à Municipalidade na destinação de animais silvestres nativos vitimados e impossibilitados de serem libertados em seu habitat, ou, destinados para locais autorizados que possam mantê-los sob guarda e cuidados de técnicos habilitados.

§ 3º. A Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, denominada de Tutela-cidadã, é o regime de compartilhamento entre o poder público municipal, e uma pessoa física ou jurídica, da tutela do Município de São Paulo sobre a fauna silvestre nativa, em especial, os animais silvestres nativos vitimados e impossibilitados de serem libertados em seu habitat, ou, destinados para locais autorizados que possam mantê-los sob guarda e cuidados de técnicos habilitados.

§ 4º. As pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas em participar do Programa VigiBio-Fauna serão integradas ao Programa, mediante a concessão da Tutela-cidadã pelo Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, e serão intituladas Cuidadores de Animais Silvestres.

Art. 2º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Animal Silvestre Nativo: todo animal encontrado livre na natureza, pertencente às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de

seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras;

II. Animal Silvestre Nativo Vitimado: todo animal vítima da pressão urbana e antrópica, encontrado fora de seu habitat natural ou em decorrência de acidentes como: atropelamento, eletrocussão, queimadura, afogamento, atacados por outros animais, entre outros; bem como, na condição de órfão, invasor de domicílio, capturado e maus tratos;

III. Animal Silvestre Nativo Resgatado: todo animal vitimado recolhido, sem identificação de guarda ou posse, que requer tratamento médico veterinário, acompanhamento biológico, e demais cuidados para sua salvaguarda, ou da população;

IV. Animal Silvestre Nativo Apreendido: todo animal oriundo de guarda ou posse ilegal; tráfico ou comércio ilegal e cujo portador foi flagrado durante abordagem policial ou fiscalizatória com a lavratura do respectivo termo ou auto;

V. Animal Silvestre Nativo de Entrega Espontânea: todo animal que estava sob a guarda ou a posse ilegal de pessoa que, antes da abordagem policial ou fiscalizatória, acionou o poder público visando à entrega do espécime;

VI. Serviço de Resgate de Animais Silvestres Vitimados: serviço realizado pelo órgão municipal de segurança urbana, devidamente aparelhado, capacitado e autorizado a realizar o manejo de animais silvestres para a sua posterior entrega no órgão responsável pelo tratamento médico veterinário, acompanhamento biológico, e os demais cuidados para sua salvaguarda, ou da população;

VII. Termo de Resgate de Animal Silvestre (TRAS): documento lavrado no momento do resgate do animal silvestre nativo vitimado, contendo informações sobre as condições do animal, do local do resgate, dos responsáveis ou solicitante do resgate;

VIII. Termo de Entrega de Animal Silvestre (TEAS): documento lavrado no momento da entrega do animal para tratamento médico veterinário, acompanhamento biológico, e os demais cuidados para sua salvaguarda, ou da população, contendo informações sobre o resgate e os responsáveis pelo seu recebimento no ato da entrega;

IX. Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados: Órgão de decisão autônomo entre o governo municipal e a sociedade civil, criado para dar a destinação de animais silvestres nativos vitimados e impossibilitados de serem libertados em seu habitat, ou, destinados para locais autorizados que possam mantê-los sob guarda e cuidados de técnicos habilitados;

X. Tutela-cidadã: condição na qual a pessoa física ou jurídica compartilha, de forma espontânea, com os órgãos municipais competentes pela gestão da fauna silvestre, das responsabilidades sobre animais silvestres nativos vitimados e impossibilitados de serem libertados em seu habitat, ou, destinados para locais autorizados que possam mantê-los sob guarda e cuidados de técnicos habilitados;

XI. Termo de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados: documento pelo qual o Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres concede a Tutela-cidadã ao Cuidador de Animal Silvestre;

XII. Cuidador de Animal Silvestre: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que, sem fins lucrativos, foi titulado e autorizado pelo Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados a receber, cuidar, vigiar e zelar pelo bem estar de um ou mais exemplares de animais silvestres, por meio da Tutela-cidadã;

XIII. Cadastro de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados: Sistema informatizado para o cadastramento de pessoas físicas ou jurídicas interessadas na Tutela-cidadã;

XVI. Remoção de Animal Silvestre Tutelado: transporte de animal mantido sob Tutela-cidadã realizado pelo órgão municipal competente;

XV. Maus tratos: toda e qualquer ação voltada contra os animais e que implique em crueldade, especialmente, a ausência de abrigo, de cuidados veterinários, de alimentação e alojamentos adequados; a aplicação de castigo; entre outras ações constatadas, mediante laudo elaborado por profissional habilitado;

XVI. Condições Inadequadas: manutenção de animais em contato, direto ou indireto, com outros animais agressivos e/ou portadores de doenças ou zoonoses; alojamento de dimensões inapropriadas à espécie ou porte; locais que os privem de ar, luminosidade, liberdade de movimento próprio da espécie ou locais desprovidos de asseio e que possibilitam a proliferação de animais sinantrópicos;

XVII. Castigo: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força ou pela obrigação de fazer algo impróprio à natureza da espécie, ou da condição do animal, e que resulte em sofrimento ou lesão.

Seção I

Do Programa de Vigilância Pela Biodiversidade Faunística - VigiBio-Fauna

Art. 3º. O Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna será desenvolvido por meio da integração de serviços voltados ao atendimento de animais silvestres nativos vitimados, realizados pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e da Secretaria Municipal da Saúde, no âmbito de suas atribuições.

Art. 4º. Caberá à Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), por meio da Superintendência de Defesa Ambiental (SUDAM) da Guarda Civil Metropolitana (GCM):

- I. realizar o resgate de animais silvestres nativos vitimados pela pressão humana e urbana no Município de São Paulo, de acordo com os procedimentos indicados pelos órgãos competentes;
- II. zelar para que os animais silvestres vitimados sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico;
- III. entregar os animais vitimados na Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre - DEPAVE-3, do Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE, da SVMA;
- IV. registrar, em formulários próprios, as ocorrências e ações relacionadas ao manejo de animais silvestres resgatados;
- V. registrar no Sistema de Informações da Guarda Civil Metropolitana as ocorrências e ações relativas ao resgate e a entrega dos animais silvestres vitimados;
- VI. realizar visitas nos locais de Tutela-cidadã;
- VII. realizar a remoção, para o DEPAVE-3, de animais da Tutela-cidadã que necessitem de atendimento médico veterinário, mediante a solicitação do Cuidador, ou quando constatada alguma irregularidade;

- VIII. realizar a remoção, para o DEPAVE-3, de animais da Tutela-cidadã que vierem a óbito para investigação do motivo da morte e/ou *causa mortis*;
- IX. realizar a remoção, do DEPAVE-3, de animais destinados para os locais de Tutela-cidadã;
- X. manter sob vigilância o animal da Tutela-cidadã, visando à defesa do animal, à coibição dos maus tratos e outras práticas ilícitas;
- XI. promover visitas aos animais mantidos sob Tutela-cidadã;
- XII. acompanhar membros do Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Vitimados, sempre que houver denúncia ou indícios de irregularidades com o Cuidador de Animal Silvestre;
- XIII. abordar durante as práticas de educação ambiental os problemas relacionados à fauna silvestre e as ações protetivas realizadas pela Prefeitura de São Paulo;
- XIV. adotar as medidas de vigilância sanitária recomendadas pela Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. Caberá à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, por meio do Núcleo Técnico de Gestão Ambiental (NTGA):

- I. dar suporte técnico à GCM, por meio da SUDAM, para o desenvolvimento e aprimoramento de ações e procedimentos voltados ao manejo de animais silvestres nativos vitimados;
- II. dar suporte técnico à GCM para o desenvolvimento e aprimoramento de procedimentos e sistemas de informação voltados à gestão da fauna silvestre;
- III. monitorar e avaliar o Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados;
- IV. manter atualizada a SUDAM sobre questões afetas à fauna silvestre;
- V. tomar as providências cabíveis, juntamente com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde, caso alguma medida de vigilância sanitária deva ser emergencialmente adotada para a prevenção e/ou controle de zoonoses em animais sob a Tutela-cidadã.

Art. 6º. Caberá à Secretaria Municipal do Verde do Meio Ambiente, por meio da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre (DEPAVE-3):

- I. receber os animais silvestres nativos resgatados pela SUDAM;

- II. adotar os procedimentos técnicos visando ao restabelecimento da saúde dos animais vitimados para, primordialmente, reintegrá-los à natureza;
- III. realizar os exames laboratoriais que atestem a sanidade do animal vitimado, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelo DEPAVE-3;
- IV. promover a libertação dos animais vitimados, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelo DEPAVE-3 e nos termos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- V. procurar destinar o animal silvestre vitimado para um cativeiro, autorizado pelo órgão ambiental competente, para guarda e cuidados de técnicos habilitados, nos termos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- VI. dispor o animal vitimado que necessita ser mantido em cativeiro e não possui locais para onde serem destinados, nos termos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para a Tutela-cidadã, por intermédio do Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados;
- VII. disponibilizar o prontuário do animal vitimado, com a devida justificativa de encaminhamento para a Tutela-cidadã, para a análise do Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados;
- VIII. vistoriar e elaborar relatório técnico sobre as instalações para animais e as condições oferecidas pelos interessados na Tutela-cidadã, para subsidiar as análises e decisões do Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados;
- IX. instruir o procedimento administrativo de Tutela-cidadã com documentos do prontuário do animal e do interessado na tutela compartilhada, para apreciação do Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados;
- X. prestar atendimento médico-veterinário para os animais mantidos sob Tutela-cidadã que apresentarem problemas de saúde, mediante a solicitação do Cuidador de Animal Silvestre;
- XI. orientar os Cuidadores de Animais Silvestres sobre alimentação, alojamento, cuidados dispensados ao animal e a higienização do ambiente, visando à saúde e ao bem estar do animal;
- XII. realizar a necropsia de animais mantidos sob a Tutela-cidadã que venham a óbito para a investigação do motivo da morte e/ou *causa mortis*;

- XIII. providenciar a devolução, por meio da SUDAM, dos animais da Tutela-cidadã que foram removidos para o DEPAVE-3 para atendimento médico-veterinário, após a alta médica;
- XIV. registrar as ocorrências e manter atualizado o prontuário do animal mantido sob Tutela-cidadã;
- XV. manter sob vigilância o animal da Tutela-cidadã, com a participação do Cuidador de Animal Silvestre, visando à prevenção e ao controle de doenças e zoonoses;
- XVI. tomar as providências cabíveis, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, caso alguma medida de vigilância sanitária deva ser emergencialmente adotada em decorrência de zoonose, doença ou óbito de um animal silvestre mantido sob a Tutela-Cidadã;
- XVII. treinar e capacitar o Efetivo da Guarda Civil Metropolitana da SUDAM em assuntos relacionados ao manejo de animais silvestres, visando à proteção humana e à minimização de danos para o animal vitimado durante as práticas de manejo.

Art. 7º. Caberá à Secretaria Municipal da Saúde, por meio da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA), Gerência Centro de Controle de Zoonoses e Gerência de Agravos Transmitidos por Vetores e outras Zoonoses, no âmbito de suas atribuições:

- I. viabilizar a imunização dos servidores, funcionários e Guardas Civis Metropolitanos que atuam no manejo de animais silvestres, e indicar as demais medidas sanitárias necessárias para a salvaguarda da saúde das pessoas que participam do VigiBio-Fauna;
- II. dispor do Laboratório de Zoonoses e Doenças Transmitidas por Vetores do Centro de Controle de Zoonoses para a realização de exames laboratoriais que, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos, atestem a sanidade humana e animal;
- III. oferecer os meios para a desinfecção dos veículos da GCM empregados no resgate e na remoção de animais silvestres;
- IV. tomar as providências cabíveis, juntamente com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Segurança Urbana, caso alguma medida de vigilância sanitária deva ser emergencialmente

adotada para a prevenção e/ou controle de zoonoses em animais sob a Tutela-Cidadã;

- V. treinar e capacitar o Efetivo da Guarda Civil Metropolitana da SUDAM em assuntos relacionados à biossegurança e aos riscos no manejo de animais silvestres.

Art. 8º. A Prefeitura de São Paulo deve envidar esforços para que todos os animais silvestres nativos vitimados, manejados pelos órgãos municipais competentes, recebam tratamento digno e ético e que sejam adotadas todas as medidas que possibilitem a sua reintegração à natureza.

Parágrafo Único - A eutanásia de animais silvestres somente poderá ser realizada por Médico Veterinário habilitado, funcionário ou servidor municipal, quando devidamente justificada; cabendo ao profissional responder pelos seus atos quando infringir o Código de Ética e a legislação vigente.

Seção II

Do Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados

Art. 9º. Fica instituído no Município de São Paulo o Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, regido por esta Lei e subordinado diretamente ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ou quem esse indicar.

Art. 10. O Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres será composto por integrantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), e representantes de Organizações Não Governamentais, sediadas no Município de São Paulo e que atuem na proteção e defesa de animais silvestres e, do Departamento de Fauna da Secretaria Estadual de Meio Ambiente; com a seguinte composição:

- I. dois representantes da Superintendência de Defesa Ambiental da Guarda Civil Metropolitana, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, sendo: um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente;
- II. dois representantes do Núcleo Técnico de Gestão Ambiental, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, sendo: um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente;

- III. dois representantes da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e de Manejo da Fauna Silvestre - DEPAVE-3, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, sendo: um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente;
- IV. dois representantes da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, sendo: um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente;
- V. dois representantes da Sociedade Civil, que atuem na proteção e defesa de animais silvestres, por meio de Organizações Não Governamentais, sendo: um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente;
- VI. dois representantes da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, sendo: um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente.

§ 1º. Os Conselheiros representantes do poder público municipal e estadual serão indicados pelos Secretários das respectivas Pastas que compõem o Conselho.

§ 2º. Os Conselheiros representantes da sociedade civil organizada serão indicados por entidades de proteção animal, devidamente constituídas e que atuem com animais silvestres, e serão eleitos em Assembleia Geral convocada para esse fim pelo Presidente do Conselho.

§ 3º. O Conselho será presidido pelo Diretor do DEPAVE-3, e na sua ausência, pelo seu Suplente.

§ 4º. Na ausência de qualquer Titular, a representação será feita pelo respectivo Suplente.

Art. 11. Caberá ao Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Vitimados:

- I. deliberar sobre a destinação de animais silvestres atendidos pela Prefeitura de São Paulo por intermédio do DEPAVE-3, impossibilitados de serem reintegrados à natureza, ou, destinados para locais autorizados que possam mantê-los sob os cuidados de técnicos habilitados;
- II. elaborar as normas gerais e procedimentos que visem instituir a Tutela-cidadã;
- III. definir os critérios para que as pessoas físicas ou jurídicas se habilitem para tornarem-se Cuidadores de Animais Silvestres;

- IV. implementar o SisVigiBio-Fauna para a divulgação dos animais silvestres nativos vitimados que aguardam destinação; bem como para o cadastramento de pessoas interessadas em participar da Tutela-cidadã;
- V. analisar o prontuário dos animais silvestres nativos vitimados que forem encaminhados para a Tutela-cidadã;
- VI. analisar o perfil das pessoas, residentes ou instaladas na cidade de São Paulo, interessadas em atuarem como Cuidadores de Animais Silvestres, a partir das informações do Cadastro de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados;
- VII. consultar o Cadastro de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados para a concessão do Termo de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, com o objetivo de verificar o cumprimento das diretrizes da Tutela-cidadã e escolha do Cuidador de Animal Silvestre;
- VIII. conceder a Tutela-cidadã, após análise da documentação exigida para ao compartilhamento da tutela do animal com o Cuidador de Animal Silvestre;
- IX. apoiar as ações desenvolvidas pelos integrantes do Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Vitimados, no âmbito do Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna;
- X. zelar pela correta aplicação das normas relativas à Tutela-cidadã;
- XI. acompanhar e avaliar as ações da execução da Tutela-cidadã, observadas as normas estabelecidas;
- XII. solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de Conselheiro, nos casos de vacância;
- XIII. dar apoio aos órgãos municipais e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos dos animais estabelecidos na legislação nacional e, em especial, na Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- XIV. tomar as providências cabíveis, juntamente com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, caso alguma medida sanitária deva ser emergencialmente adotada em decorrência de zoonose, de relevância para a saúde pública, em animal silvestre mantido sob a Tutela-cidadã;

- XV. vistoriar as instalações de animais mantidos em Tutela-cidadã, sempre que houver denúncia ou indícios de irregularidades;
- XVI. atuar de forma transparente, ética, garantindo a comunicação e divulgação das ações de vigilância e saúde; e participar de fóruns, campanhas educativas e ações de conscientização sobre a inadequação da compra de animais silvestres;
- XVII. garantir junto às autoridades competentes o cumprimento das normas estabelecidas relativas à Tutela-cidadã;
- XVIII. desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à Tutela-cidadã;
- XIX. propor medidas e atividades que visem promover a Tutela-cidadã;
- XX. avaliar a eficiência e eficácia da Tutela-cidadã;
- XXI. apoiar a promoção de campanhas educativas sobre Tutela-cidadã;
- XXII. atender às exigências legais de proteção à fauna silvestre;
- XXIII. elaborar o seu Regimento Interno;
- XXIV. nomear e dar posse aos membros do Conselho.

Art. 12. O Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados, sempre que julgar conveniente ou necessário, e devidamente justificada, poderá cancelar a Tutela-cidadã concedida a um Cuidador de Animal Silvestre.

Art. 13. O Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados aprovará o seu Regimento Interno no prazo de quarenta e cinco dias, a contar da data de sua criação.

Art. 14. O Conselho deverá reunir-se mensalmente para deliberar sobre a destinação de animais silvestres nativos vitimados, no âmbito da Tutela-cidadã;

Parágrafo único. Sempre que matérias urgentes assim o exigirem, o Conselho deverá ser convocado extraordinariamente pelo Presidente ou por 1/3 (um terço) dos seus membros.

Art. 15. Cada sessão será registrada em ata e será aberta com a deliberação de aprovação da ata da reunião anterior.

Art. 16. As deliberações serão tomadas por maioria simples e votos.

Art.17. As normas complementares que visem regulamentar a Tutela-Cidadã serão estabelecidas por portaria.

Art. 18. As deliberações do Conselho assumirão a forma de obrigação de fazer.

Art. 19. O mandato dos membros do Conselho será de quatro anos, permitida a recondução.

Art. 20. A participação no Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados não será remunerada, considerando-se o seu exercício de relevância pública.

Seção III

Da Tutela-cidadã

Art. 21. A Tutela-cidadã configura meio legal de inclusão do cidadão e de empresas na gestão integrada e compartilhada da fauna silvestre nativa vitimada, com adoção de medidas voltadas à proteção e ao bem estar dos animais, à vigilância em saúde, ao combate ao comércio ilegal; com adoção de ações baseadas em princípios legais, técnicos e humanitários.

§ 1º. A Tutela-cidadã é medida excepcional à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de reintegração do animal na natureza, ou, não existam locais autorizados para onde possam ser destinados e mantidos sob os cuidados de técnicos habilitados.

§ 2º. A Tutela-cidadã será formalizada mediante assinatura de Termo de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados (Anexo I), na forma prevista nesta Lei.

§ 3º. A Tutela-cidadã somente será concedida à pessoa física civilmente capaz, maior de 18 (dezoito) anos, residente no Município de São Paulo, e que esteja cadastrada no Cadastro de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados (Anexo II).

Art. 22. As pessoas físicas ou jurídicas, interessadas em participar do VigiBio-Fauna, por meio da Tutela-Cidadã deverão:

- I. efetuar o cadastro no SisVigiBio-Fauna;
- II. indicar a espécie ou espécime animal que pretende assumir a Tutela-cidadã;
- III. preencher todos os requisitos legais para cadastramento na Tutela-cidadã;

IV. providenciar as instalações compatíveis com a espécie pretendida e assumir a garantia de manutenção de todas as condições necessárias para o bem estar do animal, em conformidade ao indicado pelo DEPAVE-3.

Art. 23. O interessado na Tutela-Cidadã não poderá ter cometido ou estar sendo processado, nos últimos cinco anos, por qualquer infração administrativa de natureza ambiental ou estar respondendo a processo sobre ilícito penal relativo à fauna.

Art. 24. A Tutela-cidadã poderá ser revogada a qualquer tempo, com base em relatório apresentado ao Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados.

Seção IV

Do Cuidador de Animal Silvestre

Art. 25. As pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas em participar da Tutela-cidadã serão intituladas Cuidador de Animal Silvestre.

Art. 26. Caberá ao Cuidador de Animal Silvestre:

- I. responder pelos cuidados e bem estar do(s) animal(is) mantido(s) sob a Tutela-cidadã;
- II. permitir o acesso do Agente Público ou Membro do Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres, em vistoria ao local de manutenção do animal sob Tutela-cidadã;
- III. contatar o DEPAVE-3, caso o animal apresente qualquer indício de problema de saúde ou venha a óbito, para que sejam tomadas as providências necessárias para a sua remoção pela SUDAM;
- IV. cumprir todos os requisitos e compromissos assumidos junto ao VigiBio-Fauna, participando como Cuidador de Animal Silvestre;
- V. não dar outra destinação ao(s) animal(is), inclusive em relação ao endereço, salvo com autorização do Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, ou em cumprimento de ordem judicial, excluídas as hipóteses de caso fortuito e de força maior, devidamente comprovados, que deverão ser comunicados no prazo de dez dias úteis ao DEPAVE-3, a contar do dia da ocorrência do fato;

- VI. comunicar, imediatamente, ao DEPAVE-3 ou a Guarda Civil Metropolitana, ocorrência de fuga, roubo ou furto do animal sob Tutela-cidadã;
- VII. garantir a segurança e a tranquilidade dos vizinhos, responsabilizando-se por quaisquer danos causados a terceiros pelo animal;
- VIII. arcar com todas as despesas com o(s) animal(is), inclusive com prejuízos que porventura resultem da Tutela-cidadã, sem direito à indenização;
- IX. prestar, sempre que requisitado pelo Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, informações relativas ao(s) animal(is) sob Tutela-cidadã, assim como regularizar, no prazo que for fixado, as impropriedades porventura encontradas durante visitas ao local ou qualquer outro procedimento;
- X. registrar, junto ao órgão de segurança pública correspondente, boletim de ocorrência em caso de roubo ou furto do animal e encaminhar cópia ao DEPAVE-3, no prazo de cinco dias úteis;
- XI. manter o Termo de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados acessível e em boas condições de conservação;
- XII. solicitar ao Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, no prazo de cinco dias, reposição do documento Termo de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados, em caso de extravio ou inutilização;
- XIII. informar ao DEPAVE-3 o desinteresse na Tutela-cidadã, em caso de desistência, aguardando a remoção do(s) animal(is) para o DEPAVE-3;
- XIV. entregar o(s) animal(is) silvestre(s) mantido(s) sob tutela compartilhada ao DEPAVE-3, sempre que requisitado pelo Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados.

Parágrafo Único. Os Cuidadores de Animais Silvestres não serão remunerados, em qualquer hipótese, e sua participação no VigiBio-Fauna será considerada como de relevância pública.

Art. 27. Excepcionalmente, será permitido ao Cuidador do Animal Silvestre o transporte do animal para atendimento médico veterinário, exclusivamente no DEPAVE-3, em caso de emergência.

Art. 28. No caso de mudança de residência do Cuidador do Animal Silvestre, e permanecendo o interesse na manutenção da tutela compartilhada, será exigida a

anuência prévia do Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados para alteração do local da Tutela-cidadã.

Parágrafo único. Não será concedida a transferência do animal para domicílio fora do Município de São Paulo.

Art. 29. No caso de morte ou impedimento do Cuidador de Animal Silvestre, o Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados deverá ser comunicado, por escrito, no prazo máximo de 30 dias.

§ 1º. No caso de interesse por parte de familiar do falecido, que resida no mesmo endereço do Cuidador de Animal Silvestre, o Conselho de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados analisará a qualificação do interessado em continuar com a Tutela-cidadã.

§ 2º. A transferência da Tutela-cidadã somente será efetivada após atendido o disposto no § 3º do Art.21.

Art. 30. O Título de Cuidador de Animal Silvestre deverá ser cancelado nos casos em que houver flagrante de guarda ou posse ilegal de outro animal silvestre, sem prejuízo das demais sanções legais.

Art. 31. O Cuidador de Animal Silvestre que for denunciado por tratamento cruel, degradante, maus-tratos contra qualquer animal terá cancelado o título de Cuidador de Animal Silvestre pelo Conselho Municipal de Tutela de Animais Silvestres Nativos Vitimados, sem prejuízo de outras sanções legais.

Art. 32. É vedado ao Cuidador de Animais Silvestres nativos:

- I. utilizar o(s) animal(is) sob Tutela-cidadã em atividades que lhe possa acarretar danos ou submetê-lo à exposição;
- II. montar um plantel com espécimes da fauna silvestre nativa de outra origem;
- III. violar, adulterar, substituir ou retirar a marcação individual do(s) animal(is);
- IV. rasurar ou adulterar o Termo de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados;
- V. utilizar o(s) animal(is) em atividades de pesquisa científica, laboratorial, teste de produto e no ensino.

Seção IV

Do Animal da Tutela-cidadã

Art. 33. Os animais destinados à Tutela-cidadã deverão, obrigatoriamente:

- I. estar devidamente vermifugados e isentos de ectoparasitas, comprovado mediante prontuário do DEPAVE-3;
- II. estar devidamente identificado pela técnica de microchip, tatuagem ou anilha, dependendo da espécie animal, a qual permitirá identificação do animal mantido sob Tutela-Cidadã;
- III. estar fotografado em no mínimo dois ângulos que possibilite a sua identificação.

Art. 34. O artefato eletrônico denominado microchip, deverá:

- I. ser confeccionado em material esterilizado;
- II. conter prazo de validade indicado;
- III. ser encapsulado e com dimensões que garantam a biocompatibilidade;
- IV. ser decodificado por dispositivo de leitura que permita a visualização dos códigos de informação;
- V. não ser passível de recodificação.

Art. 35. Todo animal que estiver sob Tutela-cidadã terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 36 (trinta e seis) meses, pelo Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animais Silvestres Nativos Vitimados.

Art. 36. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 37. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentária próprias, suplementadas se necessário.

ANEXO I

TERMO DE TUTELA COMPARTILHADA DE ANIMAL SILVESTRE NATIVO
VITIMADO Nº _____

O Conselho Municipal de Tutela Compartilhada de Animal Silvestre Nativo Vitimado, por meio do representante da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre, do Departamento de Parques e Áreas Verdes, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, doravante denominado DEPAVE-3 e o CUIDADOR DE ANIMAL SILVESTRE, doravante denominado CUIDADOR, o(a) Sr(a) _____ Cadastro de Tutela Compartilhada de Animal Silvestre Nativo Vitimado Nº. _____, firmam o presente Termo de Tutela Compartilhada de Animal Silvestre Nativo Vitimado, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº. XXXXX, de XX de XXXXXXXX de 2015, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CUIDADOR declara que manterá em seu poder, no endereço abaixo especificado, o(s) seguinte(s) animal(is) silvestre(s) nativo(s) vitimado(s):

Nome científico: _____

Nome popular: _____

Marcação (tipo e número): _____

Idade: _____ Sexo: _____

Sinais particulares: _____

Endereço do Cuidador: _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Telefones: _____

E-mail: _____

Parágrafo Primeiro. O CUIDADOR obriga-se a manter o(s) animal(is) silvestre(s) nativo(s) vitimado(s), acima epigrafado(s), com manejo adequado, comprometendo-se a restituí-lo(s) ao DEPAVE-3 quando lhe for solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo é indeterminado desde que cumpridas as exigências da Lei nº. XX.xxxx/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao órgão municipal competente a fiscalização e monitoramento do presente Termo, que anexará e anotará nos autos do processo administrativo as ocorrências relacionadas com a Tutela-cidadã do(s) animal(is) constante(s) na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O não cumprimento das obrigações assinaladas neste Termo ensejara sua rescisão, com o retorno do(s) animal(is) ao DEPAVE-3, sem direito à indenização pelo órgão ambiental competente e sem prejuízo de quaisquer outras penalidades e sanções previstas na legislação pertinente.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo, em três vias, de igual teor e forma para que produza entre si os legítimos efeitos jurídicos na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

São Paulo, _____, de _____, de _____

Nome do CUIDADOR _____

Assinatura _____

RESPONSÁVEL DEPAVE-3 _____

Assinatura _____

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Assinatura: _____

CPF: _____ - _____ RG/UF: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

CPF: _____ - _____ RG/UF: _____

ANEXO II

CADASTRO DE CUIDADOR DE ANIMAL SILVESTRE NATIVO VITIMADO

CADASTRO Nº. _____ PROCESSO Nº. _____

DADOS DO REQUERENTE:

Nome: _____

Profissão: _____

RG/UF: _____ CPF: _____ - _____

Telefone residencial: _____ Telefone adicional: _____

Endereço residencial: _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Telefone comercial: _____

E-mail: _____

Há outro animal silvestre no endereço do interessado na Tutela-Cidadã?

Sim: ☐Não: ☐

Quantos: _____ Espécie(s): _____

São Paulo, _____ de _____ de _____

Nome _____

Assinatura do Requerente _____

AVALIAÇÃO DO LOCAL:Adequado: ☐Inadequado: ☐Passível de adequação: ☐

Motivo: _____

Responsável DEPAVE-3:

_____ RF: _____

São Paulo, _____ de _____ de _____

Assinatura _____

Para a formulação da proposta da Minuta de Lei foram considerados diversos dispositivos legais que tratam da matéria:

- a Constituição Federal em seu artigo 225 dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações e que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;
- o inciso I do artigo 3º da Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011 que fixa normas, nos termos dos incisos VI e VII do artigo 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;
- a Lei Federal nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- o Art. 188 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 04 de abril de 1990 que dispõe que o Município coibirá o tráfico de animais silvestres, exóticos e de seus subprodutos e sua manutenção em locais inadequados, bem como protegerá a fauna local e migratória do Município de São Paulo, nesta compreendidos todos os animais silvestres ou domésticos, nativos ou exóticos;
- O inciso VII do artigo 20 da Lei Municipal nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que atribui ao Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), por intermédio da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre (DEPAVE-3), promover a preservação e a conservação da fauna, com acompanhamento médico-veterinário curativo, profilático, biológico, sanitário, nutricional e reprodutivo;
- o inciso IV do artigo 1º da Lei nº. 13.866, de 1º de julho de 2004, que atribui à Guarda Civil Metropolitana a proteção do patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, adotando medidas educativas e preventivas;

- o Decreto Federal nº. 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;
- o Decreto Municipal nº 55.763, de 10 de dezembro de 2014 que estrutura a Superintendência de Defesa Ambiental que tem como atribuição promover o resgate e a vigilância de animais silvestres nativos vitimados, de forma integrada com os demais órgãos de fiscalização e de manejo da fauna;
- a Portaria 91/SVMA-G/2011 que promove a implantação do Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade da Cidade de São Paulo;
- a Portaria 36/SMSU/GAB/2013 que instituiu o Núcleo Técnico de Gestão Ambiental (NTGA) com a atribuição de formular o Programa de Defesa e Vigilância Ambiental com o objetivo de estabelecer um sistema de gestão ambiental no âmbito da SMSU, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente;
- a Portaria Intersecretarial nº 001/SMSU-SVMA/2014, que estrutura e organiza, em parceria, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados na Cidade de São Paulo.

Foram considerados, também:

- que os animais silvestres vitimados na cidade são recebidos pelo DEPAVE-3 que presta atendimento médico veterinário clínico e cirúrgico, com suporte laboratorial e biológico, visando, preferencialmente, à reintegração do animal à natureza;
- a necessidade de estabelecer a parceria e normatizar os procedimentos administrativos e operacionais entre a SMSU e SVMA, visando ao atendimento de demandas envolvendo animais silvestres nativos vitimados em toda a extensão do Município de São Paulo;
- o grande número de solicitações de munícipes e órgãos ambientais para o resgate de animais silvestres nativos vitimados e o risco de ocorrência de acidentes de arranhadura e mordedura durante o seu manejo;
- a importância da inserção do cidadão no processo de gestão da fauna silvestre e o cunho educativo da proposta, uma vez que uma pessoa interessada em adquirir um animal silvestre não necessitará comprá-lo no comércio ilegal, incentivando o tráfico, podendo ser um Cuidador de um animal que, esgotadas as possibilidades de

libertação na natureza ou manutenção em um cativeiro legalizado, poderá ser mantido sob os cuidados dessa pessoa. O cidadão, ao compartilhar a tutela do animal silvestre com o poder público, mantendo-o sob os seus cuidados, propicia que um maior número de animais vitimados sejam recepcionados e atendidos nos centros de manejo de animais silvestres, pela liberação do espaço anteriormente ocupado por um animal que não tinha local para ser destinado;

- o animal tutelado pelo cidadão permanece sob a responsabilidade da Prefeitura, por meio dos órgãos competentes, e o cidadão participa do Programa de Vigilância pela Biodiversidade, cuidando de um animal que está sob vigilância em saúde.

7.5 A FEBRE MACULOSA, A CAPIVARA E O MEIO.

A Febre Maculosa Brasileira é uma zoonose que envolve diversas espécies animais, cuja transmissão ocorre por meio de um vetor que, devido suas diferentes fases de vida parasitam diversos hospedeiros e passam um longo período no solo, onde, dependendo das condições climáticas e substrato, podem se manter viáveis na natureza durante meses ou até anos.

O envolvimento direto da capivara como hospedeiro primário da Febre Maculosa Brasileira está na dependência da espécie de carrapato que ocorre na localidade e das condições favoráveis de disseminação da doença para o homem, que configura um hospedeiro acidental do carrapato e da bactéria causadora da febre maculosa, em decorrência da ausência de hospedeiros primários, como os equinos e as capivaras que vivem alimentando-se de gramíneas ao redor de corpos d'água.

No Município de São Paulo, o cão tem sido apontado como o principal animal responsável por carrear os carrapatos infectados com as riquetsias causadoras da doença, tanto pela proximidade das matas, bem como pela investigação do local provável de infecção dos casos apontados (Figura 7.10).

Figura 7.10 - Mapa do Município de São Paulo com a distribuição geográfica dos casos confirmados de Febre Maculosa Brasileira em humanos, ocorridos durante o período de 2004 a 2014; e os locais onde foram resgatadas capivaras, pela Guarda Civil Metropolitana, no período de 2010 a 2014. São Paulo, 2015.

Fonte: SMS/COVISA–SMSU/NTGA
Elaborado: NTGA

A análise da imagem demonstra que os casos de Febre Maculosa Brasileira ocorreram próximos às áreas de matas, dados confirmados pela análise do local exato da ocorrência da doença. Demonstra, ainda, que nos locais onde houve resgate de capivaras vitimadas, não há registro de casos, indicando que na cidade de São Paulo, esse animal provavelmente não está diretamente envolvido na transmissão da doença para humanos. O acompanhamento é feito por exames PCR; detecção de DNA; e sorologia nos cães, gatos, equinos, gambás e capivaras, além da presença do carrapato em animais domésticos.

A abrangência de fatores para a ocorrência da Febre Maculosa Brasileira demonstra a necessidade de integração entre diversas áreas do conhecimento. Segundo (ANDRIOLO, 2007), a necessidade imposta para a resolução de problemas multidisciplinares atende ao surgimento de disciplinas integrativas em que emergem a Biologia e Medicina da Conservação, que propõem estratégias de amplo espectro de ação, a partir de uma visão sistêmica. Essas disciplinas estudam as múltiplas interações entre patógenos e doenças, entre espécies e ecossistemas, com o objetivo de promover a saúde ecológica na natureza e na sociedade (AGUIRRE, 2002). A essas disciplinas somam-se outras, como a Geografia.

Nessa perspectiva, a ocorrência de animais silvestres no meio urbano demanda pesquisas voltadas às enfermidades e zoonoses das quais eles podem representar importante papel na cadeia epidemiológica. Com o crescimento das cidades em direção às áreas de remanescentes de matas ou agriculturáveis deve-se avaliar o real papel da biodiversidade faunística no processo saúde e doença, e como os animais silvestres se prestam como sentinelas ou uma barreira natural da doença para o homem.

As capivaras recepcionadas no serviço de manejo de fauna são recuperadas para serem reintegradas no ambiente natural, e as informações que trazem deste podem nortear ações de saúde e investigação de sua participação na cadeia epidemiológica de outras doenças como a Leptospirose, Doença de Lyme, além da Febre Maculosa Brasileira.

No Município de São Paulo, as capivaras fazem parte da cadeia alimentar da onça-parda (*Puma concolor capricorniensis*) na Região Sul da Cidade (Figura 7.11) (SÃO PAULO (Município), 2010).

Figura 7.11 - Foto de um exemplar de onça-parda registrado por armadilha fotográfica, no ano de 2010, no extremo Sul do Município de São Paulo.

Fonte: PMSP/SVMA/DEPAVE-3 - Extraído de PMSP (2011).

8 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese está fundamentada e foi desenvolvida a partir de princípios legais e técnicos, com enfoque humanitário no que tange ao tratamento dispensado aos animais silvestres vitimados por acidentes ou apreendidos do tráfico. Partindo do princípio legal, o marco histórico e estruturante para o seu desenvolvimento encontrou apoio na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988; o técnico, nas áreas da medicina veterinária e biologia.

Para culminar na elaboração da proposta de Projeto de Lei que cria o Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna, no âmbito do Município de São Paulo, foram necessários a formulação de diversos dispositivos legais e o aprimoramento de procedimentos técnicos, aliados ao desenvolvimento da tecnologia.

A construção do VigiBio-Fauna, durante a realização da pesquisa, contou com a participação de dezenas de pessoas representando suas instituições e pôde mostrar mais uma ferramenta na gestão descentralizada da fauna silvestre, realizada de forma integrada e com a participação do cidadão. No entanto, ela está amparada em políticas públicas e serviços que datam da década de 1980.

Tanto o marco legal como o técnico da pesquisa datam de 1988, ano da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil e da redação do “Projeto de Criação de um Setor de Atendimento Médico Veterinário, Biologia e Manejo da Fauna Silvestre” na Prefeitura de São Paulo. Esses foram os instrumentos que marcaram os primeiros passos para que, no decorrer de décadas, fossem formuladas novas políticas e criados novos serviços que propiciaram a formulação de “solução” para o problema envolvendo animais vitimados, consolidada nesta tese.

A linha do tempo (Figura 8.1) e a descrição do instrumento legal ou do evento (Figura 8.2) ilustram a complexidade do processo, que teve a participação ativa desta autora, e que culminou com a formulação da proposta de minuta de Projeto de Lei que institui a Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna, na Cidade de São Paulo.

Figura 8.1 Linha do tempo da formulação de políticas públicas e implantação de serviços de manejo de animais silvestres que propiciaram a formulação da proposta de minuta de projeto de lei que institui a Vigilância pela Biodiversidade Faunística – VigiBio-Fauna, no município de São Paulo.

Elaborado pela autora.

Figura 8.2 Detalhamento dos instrumentos legais e eventos apresentados na linha do tempo da formulação de políticas públicas e criação de serviços que culminaram na proposta de minuta de lei que institui o VigiBio-Fauna no município de São Paulo.

Elaborado pela autora.

A minuta de lei VigiBio-Fauna foi resultado do trabalho de pesquisa, construído e amparado pelos instrumentos elencados na linha do tempo, seja pela sustentação jurídica ou pela estrutura física e operacional criadas no processo de estruturação da gestão integrada da fauna silvestre no Município. O processo demonstra que os primeiros passos foram tentados junto à área de saúde, porém, acolhidos pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE, à época, pertencente à Secretaria Municipal de Serviços e Obras.

Não obstante o serviço de manejo de animais silvestres configurar uma atividade da área de saúde, ele foi implantado, por lei, na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. No entanto, a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre conta com a participação e colaboração da Secretaria Municipal de Saúde, principalmente, por meio da Gerência Centro de Controle de Zoonoses, para a realização de exames de diagnóstico em seus laboratórios. Também, a Secretaria Estadual de Saúde, por meio de seus Institutos de Saúde, disponibilizam suas estruturas para a realização de exames laboratoriais para fins de diagnósticos de doenças e zoonoses nos materiais biológicos provenientes dos animais atendidos no DEPAVE-3.

Na área ambiental, destaca-se o inventário da fauna do Município de São Paulo, ferramenta indispensável para a avaliação da liberação de animal, especialmente, proveniente de apreensão; assim como os Sistemas Informatizados e dados dos animais resgatados e internados. Cabe, também, principalmente à área ambiental, empregar o conhecimento gerado a partir do Serviço de Manejo na educação ambiental, no licenciamento de empreendimentos, em debates sobre o planejamento urbano e demais políticas relacionadas ao meio ambiente, como os Planos pela Biodiversidade e de Mudanças Climáticas.

Durante o desenvolvimento da tese ocorreram:

- a integração entre a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com a criação do Serviço de Resgate de Animais Silvestres;
- a constatação da integração existente entre a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Saúde, principalmente, por meio de seus laboratórios que realizam exames nos materiais biológicos dos animais atendidos no DEPAVE-3;

- a integração da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do acompanhamento da COVISA, dos Guardas Civis Metropolitanos da Superintendência de Defesa Ambiental, por meio de sorologia e imunização antirrábica e antitetânica;
- as tratativas para a indicação de uma Unidade Básica de Saúde voltada ao atendimento dos Guardas Civis Metropolitanos da Superintendência de Defesa Ambiental, por atuarem em áreas de maior risco de ocorrência de zoonoses;
- os encaminhamentos para a implantação do VigiBio-Fauna, que promove a integração dos órgãos que realizam o manejo da fauna silvestre e compartilham a responsabilidade sobre os animais vitimados com o cidadão para ampliar a vigilância em saúde.

Dessa forma, houve a integração dos órgãos que atuam com o manejo de animais silvestres no âmbito da Prefeitura de São Paulo. A integração do cidadão no modelo de gestão, atuando como um agente de vigilância à saúde por meio do VigiBio-Fauna, irá depender do acolhimento pelo Poder Público da proposta contida na Minuta do Projeto de Lei. Esta proposta deverá ser submetida ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal, considerando as diferentes Secretarias envolvidas e as medidas voltadas ao combate do tráfico de animais silvestres no Município.

Na tutela compartilhada, o cidadão não é caracterizado como um indivíduo que mantém um animal silvestre de estimação, mas sim, um Cuidador de Animal Silvestre que realmente necessita dos cuidados humanos. Portanto, sua participação no processo é educativa, pois, acolhe um animal impossibilitado de retornar à natureza. Também, colabora para que um animal apto para viver em liberdade não seja mantido cativo para reprodução, com o objetivo de atendimento de uma demanda voltada ao comércio de silvestres.

A implementação do VigiBio-Fauna na Prefeitura de São Paulo, além de equacionar o problema voltado aos animais vitimados na cidade pode contribuir como uma “solução” para os animais vitimados pelo tráfico, considerando que a grande maioria procede de outros estados do País. Ao manter a tutela compartilhada com o cidadão, a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre abrirá vagas para o atendimento de animais provenientes de apreensões realizadas pelos órgãos de fiscalização e de polícia, que têm grande dificuldade para encontrar um local apropriado para depositá-los.

Os instrumentos legais apontam que animais apreendidos poderão ser colocados para a Tutela-cidadã, uma vez que estarão fisicamente sob os cuidados de um Cuidador, porém, sob a responsabilidade do DEPAVE-3 e o acompanhamento da Guarda Civil Metropolitana. Outra possibilidade, seria o repatriamento do animal apreendido do tráfico para o seu estado de origem que, ao adotar o modelo da Prefeitura de São Paulo, também colocaria o animal sob a Tutela-cidadã, caso a libertação seja inviável. Dessa forma, também seriam ampliadas as ações de vigilância em saúde relacionadas ao controle de zoonoses transmitidas por animais silvestres.

Os Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA, distribuídos pelo território nacional, apesar do número pouco representativo frente ao problema envolvendo animais vitimados, poderiam configurar uma rede governamental voltada ao combate do tráfico dos silvestres no País, e também promover e apoiar pesquisas sobre sanidade da vida silvestre (Figura 8.3).

Figura 8.3 - Mapa do Brasil com a ilustração de uma rede para o repatriamento de animais silvestres apreendidos na cidade de São Paulo, para os estados de origem, por meio dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA.

Fonte: Dados do IBAMA
Elaborado pela autora.

Os números do tráfico demonstram que as pessoas têm interesse em animais silvestres, ignorando os prejuízos para a natureza, economia e saúde, decorrentes dessa atividade ilícita. Ao integrar o cidadão na rede de vigilância, esse teria a oportunidade de se inteirar do problema e atuar como agente de saúde no VibiBio-Fauna. Dessa forma, as campanhas educativas poderiam abordar o problema do tráfico abarcando uma solução ainda não explorada, nas quais, o poder público poderia:

- assumir a sua responsabilidade com os animais vitimados por acidentes e pelo tráfico;
- estruturar os órgãos competentes para o manejo da fauna silvestre vitimada, com atenção para os riscos à saúde e ao meio ambiente;
- integrar os laboratórios, institutos de pesquisa e universidades na vigilância ambiental e em saúde;
- ampliar a rede de vigilância;
- compartilhar com o cidadão o problema relacionado à destinação de animais silvestres vitimados;
- propiciar que um cidadão, interessado em adquirir um animal silvestre, o faça de forma lícita e responsável;
- fortalecer o combate ao tráfico de animais silvestres.

E quanto ao cidadão:

- ficar informado dos problemas decorrentes da pressão humana sobre o meio;
- contribuir com o acolhimento de animais vitimados que necessitam de cuidados humanos para sobreviverem;
- participar da rede de vigilância em saúde;
- contribuir para que um maior número de animais seja atendido em centros de manejo de animais silvestres;
- contribuir para a coibição do tráfico de animais silvestres;
- participar da gestão pública da fauna silvestre nativa vitimada.
- tomar consciência da importância da biodiversidade e do convívio compartilhado e harmônico entre as espécies e o meio.

A tese vai ao encontro da busca de soluções para problemas que envolvem a segurança pública, com a participação da sociedade. Neste caso, o problema que até o presente momento não teve solução é enfrentado de forma ética, integrada e participativa com o cidadão. “Somente uma visão futurista, em que a ética no uso do

bem público e o respeito ao patrimônio natural sejam pré-requisitos, poderá servir como fator alavancador no desenvolvimento da nação” (NEO, 2002, p. 202).

No início da pesquisa foi formulada a hipótese, que demonstrada ao longo do processo, indica que os serviços descentralizados de manejo da fauna silvestre são instrumentos das políticas públicas de segurança urbana e meio ambiente e que têm por finalidade a vigilância em saúde.

O entendimento de que o manejo de animais silvestres vitimados está afeto à área de saúde, e não apenas à área de meio ambiente, traria uma nova visão na abordagem do problema. Isso possibilitaria instrumentalizar os Centros de Triagem de Animais Silvestres como serviços de saúde, com instalações voltadas à saúde animal e à vigilância epidemiológica. No entanto, para que isso ocorra, seria necessário que os Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA fossem estruturados como Centros de Manejo de Animais Silvestres e ampliados pelo conceito VigiBio-Fauna, resultado desta tese.

A tese contribui com um Modelo de gestão descentralizada, integrada e participativa da fauna silvestre nativa vitimada; norteado pelo entendimento de que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e do dever do Poder Público e da sociedade de defendê-lo e preservá-lo.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A. A. et al. **Conservation Medicine**: ecological health in practice. New York: Oxford University Press, 2002. 407 p.

ANDRIOLO, A. Desafios para a Conservação da Fauna. In: CUBAS, Z. S. et al. (Org.). **Tratado de animais selvagens** medicina veterinária. São Paulo: Roca, 2007. p. 19-25.

BERTOLA, P. B. **Estudo da leptospirose (*Leptospira sp*) em gambás (*Didelphis aurita* e *D. albiventris*) no Município de São Paulo no período de 1995 a 2003**. 2004. 88 p. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANCO, A. M. Resgate e reabilitação da fauna silvestre oriunda do comércio ilegal na América do Sul. **1ª. Conferência Sul Americana Sobre o Comércio Ilegal de Fauna Silvestre**, Brasília, Brasil, 17- 21 ago. 2000.

BRANCO, A. M. Centro de Manejo de Animais Silvestres. In: GIOVANINI, D. (Org.). **Animais silvestres**: vida à venda. Brasília, DF: Dupligráfica, 2002. p. 235-53.

BRANCO, A. M. Ética e legislação. In: CUBAS, Z. S. et al. (Org.). **Tratado de animais selvagens** medicina veterinária. São Paulo: Roca, 2007. p. 2-14.

BRANCO, A. M. **Políticas públicas e serviços públicos de gestão e manejo da fauna silvestre nativa resgatada. Estudo de caso: Prefeitura da Cidade de São Paulo**. 2008. 160 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANCO, A. M.; RIBEIRO, H. Descentralização da gestão e manejo da fauna silvestre: o caso da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. **Revista InterfacEHS**, São Paulo, v.6, n.1, p.20-38, abr. 2011.

BRANCO, A. M. et al. (Coord). Ações pela biodiversidade da Cidade de São Paulo - 2010. São Paulo: **Prefeitura de São Paulo**. São Paulo, jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 05 jan. 1967.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 02 set. 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica; assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 04 fev. 1994.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 12 fev. 1998.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.339 de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Brasília, DF. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 ag. 2002.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. . **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jul. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde e remaneja cargos em comissão. **Diário Oficial da União**. Brasília, 8 ag. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.052, de 8 de dezembro de 2014. Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para determinar que animais apreendidos sejam libertados prioritariamente em seu habitat e estabelecer condições necessárias ao bem-estar desses animais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 dez. 2014.

CASADO, L. C. et al. **La externalización de las funciones de control e inspección em matéria de protección del médio ambiente**. Barcelona: Atelier, 2010.

CBD - CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **City of Sao Paulo, Brazil**. Disponível em: <<https://www.cbd.int/authorities/casestudy/saopaulo.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2011.

CEPAM – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - Fundação Prefeito Faria Lima. **Pensando a gestão partilhada: a Agenda 21 local**. São Paulo, 2001.

CHAGAS, A. T. R. **O questionário na pesquisa científica**. Administração on line. v. 1, n. 1, jan.-mar. 2000.

CLARK JR, E. E. El papel potencial de la rehabilitación en la conservación de vida silvestre en las Américas. In: DREWS, C. (Ed.). **Rescate de fauna en el Neotrópico** Iniciativas y perspectivas. Heredia: Euna, 1999. p. 89-105.

CORRADO, M. J. Prevalência de anticorpos anti- *Leptospira interrogans* em répteis silvestres encaminhados ao DEPAVE-3 (São Paulo-SP) no período de janeiro de 1998 a março de 2001. In: CONGRESSO E ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANIMAIS SELVAGENS, 5, 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRAVAS, 2001. p. 65.

DAL'AVA, F. A evolução da legislação brasileira de proteção à fauna. In: GIOVANINI, D. (Org.). **Animais silvestres: vida à venda**. Brasília, DF: Dupligráfica, 2002. p. 145-72.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DEL FIOLE, F.S. et al. A febre maculosa no Brasil. **Rev. Panam Salud Publica.** 27(6), 461-6, 2010.

DIBLASI FILHO, I. A. A Influência da Sociedade no Tráfico de Animais Silvestres no Brasil. **Rev. Geo-paisagem** (on line). Ano 8. n.16, jul.-dez. 2009. ISSN Nº 1677-650 X. Disponível em : <http://www.feth.ggf.br/Tr%C3%A1ficodeAnimais.htm>. Acesso em: 21 fev. 2014.

DREWS, C. Simpatía y empatía hacia a la fauna: las raíces de tenencia de mascotas silvestres. In: _____ (Ed.). **Rescate de fauna en el Neotrópico** Iniciativas y perspectivas. Heredia: Euna, 1999. p. 31-52.

ELABRAS, R. B. Operações de repressão aos crimes ambientais: procedimentos e resultados. In: GIOVANINI, D. (Org.). **Animais silvestres: vida à venda.** Brasília, DF: Dupligráfica, 2002. p. 75-88.

ESTRADA, D.A. et al. Detecção de riquetsias em carrapatos do gênero *Amblyomma* (Acari: Ixodidae) coletados em parque urbano do município de Campinas, SP: **Rev. Soc. Bras. Med. Trop**, Uberaba, v. 39, n. 1, p. 68-71, jan-fev., 2006.

FITORRA, L. S. et.al. Área de soltura e monitoramento Sítio São Judas Tadeu (Miracatu/SP). In: **IBAMA: Áreas de soltura e monitoramento no Estado de São Paulo** – Relatório de Atividades - 2008. São Paulo, 2009. p. 28-31.

FORATTINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade.** 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2004.

FREITAS, W. P; FREITAS, G.P. Crimes contra a natureza. **Ed. Revista dos Tribunais**, São Paulo, p. 27, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRECA, H.; LANGONI, H.; SOUZA, L.C. Brazilian spotted fever: a reemergent zoonosis. **J. Venom. Anim. Toxins incl. Trop. Dis** [online]. 2008, vol.14, n.1, p. 3-18. ISSN 1678-9199.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa 169 de 20 de fevereiro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 fev. 2008, Seção 1, nº 35, p. 57.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/fauna/cetas.php>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Relatório de Atividades das ASM – Áreas de Soltura e monitoramento de animais silvestres no Estado de São Paulo – 2008**. São Paulo, 2009. p. 48-49.

JIMÉNEZ-PÉREZ, I. Los centros de rescate de fauna silvestre como herramientas de conservación. In: DREWS, C. (Ed.). **Rescate de fauna en el Neotrópico** Iniciativas y perspectivas. Heredia: Euna, 1999. p. 65-88.

KATZ, G. et al. Situação epidemiológica e importância da febre maculosa no Estado de São Paulo. **BEPA, Bol. epidemiol. paul.** São Paulo, v. 6, n. 69, 4-13, set. 2009 .

KEESING, F. et al. Impacts of biodiversity on the emergence and transmission of infectious diseases. **Nature**, v. 468, p. 647-652, 2010.

LO, V. K. et al. Momento oportuno para aprimorar os trabalhos. In: **IBAMA: I Encontro de ASM - Áreas de soltura e monitoramento de animais silvestres – Estado de São Paulo - 2006**. São Paulo, 2006a. p. 5-7. Relatório de Atividades.

LO, V. K. Centro de Triagem de Animais Silvestres. In: União pela Fauna da Mata Atlântica. **Seminário ações de combate ao comércio ilegal de animais silvestres na Mata Atlântica**. Iguape, 2006b. 1 CD-ROM.

LO, V. K. et al. Repatriação e monitoramento de papagaio verdadeiro Amazona aestiva. In: **IBAMA: Áreas de soltura e monitoramento no Estado de São Paulo - Relatório de Atividades - 2008**. São Paulo, 2009. p. 44-47.

LONGO, L.G.R et. al. Área de soltura e monitoramento da Barragem Ponte Nova (Salesópolis/SP) Centro de Recuperação de Animais Silvestres Parque Ecológico do Tietê DAEE (CRAS-PET). In: **IBAMA: Áreas de soltura e monitoramento no Estado de São Paulo – Relatório de Atividades - 2008**. São Paulo, 2009. p. 24-27.

LOPES, J. C. A. Operações de fiscalização da fauna: análise, procedimentos e resultados. In: GIOVANINI, D. (Org.). **Animais silvestres**: vida à venda. Brasília, DF: Dupligráfica, 2002. p. 15-49.

LYSENKO S. et. al. Resultados dos trabalhos de reabilitação, Repatriação e monitoramento de aves silvestres no Município de Itanhaém. In: **IBAMA: Áreas de soltura e monitoramento no Estado de São Paulo - Relatório de Atividades – 2008**. São Paulo, 2009. p. 10-12.

MACEDO, M. M. C. **Metodologia científica aplicada**. 2. ed. Brasília - DF: Scala Gráfica e Editora, 2009. 138 p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 10. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

MARQUES, M. I. B; MENEGETI, J. O. Portaria de caça: um instrumento para conservação da fauna. **Natureza em Revista**, Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, nº 9: p.14-20, 1982.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994, 2v., v.2.

MIRRA, A. L. V. Princípios fundamentais do Direito Ambiental. Rev. **Direito Ambiental**, n. 2, p. 50, abr.-jun. 1996.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 457, de 25 de junho de 2013. Revoga a Resolução CONAMA nº 384, de 27 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. nº 121, 26 jun. 2013. p. 96.

MORAES-FILHO, J. et al. Pesquisa de anticorpos anti-Rickettsia rickettsii em equinos do Centro de Controle de Zoonoses do município de São Paulo (CCZ/SP). **Braz. J. vet. Res. anim. Sci.**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 85-91, 2009.

MOURA, L. A. A. **Qualidade e gestão ambiental**. 4. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

NEO, F. A. Diagnóstico do manejo de fauna Silvestre em criadouros comerciais no Brasil – Perspectivas quanto a sustentabilidade.. In: GIOVANINI, D. (Org.). **Animais silvestres: vida à venda**. Brasília, DF: Dupligráfica, 2002. p. 192-214.

NOGUEIRA-NETO, P. **A criação de animais indígenas vertebrados**. São Paulo: Tecnapis, 1973.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

OJASTI, J. Política de fauna y sus instrumentos. In: DALLMEIER, F. (Ed.). **Manejo de fauna silvestre neotropical**. Washington, DC.: Smithsonian Institution, 2000. p. 59-72.

OLIVEIRA, M. A. A importância da perícia na elucidação dos crimes cometidos contra a fauna. In: GIOVANINI, D. (Org.). **Animais silvestres: vida à venda**. Brasília, DF: Dupligráfica, 2002. p. 51-73.

PEREZ, C.A. et al. Carrapatos do gênero *Amblyomma* (Acari: Ixodidae) e suas relações com os hospedeiros em área endêmica para febre maculosa no estado de São Paulo. **Rev. Bras. Parasitol. Vet.**, v.17, n. 4, 210-217, 2008.

PHILIPPI JR, A. et al. **Agenda 21 local: compromisso do município de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 1996.

PMSP - PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Serviços e Obras. Portaria nº 008/DEPAVE-G/92, de 14 de abril de 1992. Designação de servidores. **Diário Oficial do Município**. São Paulo, 24 abr. 1992.

PMSP - PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. **Vigilância em saúde**. Saúde ambiental. São Paulo, 2008.

PMSP - PREFEITURA DE SÃO PAULO. Ações pela biodiversidade da Cidade de São Paulo. Protegendo e preservando a biodiversidade paulistana. São Paulo: **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**. São Paulo, jul. 2011a. 64 p.

PMSP - PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. **Vigilância em saúde**. Saúde ambiental. São Paulo, 2008. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/vigilancia_saude/ambiental/0001 > Acesso em: 15 set. 2011b.

PMSP - PREFEITURA DE SÃO PAULO. Diretrizes para o plano de ação da cidade de São Paulo para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. **Prefeitura de São Paulo**. São Paulo. Mai. 2011c. 86p.

PMSP - PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenadoria de Vigilância à Saúde: **Apresentação sobre Vigilância da Febre Maculosa Brasileira no Município de São Paulo**. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/sucen/homepage/destaques/forum-fmb/j_-_saopaulo_mvelisabete.pdf. Acesso em: 12 fev. 2015.

PONTES, J. B. O tráfico internacional de animais silvestres. In: GIOVANINI, D. (Org.). **Animais silvestres: vida à venda**. Brasília, DF: Dupligráfica, 2002. p. 173-191.

RENTAS – REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES. **1º Relatório nacional sobre o tráfico de fauna silvestre**. Brasília, DF, 2001.

RENTAS - REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES. **Vida silvestre: o estreito limiar entre preservação e destruição - Diagnóstico do Tráfico de Animais Silvestres na Mata Atlântica – Corredores Central e Serra do Mar**. Brasília, DF, 2007.

SÃO PAULO. **Constituição do Estado de São Paulo**. Assembleia Legislativa. São Paulo. 05 out. 1989.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Resolução SMA- 8, de 25-4-2000. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 abr. 2000, v.110, n.79, p. 35.

SÃO PAULO. Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005. Institui o código de proteção aos animais do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 ago. 2005. v. 115, n. 162, p. 3-4.

SÃO PAULO (Município). Lei Orgânica do Município de São Paulo nº 1/90. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 06 abr. 1990.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 11.426, de 18 de outubro de 1993. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA; cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES; e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 22 out. 1993. v. 38, n.199, p. 1-5.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 12.055, de 9 de maio de 1996. Autoriza o Executivo a implantar no Parque Anhanguera, o Centro de Triagem de Animais Silvestres e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, maio 1996. p. 1.

SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 37.653 de 25 de setembro de 1998. Regulamenta a Lei nº 12.055, de 9 de maio de 1996, que dispõe sobre a implantação do Centro de Triagem de Animais Silvestres e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, no Parque Anhanguera, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 26 set. 1998. v. 43, n. 183, p.1.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 14.887, de 16 de janeiro de 2009. Reestrutura a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 17 jan. 2009.

SÃO PAULO (Município). Inventário da Fauna do Município de São Paulo 2010. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo- Suplemento**. São Paulo, 21 mai. 2010, v. 55, n.94, p. 1-114.

SÃO PAULO (Município). Portaria nº 91/SVMA-G/2011. Promove a implantação do Plano Municipal de Estratégias e Ações pela Biodiversidade – Cidade de São Paulo. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 26 jun. 2011. Ano 56, n. 138. p. 19.

SÃO PAULO (Município). Portaria nº 001/SMSU-SVMA/2014. Resolvem estruturar e organizar, em parceria, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres vitimados na Cidade de São Paulo. . **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 27 jun. 2014a. Ano 59, n.116, p. 3.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 55.763, de 10 de Dezembro de 2014. Introduz alterações no Decreto nº 50.448, de 25 de fevereiro de 2009, para o fim de incluir, na estrutura organizacional da Guarda Civil Metropolitana, a Superintendência de Defesa Ambiental - SUDAM, estabelecendo medidas correlatas; altera dispositivos dos Decretos nº 50.388, de 16 de janeiro de 2009, e nº 52.904, de 6 de janeiro de 2012. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, 11 dez. 2014b. Ano 59, n. 231, p. 1.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (SMA). **A gestão estadual da fauna silvestre**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/faunasilvestre.php>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 3. ed. rev., 2001. 121 p.

SILVA, J. C. R. **Zoonoses e doenças emergentes transmitidas por animais silvestres**. Disponível em: <<http://www.abravas.com.br/03zoonoses%20e%20Doen%20as%20Emergentes.PDF>>. Acesso em: 09 jun. 2008.

SOBRAL, H. R. **O meio ambiente e a cidade de São Paulo**. São Paulo: Makron Books, 1996.

SOORAE, P. S.; PRICE, M. R. S. Animales confiscados vivos: Qué opciones hay para su ubicación? In: **Manejo y conservación de fauna silvestre en América Latina**. La Paz: Instituto de Ecología, 1999. p. 63-68.

SOUZA, C. E. et al . Serological identification of *Rickettsia spp* from the spotted fever group in capybaras in the region of Campinas - SP - Brazil. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 38, n. 6, p. 1694-99, set. 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2 ed., 1986.

VASCONCELLOS, S. A. Zoonoses e saúde pública: riscos causados por animais exóticos. **Biológico**, São Paulo, v. 63, n.1/2, p. 63-65, jan.-dez. 2001.

WWF-BRASIL. **Tráfico de animais silvestres no Brasil**: um diagnóstico preliminar. Brasília, DF, 1995.

Fundação Parque Zoológico de São Paulo

Chris Wenner, Ph. D.
Assistant Director for Conservation
and Captive Breeding
Conservation and Research Center
National Zoological Park
Front Royal, Virginia 22630
U. S. A.

São Paulo, December 5th, 1988

Janio da Silva Quadros
Gabinete do Prefeito
Parque Ibirapuera
São Paulo, Brasil

Dear Mr. Mayor:

I recently had the opportunity to experience some of the excellent municipal parks in São Paulo. During the presentation of a training program on zoo animal management at the São Paulo Zoo I learned more about the efforts to improve the management and care of the many wild animals that live in the parks of this fine city. As a professional zoologist I can honestly state that it is nothing short of a miracle that sloths, wild cats, deer and armadillos survive in a city of 17 million people! I was also surprised to learn that a veterinarian has been given responsibility for the care and treatment of the animals which are enjoyed by the citizens of this great city.

Dr. Angela Espuny, municipal parks veterinarian, has developed a plan to manage and care for the wildlife in the city's parks. Because domestic animals carry many diseases, wildlife in city parks can be seriously threatened by epidemic transmitted by pets. Consequently, trained veterinarians and biologists should manage urban wildlife to insure its continued survival. The program proposed by Dr. Espuny will therefore serve an important purpose. However, to be successful, this program will require a commitment of personnel, biologists and veterinarians, who can dedicate themselves to monitoring the size, nutrition, and health status of the populations. I strongly urge you to support the program by allocating funds for the support of staff, equipment and supplies. Unfortunately, few people understand or appreciate the importance of wildlife management. Knowing your own interest and concern for wildlife however, I am hopeful that the proper measures can be taken to improve this city's ability to safeguard this valuable resource.

With kind regards,

Sincerely,

Chris Wenner, Ph. D.
Assistant Director for Conservation

12 09 2013
15:20
Danielle

São Paulo, 11 de Setembro de 2013.

Ao IBAMA
Senhor Presidente,

Estamos realizando, por meio da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, uma pesquisa de doutorado sobre a "Gestão Descentralizada da Fauna Silvestre Urbana como Instrumento da Política Nacional de Biodiversidade e da Promoção da Saúde", que tem como um dos objetivos avaliar se os centros voltados ao atendimento de animais silvestres podem colaborar com informações e dados para a área de políticas públicas e do meio ambiente.

Considerando que os Centros de Triagem de Animais Silvestres são estruturas voltadas ao atendimento de animais vitimados e apreendidos em ações de fiscalização, gostaríamos de obter a relação dos Centros de Triagem do IBAMA, no País, para a aplicação de um questionário, bem como realização de visitas em algumas localidades.

Assim, contamos com a vossa colaboração e autorização para a realização da pesquisa, que busca meios para fortalecer os serviços voltados à gestão da fauna silvestre e contribuir com a política nacional do meio ambiente.

Ao ensejo, manifestamos nossos protestos de distinto apreço e consideração.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Helena Ribeiro
Orientadora

Me. Angela Maria Branco
Pesquisadora

Excelentíssimo Senhor
Dr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR
Presidente do IBAMA
BRASÍLIA - DF

Contato: angelabranco@usp.gov.br; angelabranco@uol.com.br
Telefone: 11- 98299-5605

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
Programa de Pós-Graduação – Área de Saúde Ambiental

São Paulo, de junho de 2014.

Assunto: Centro de Triagem e de Reabilitação de Animais Silvestres

Prezado/a Senhor/a
CETAS de ...

Os Centros de recepção de animais silvestres são estruturas fundamentais para o atendimento de animais vítimas pela pressão antrópica ou apreendidos em ações de fiscalização. No Brasil, contamos com diversos Centros de Triagem, de Reabilitação e, com o intuito de conhecer as diversas realidades do País, estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de avaliar se os centros voltados ao atendimento de animais silvestres podem colaborar com informações e dados para a área de Saúde e contribuir com outras políticas públicas e áreas do conhecimento.

Nesse sentido, contamos com a vossa colaboração e participação nesta pesquisa que busca meios para fortalecer os serviços voltados à fauna silvestre e contribuir com a política nacional de meio ambiente e saúde.

Apresentamos, na sequência, um questionário que poderá ser respondido de próprio punho por uma pessoa, ou pela equipe de trabalho. Parte das questões é aberta, porém, de fácil preenchimento. Em caso de dúvida ou falta da informação, a pergunta poderá ficar sem resposta.

Este questionário será aplicado em todos os Centros de Triagem e de Reabilitação de Animais Silvestres informados pelo IBAMA, em resposta à solicitação encaminhada ao seu Presidente. Pedimos, por gentileza, que após o preenchimento, o questionário seja devolvido no envelope anexo de postagem já paga.

Ao final, solicitamos a vossa anuência para a utilização das informações prestadas no questionário, garantindo sigilo do nome da fonte na pesquisa. Ainda, agradecemos pela contribuição e apresentamos nossos votos de distinta consideração.

Cordialmente,

Angela Maria Branco

Médica Veterinária e Mestre em Saúde Pública
Doutoranda da Faculdade de Saúde Pública - USP
Professora Dra. Helena Ribeiro
Contato: angelabranco@usp.br; angelabranco@uol.com.br
Telefone: 11- 98299-5605 (Tim)

QUESTIONÁRIO

Nome do Centro: _____

Data de inauguração: _____

Nome do Responsável pelo Centro: _____

Profissão: _____

Cargo/Função: _____

Inicialmente, gostaríamos de saber como a equipe descreve a linha de atuação (missão) do Centro:

I - PERGUNTAS GERAIS

1) O Centro é Governamental?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, de que esfera de governo:

() Federal

() Estadual

() Municipal

() Distrital

Favor informar a qual órgão pertence: _____

2) O Centro é Não Governamental?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, está sob a responsabilidade de:

() ONG: _____

() OSCIP: _____

() Universidade: _____

() Instituto de Pesquisa: _____

() Empresa: _____

() Outro: _____

3) O Centro recebe animais de quais órgãos abaixo e com que frequência?

	SEMPRE	QUASE SEMPRE	EVENTUALMENTE	NUNCA	NÃO SE APLICA
IBAMA					
Polícia Federal					
Polícia Federal Rodoviária					
Polícia Militar					
Polícia Militar Ambiental					
Polícia Militar Corpo de Bombeiros					
Polícia Civil					
Guarda Civil Metropolitana					
Secretaria de Estado do Meio Ambiente					
Secretaria Municipal do Meio Ambiente					
Secretaria Municipal de Saúde					
Centro de Controle de Zoonoses					
Defesa Civil					
Organização não governamental					
Cidadão					
Outros. Favor especificar:					

4) O Centro é instituído por algum instrumento legal?

- () Sim
() Não

Em caso afirmativo, favor especificar o número e a data de publicação:

- () Lei: _____
() Decreto: _____
() Resolução: _____
() Portaria: _____
() Outro: _____

5) No Centro são desenvolvidas atividades de educação ambiental?

- () Sim
() Não

6) O Centro possui área à visitação pública?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, a visitação é monitorada?

() Sim

() Não

7) O Centro colabora para a realização de pesquisas acadêmicas e/ou científicas?

() Sim. Que tipo?

() Não

Resposta: _____

8) O Centro possui serviço próprio que atende solicitações para o resgate de animais vitimados?

() Sim

() Não

9) No Município, onde está instalado o Centro, existe inventário da fauna silvestre nativa de ocorrência local?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, quem realizou o inventário e qual o número de espécies descritas para:

Classe	Número de Espécies
Mamíferos	
Aves	
Répteis	
Anfíbios	
Peixes	
Outros	
Total:	

Realizado por: _____

II - PERGUNTAS RELATIVAS AOS RECURSOS HUMANOS

1) Quantas pessoas trabalham no Centro? _____

2) Como é formada a equipe do Centro?

A)

Recursos Humanos	Sim	Quantidade	Não
Médico Veterinário			
Biólogo			
Tratador de Animais			

B)

Recursos Humanos	Sim	Área	Quantidade	Não
Nível Superior (Outros)				
Nível Técnico				
Administrativo				
Estagiário				

3) A equipe de trabalho recebe imunização ou tratamento preventivo contra alguma doença?

() Sim.

() Não

Em caso afirmativo, para quais doenças? _____

4) Algum funcionário do Centro, desde a sua implantação, já foi acometido por alguma zoonose em decorrência ao trabalho?

() Sim.

() Não

Em caso afirmativo, qual zoonose? _____

5) Existe um protocolo de biossegurança?

() Sim

() Não

Se sim, favor informar quais as principais medidas que são adotadas ou anexar o protocolo.

III - PERGUNTAS RELATIVAS À LOCALIZAÇÃO E ESTRUTURAS FÍSICAS DO CENTRO

1) O Centro está localizado junto à uma instituição?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, qual instituição:

() Zoológico: _____

() Universidade: _____

() Instituto de pesquisa: _____

() Parque: _____

() Outra. Favor especificar: _____

2) Como é a composta a estrutura física do Centro?

Estrutura Física	Sim	Não	Nº de Salas	Nº de Recintos
Área administrativa				
Área para atendimento clínico				
Área para atendimento cirúrgico				
Área de laboratório				
Área de radiologia				
Área para exames complementares				
Área para necropsia				
Área para internação				
Área para quarentena				
Área para reabilitação				
Área para manutenção de filhotes				
Recintos para animais				
Cozinha dos animais				
Biotério				
Vestiário				
Refeitório				
Dormitório				
Outros:				

IV - PERGUNTAS RELATIVAS À OPERAÇÃO CENTRO

1) A equipe tem dificuldade para fazer a identificação das espécies dos animais recebidos no Centro? Favor escolher uma das opções:

	SEMPRE	QUASE SEMPRE	EVENTUALMENTE	NUNCA	NÃO SE APLICA
Mamíferos					
Aves					
Répteis					
Outros:					

2) Quantos animais deram entrada no Centro em 2013?

Classe	Quantidade
Mamíferos	
Aves	
Répteis	
Outros	
Total	

3) Qual o número de animais vitimados que deram entrada no Centro em 2013?

Por resgate¹: _____
 Por apreensão²: _____

¹ Animais resgatados: Animais da própria localidade vitimados pela pressão urbana/ humana no ambiente natural, como por exemplo: atropelados, feridos, atacados por cães, filhotes órfãos, invasores de domicílios.

² Animais apreendidos: Animais apreendidos em operações e ações de fiscalização por órgãos de polícia, fiscais ou agentes ambientais, como por exemplo: posse ou comércio ilegal, maus-tratos.

4) Com relação ao destino que tiveram os animais, durante o ano de 2013, qual o percentual para:

Soltura	%
Criadouros	%
Zoológicos	%
Fugas	%
Desaparecimento	%
Repatriamento	%
Óbito	%
Outros. Favor especificar:	%

5) A equipe tem dificuldades para fazer a destinação de animais recepcionados no Centro?

() Sim

() Não

6) O Centro atua de forma integrada e oficializada com algum órgão público?

() Sim. Favor informar a instituição, o instrumento legal e o(s) trabalho(s) realizado(s).

() Não

Resposta: _____

7) O Centro conta com serviço de diagnóstico laboratorial?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, favor informar qual o nome(s) da instituição ou do laboratório:

() Do próprio Centro

() Contratado: _____

() Convênio: _____

() Parceria: _____

() Outro: _____

8) Quais os exames laboratoriais, de rotina, que são realizados nos animais mantidos no Centro?

a) Para os mamíferos: _____

b) Para as aves: _____

c) Para os répteis: _____

d) Outros: _____

9) Quais as principais medidas, com relação aos animais, são adotadas para a prevenção de doenças e zoonoses no próprio Centro:

a) Imunização?

() Sim. Para qual(ais) doença(s)/zoonose(s)?

() Não

Resposta: _____

b) Controle parasitário?

() Sim. Para qual(ais) doença(s)/zoonose(s)?

() Não

Resposta: _____

10), Por favor, cite as principais zoonoses que merecem atenção constante da equipe que trabalha no Centro.

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

e) _____

f) _____

11) Em caso de óbito é realizada a necropsia do animal? Favor escolher uma das opções:

	SEMPRE	QUASE SEMPRE	EVENTUALMENTE	NUNCA	NÃO SE APLICA
Mamíferos					
Aves					
Répteis					
Outros:					

12) Em que local são realizadas as necropsias?

() No próprio Centro

() Zoológico: _____

() Universidade: _____

() Instituto: _____

() Outro: _____

13) Entre as opções relacionadas ao motivo de óbito, favor enumerar em ordem crescente de 1 a 7:

() Desnutrição

() Doenças parasitárias

() Doenças infecciosas

() Intoxicação/envenenamento

() Neoplasias

() Stress

() Traumas

Outros. Favor especificar: _____

14) Favor assinalar qual o principal destino das carcaças dos animais que vêm a óbito no Centro.

() Aterro

() Aterro sanitário

() Coleta hospitalar

() Enterramento

() Outro. Favor especificar: _____

15) O Centro trabalha com sistema informatizado para registro de informações sobre os animais?

☐ Sim

☐ Não

Em caso afirmativo, para qual (ais) finalidade(s)?

☐ Controle das entradas e saídas dos animais no Centro

☐ Controle de procedimentos realizados com os animais no Centro

☐ Registro em prontuário médico individualizado por animal

☐ Outro. Favor especificar:

V - PERGUNTAS RELATIVAS AOS RECURSOS FINANCEIROS

1) Qual(ais) a(s) fonte(s) do recurso financeiro empregado na implantação do Centro?

2) Qual(ais) a(s) fonte(s) do recurso financeiro para a manutenção do Centro?

3) Se o Centro é governamental, possui dotação orçamentária própria?

☐ Sim

☐ Não

4) Existe dificuldade financeira para a manutenção do Centro e a realização dos trabalhos?

☐ Sim

☐ Não

VI – POSICIONAMENTOS, COMENTÁRIOS E SUGESTÕES:

Para finalizar, gostaríamos de saber:

1) Qual é o posicionamento da maioria da equipe com relação à Instrução Normativa IBAMA nº179, de 25 de junho de 2008?

☐ Concordamos

☐ Concordamos plenamente

☐ Discordamos

☐ Discordamos plenamente

2) Qual é o posicionamento da maioria da equipe com relação à Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013?

☐ Concordamos

☐ Concordamos plenamente

☐ Discordamos

☐ Discordamos plenamente

3) A equipe têm alguma sugestão para a destinação dos animais silvestres nativos que entram no Centro, sobrevivem, porém, não podem ser reintegrados à natureza ou não há locais para serem encaminhados?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, qual a sugestão para:

a) Os animais silvestres resgatados na própria localidade, vitimados pela pressão urbana/ humana no ambiente natural.

Resposta: _____

b) Os animais silvestres apreendidos em operações e ações de fiscalização por órgãos de polícia, fiscais ou agentes ambientais.

Resposta: _____

Em caso negativo, a maioria da equipe cogita que a eutanásia seria uma medida a ser considerada?

() Sim

() Não

4) Algum integrante da equipe gostaria de participar de uma pesquisa sobre uma proposta voltada à destinação dos animais silvestres resgatados e/ou apreendidos?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, informar o(s) nome(s) e contato do(s) interessado(s):

Comentários e Sugestões: _____

Local e data: _____ / _____ / _____

Assinatura: _____

Angela Maria Branco

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3890007069904450>
Última atualização do currículo em 12/03/2015

Médica Veterinária pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo - USP (1982); Doutoranda em Saúde Pública - Área de Saúde Ambiental; Mestre em Saúde Pública (2008); Especialista em Gestão Ambiental (1998); Especialista em Saúde Pública (1994) - Faculdade de Saúde Pública da USP. Possui experiência nas áreas de: Medicina da Conservação; Controle de Zoonoses; Gestão e Manejo da Fauna Silvestre; Mananciais; Restauração Ambiental; Saúde Pública; Biodiversidade; Mudanças Climáticas. Atuou como Assessora Técnica da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, coordenando o Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade e o Grupo de Trabalho Saúde do Comitê Municipal da Mudança do Clima e Ecoeconomia. Atualmente, atua como Assessora Técnica e Coordenadora do Núcleo Técnico de Gestão Ambiental da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Prefeitura de São Paulo. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Angela Maria Branco
Nome em citações bibliográficas	BRANCO, Angela Maria

Endereço

Endereço Profissional	Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Rua Augusta, 435 Consolação 01305000 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 31245111 Ramal: 3026 URL da Homepage: http://prefeiturasp.gov.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2006 - 2008	Mestrado em Saúde Pública. FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA - UNIVERSIDADE DE SÃO, FSP, Brasil. Título: Políticas Públicas e Serviços Públicos de Gestão e Manejo da Fauna Silvestre Nativa Resgatada. Estudo de Caso: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Ano de Obtenção: 2008. Orientador: Helena Ribeiro.
1997 - 1998	Especialização em Especialização em Gestão Ambiental. (Carga Horária: 476h). Faculdade de Saúde Pública - USP. Título: Plano de Gestão Ambiental para Áreas de Proteção aos Mananciais-Estudo de Caso da Estrada da Capivara, Distrito de Engenheiro Marsilac, São Paulo - S.P.. Orientador: Valdir Akihiko Nakazawa.
1994 - 1994	Especialização em Especialização em Saúde Pública para o SUS. (Carga Horária: 420h). Faculdade de Saúde Pública - USP. Título: Programa de Atenção à Mulher: Em Defesa da Vida e da Cidadania. Orientador: Ana Maria Galuzzi.
1978 - 1982	Graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - USP.

Formação Complementar

2014 - 2014	II Oficina Rede Laboratórios em Saúde Silvestre. (Carga horária: 16h). Fundação Oswaldo Cruz.
2012 - 2012	Oficina de Trabalho da Rede Saúde Silvestre. (Carga horária: 16h). Fundação Oswaldo Cruz.
2010 - 2010	Manejo ex situ de fauna silvestre en zoológicos y. (Carga horária: 24h). Universidad Autónoma Gabriel René Moreno.
2007 - 2007	Curso Perícia Judicial Ambiental. (Carga horária: 20h). Instituto de Engenharia.

Helena Ribeiro

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A - CA SA - Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8725809744497200>

Última atualização do currículo em 18/06/2015

bachelor's at Geography from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1972), master's at Geography from University of California Berkeley (1981) and doctorate at Physical Geography from Universidade de São Paulo (1988). Has experience in Geosciences, focusing on Geographical Climatology, acting on the following subjects: environmental health, urban health, medical geography, air pollution, climate changes and environmental education. Professor of the Environmental Health Department of the School of Public Health of the University of São Paulo. Former professor of Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Former Environmental advisor to the Mayor of São Paulo Former Member of the Executive Committee of ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Helena Ribeiro
Nome em citações bibliográficas	RIBEIRO, H.;Ribeiro, Helena

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira César 01246904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30667712 Ramal: 218 Fax: (11) 30667732 URL da Homepage: www.fsp.usp.br
-----------------------	---

Formação acadêmica/titulação

1984 - 1988	Doutorado em Geografia (Geografia Física) (Conceito CAPES 5). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Poluição do ar e doenças respiratórias em criança da Grande São Paulo: um estudo de geografia médica, Ano de obtenção: 1988. Orientador: José Roberto Tarifa. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
1977 - 1981	Mestrado em Geografia. University of California Berkeley. Título: Sequent land use and environmental issues in a subtropical milieu: the case of São Simão, in the State of São paulo, Brazil, Ano de Obtenção: 1981. Orientador: Hilgard O'Reilly Sternberg. Palavras-chave: agricultura sustentável; Cobertura Vegetal; Degradação Ambiental. Grande área: Ciências Humanas / Área: Geografia / Subárea: Geografia Humana.
1969 - 1972	Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Pós-doutorado e Livre-docência

1996	Livre-docência. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Ilha de calor na cidade de São Paulo: sua dinâmica e efeitos na saúde da população, Ano de obtenção: 1996. Palavras-chave: poluição térmica saúde são paulo calor. Grande área: Ciências Humanas / Área: Geografia / Subárea: Geografia Humana / Especialidade: Geografia da População.
1994 - 1994	Pós-Doutorado. Académie Internationale de l'Environnement. Bolsista do(a): Agencia de cooperação Suíça.